

Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
Departamento de Educação
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local -
POSMEX

Ladjane Milfont Rameh

**Extensão Rural e Desenvolvimento Local: análise das ações da Política
Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para o turismo rural em
Pernambuco**

Recife
2009

Ladjane Milfont Rameh

Extensão Rural e Desenvolvimento Local: análise das ações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para o turismo rural em Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre, sob a orientação da Professora Doutora Maria Salett Tauk Santos.

**Recife
2009**

Ladjane Milfont Rameh

Extensão Rural e Desenvolvimento Local: análise das ações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para o turismo rural em Pernambuco

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

Aprovada pela banca examinadora em 06 de agosto de 2009.

Prof^ª. Dra. Maria Salett Tauk Santos
Orientadora

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Prof^ª. Dra. Maria Luiza Lins e Silva Pires

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Prof^ª. Dra. Betânia Maciel de Araújo

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Dra. Eliane de Carvalho Noya
Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA

Aos meus anjos: Gabriel e Rafael

“Rafael, não fique triste, eu já voltei da escola. Eu vou e volto todo dia. Olha, eu preciso ir pra escola pra ficar muito sabido e crescer. Mainha não vai pra escola aí ela fica pouco sabida, por isso é que eu *dizo* as coisas e ensino tudo pra ela”. (Gabriel conversando com o irmão em nove de outubro de 2006).

Pouco tempo depois de ouvir isso, entrei no mestrado...

Gabriel, mesmo tendo voltado a freqüentar a escola para também ficar muito sabida e crescer, continuo querendo ouvir as coisas que você tem a me dizer. Saiba que meu maior prazer ainda é - e sempre será - aprender tudo o que você tem pra me ensinar.

“Eu vi um anjo no mármore e esculpi até libertá-lo”. “Em cada bloco de mármore vejo uma estátua; vejo-a tão claramente como se estivesse na minha frente, moldada e perfeita na pose e no efeito. Tenho apenas de desbastar as paredes brutas que aprisionam a adorável aparição para revelá-la a outros olhos como os meus já a vêem.” (Michelangelo Buonarroti).

A pele nua e alva do anjo lembra a obra de arte, mas seu nome remete a um artista popular e genial que fez esculturas reais dentro da pintura. Um sorriso, uma cara fechada, um olhar [próximo ou distante], um carinho, tudo seduz. E ele dança como ninguém mais. E ver a alegria da sua dança me fascina. A obra divina e sedutora que Michelangelo libertou do mármore superou o clássico. Meu Rafael, escultura viva, livre, feliz e cheia de amor, superou a arte.

AGRADECIMENTOS

A construção do conhecimento é um processo que requer muito trabalho e dedicação do pesquisador, mas essa não é uma caminhada solitária. Pelo menos no meu caso, não foi. Para chegar até aqui, precisei e contei com o apoio de muita gente. E agora é hora de agradecer. Estou ciente de que nesta parte da dissertação o autor deve fazer agradecimentos dirigidos àqueles que contribuíram de maneira relevante à elaboração do trabalho, mas como estabelecer uma justa divisão entre trabalho e vida? Como dizer que quem me deu amor e bons exemplos na infância não contribuiu para que na vida adulta eu fosse capaz de chegar até aqui? Então, aqui vão os meus agradecimentos:

A todas as pessoas que me ajudaram a cuidar dos meus anjos e me tranquilizaram para que eu pudesse ter concentração para trabalhar e estudar. Aqui eu destaco: Edna e Jailma, babás que passaram pela minha casa durante essa jornada; professoras e funcionários da escola dos meninos; Leila e Nara, fonoaudiólogas que nos têm apoiado; minha irmã Laedja; meu cunhado Ícaro; minhas primas Marília e Fafá; tia Nanau; Mainha e Painho.

Aos meus anjos Gabriel e Rafael. Obrigada por despertarem sempre o que há de melhor em mim. Com vocês por perto qualquer carga fica mais leve.

Ao meu amado Mano. Esse teu olhar de admiração e orgulho me impulsiona, me inspira e me faz querer ser tudo aquilo que você enxerga em mim.

A Mainha e Painho, meus amores correspondidos, meus protetores. Como é maravilhosa a sensação que vocês sempre me proporcionaram, de ser a pessoa mais amada do mundo. Por mais que eu me esforce, não consigo lembrar de uma vez que tenha precisado de vocês e não tenha encontrado apoio. Serei eternamente grata.

A Laedja, minha irmã e amiga. Obrigada por ter me ajudado nas tarefas, por ter resumido os livros das fichas de leitura na época em que eu ainda não tinha descoberto o prazer de ler, por ter me explicado os assuntos que iam cair nas provas do dia seguinte, por ter me ensinado matemática no ensino fundamental... Se eu tivesse empacado por lá, não estaria aqui. Eu sempre me orgulhei de você e lhe achei inteligentíssima, um gênio, a própria Velma do filme de Scooby Doo. Até hoje eu me pergunto se você não compreende hieróglifos.

A Cecília, amiga que eu escolhi como irmã. Obrigada pelos ouvidos que escutaram meus desabafos e as gravações das entrevistas; pelas mãos que dividiram comigo as

transcrições das falas dos entrevistados; pelos olhos que procuraram erros e palavras repetidas no meu texto; pelos ombros; pelo coração. Saiba que mais importante do que a sua ajuda – que foi muito útil – foi a certeza de poder contar contigo.

À minha querida comadre Izabel. Pelo exemplo de mulher determinada, que com esforço e dedicação consegue ser tão maravilhosa como mãe quanto como profissional.

À minha tia Letícia. Sua vibração, alegria e amor à docência me inspiraram a buscar o mesmo caminho. E é por isso que estou aqui.

Ao meu avô Ide. Nos momentos de dificuldade, foi muito importante contar com uma boa dose da autoconfiança que habita em mim e que certamente foi alimentada por suas palavras: “é claro que você vai conseguir, você é uma Rameh!”. Eis aí o culpado por haver tanta gente mostrada numa só família!

À mulher que eu mais admiro no mundo: vovó Cença. Quando olho pra você, sempre me pergunto “como pode uma pessoa ser tão maravilhosa assim?”. Mulher mais sábia e forte que existe. Que sorte grande ser neta desse ser humano lindo!

À menina mais vaidosa, inquieta e cheirosa da família: vovó Lourdes. Amo você, mulher guerreira!

Às minhas duas imensas famílias: Milfont e Rameh. Agradeço pelo amor, pela torcida, pelas orações, por tudo!

Ao meu cunhado, irmão e compadre, Júnior. É muito bom contar com sua amizade. Sua presença constante deixa minha vida mais leve e alegre. Adoro rir com você e de você.

A todos os professores do Posmex. Sou especialmente grata a: Paulo de Jesus, que com simplicidade e abertura para o diálogo me fez ter certeza de que educação e afeto podem e devem andar de mãos dadas; Ângelo Brás Callou, que com suas intermináveis indicações de leitura e seus trabalhosos exercícios - que tiravam o juízo de toda a turma - nos fez aprender a escrever melhor; Maria Luiza Pires, professora que compartilha seus conhecimentos com uma tranquilidade admirável e me ensinou duplamente: nas aulas do mestrado e no estágio-docência; e Maria Salett Tauk Santos, que merece um parágrafo a parte...

Salett, quando escolhi você para me orientar, foi porque conhecia bem sua inteligência, competência, disposição para o trabalho e dedicação nas orientações. O que eu não imaginava era que, além de tudo isso, você fosse uma mulher tão compreensiva, humana e afetuosa. Obrigada pelos ensinamentos, pela confiança e pelo apoio.

Aos meus colegas do mestrado, especialmente: Augusta, Renata, Flávio, Christianne, Gurgel, Felipe, João Amorim e Giovana. Vocês foram companhias da melhor qualidade. Com vocês aprendi, dividi preocupações e, mais do que qualquer outra coisa, me diverti muito. Salett, Paulo de Jesus e Brás estavam inspirados quando nos selecionaram! João Paulo, você pensou que ia ficar de fora dessa? Claro que não! Apesar de ter chegado depois, você veio pra marcar presença e se tornar um grande parceiro.

Às pessoas que estiveram sempre a postos para ajudar os alunos do Posmex no que fosse necessário: Shirley, Jerry, Jane, Rafael, Márcia e Nádia.

Aos meus queridos alunos. Foi por amar ensinar que resolvi cursar um mestrado, portanto, foi por vocês que enfrentei esse desafio.

A todos os funcionários do IPA que colaboraram de alguma forma para que eu alcançasse os meus objetivos, principalmente aos meus entrevistados, que me forneceram informações preciosas que são, a meu ver, os grandes achados da minha pesquisa. Gilva Delli e Lucineide, vocês, em especial, foram fundamentais nesse processo. Muito obrigada pela abertura e pelo imenso apoio!

A Janaina Weissheimer e Marco Antônio Moura, que me ajudaram com a tradução do resumo desta dissertação.

Aos membros da Banca de Defesa, por terem se disponibilizado a ler minha dissertação e dar suas contribuições.

Aos amigos e colegas de trabalho da Facipe, da Faesc e da Fape, pelos momentos alegres na sala dos professores e no Laboratório de Turismo.

A Nilson Crócia, Lúcia Vasconcelos, Priscilla Marques, Daniella Pereira, Fernando Clímaco, Fabiana Sales, Fabiana Bandeira, Aécio Chagas e Isaac Luna, pelo apoio lá no começo dessa história, durante o processo seletivo para ingressar no mestrado.

A pior parte dos agradecimentos é a certeza de que não dá para contemplar todos aqueles que mereciam estar aqui. Mas, fazer o quê? Sei que depois que a dissertação estiver encadernada vou reler essas linhas e pensar: “Puxa! Como eu pude esquecer de agradecer a...?”. Se você for esta pessoa que eu esqueci, foi mal!

Ah, tive uma idéia para solucionar esse problema! Meu último agradecimento se dedica a você que eu esqueci. Saiba que, apesar de minha memória curta, você é muito importante para mim. Quer ver a prova dessa importância: meus dois filhos, pessoas que eu mais amo no mundo, tiveram que dividir um só parágrafo; meus pais, que sempre se dedicaram tanto a mim, também se imprensaram nas mesmas linhas; centenas de alunos tão queridos ficaram mais espremidos que folião no Galo da Madrugada em apenas uma linha e meia. Enquanto isso, você está aqui, reinando absoluto nesses dois parágrafos. Este último, por sinal, é maior que todos os outros que estão aqui nesses agradecimentos. E repare nesse outro detalhe: você não tem exclusividade apenas nos parágrafos, esta página inteira é sua! E depois ainda diz que eu sou ingrata...

“Se os frutos produzidos pela terra
Ainda não são
Tão doces e polpudos quanto as peras
Da tua ilusão
Amarra o teu arado a uma estrela
E os tempos darão
Safras e safras de sonhos
Quilos e quilos de amor
Noutros planetas risonhos
Outras espécies de dor”
(GILBERTO GIL)

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural em relação ao turismo rural, voltado ao desenvolvimento local. Especificamente, buscou-se avaliar se entre as propostas da Política está sendo contemplado o turismo como atividade produtiva e até que ponto as práticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) dos extensionistas do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) incorporam o turismo na agricultura familiar. O aporte teórico sobre novas ruralidades e turismo rural fundamentou-se em autores como: Del Grossi e Silva; Veiga; Almeida; Campanhola e Silva; Cavaco; Ruschmann; Silva, Vilarinho e Dale; e Novaes. O olhar sobre o desenvolvimento local foi trazido a partir de autores como: Franco; Oliveira; e Tauk Santos. Já a perspectiva da Extensão Rural foi fortalecida por autores como: Callou; Caporal; Lima e Figueiredo; e Tauk Santos. A partir de uma metodologia baseada em pesquisa qualitativa com uso de análise bibliográfica e documental, observação direta e entrevistas, o estudo constatou que significativas transformações vêm ocorrendo no campo e, nesse contexto, surge o turismo rural com a possibilidade de contribuir na construção do desenvolvimento local. O poder público pode desempenhar um importante papel nesse processo por meio do serviço de Ater. Através da pesquisa de campo realizada observou-se que os extensionistas de Pernambuco ainda não se apropriaram das diretrizes para o turismo rural na agricultura familiar concebidas pelo Governo Federal. Apesar do IPA estar passando por um processo de transformação que vem melhorando as condições de trabalho dos agentes de Ater, ainda existem dificuldades que atrapalham o apoio ao turismo, como: número insuficiente de profissionais, extensionistas formados quase exclusivamente nas Ciências Agrárias, ineficiência das capacitações voltadas ao turismo e interpretação que reduz as possibilidades do turismo na agricultura familiar ao comércio de artesanato. Esses resultados apontam que ainda são incipientes as ações voltadas ao apoio, implantação e fomento do turismo na agricultura familiar em Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Rural; Turismo Rural; Desenvolvimento Local; Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

ABSTRACT

This study aimed at analyzing the new National Policy of Technical Assistance and Rural Extension in relation to rural tourism concerning the local development. More specifically, it tried to understand if tourism as a productive activity is being contemplated by the proposals of the Policy and if the practice of the extensionists from the Agronomic Institute of Pernambuco (IPA) incorporates tourism in the family agriculture. The theoretical background to new ruralities and rural tourism was based on authors such as: Del Grossi and Silva; Veiga; Almeida; Campanhola and Silva; Cavaco; Ruschman; Silva, Vilarinho and Dale; and Novaes. The insight into local development was brought by authors such as Franco; Oliveira, and Tauk Santos. In addition, the perspective of Rural Extension was strengthened by authors such as: Callou; Caporal; Lima and Figueiredo; and Tauk Santos. Employing a methodology based on qualitative research, with the use of bibliographic and documental analysis, direct observation and interviews, this study found that significant transformations have been taking place in the countryside. In this context, rural tourism emerges with a possibility of contributing in the building of local development. The public sector can play an important role in this process through the service of Ater. With the field research that was conducted, we could observe that Pernambuco's extensionists have not used the guidelines for rural tourism in family agriculture yet created by the Federal Government. Although IPA has been undergoing some changes that have improved the working conditions of the Ater agents, there are still difficulties that hamper the support for tourism, such as: insufficient number of professionals, extensionists graduated mainly in Agricultural Sciences, inefficiency of tourism business training, and a view that reduces the possibilities of tourism in the family agriculture to the commerce of handcrafts. These findings point out that the actions concerning the support, implementation and investment for tourism in family agriculture in Pernambuco are far from ideal.

KEYWORDS: Rural Extension; Rural Tourism; Local Development; National Policy of Technical Assistance and Rural Extension.

LISTA DE SIGLAS

ABRATURR - Associação Brasileira de Turismo Rural
ACT – Atividades Características do Turismo
AMA - Associação dos Amigos do Meio Ambiente
ANCAR - Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
ASBRAER - Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CONDEMA – Conselho de Defesa do Meio Ambiente
DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
EBAPE - Empresa de Abastecimento do Estado de Pernambuco
EMATER-PE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
EMPETUR – Empresa de Turismo de Pernambuco
FIPE - Fundação Instituto de Pesquisa Econômica
IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
NAF – Núcleo de Articulação e Fomento para o Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMT – Organização Mundial do Turismo
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT – Plano Nacional de Turismo

PNTRAF - Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar

PNUD - Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

POSMEX – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRT - Programa de Regionalização do Turismo

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIBRATER - Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural

TRAF – Turismo Rural na Agricultura Familiar

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

Introdução - O problema, sua origem e importância	14
O processo de investigação	21
Capítulo 1	
Extensão Rural, desenvolvimento local e turismo rural	27
1.1 Sobre Extensão Rural	27
1.1.1 Mas, afinal, o que é Extensão Rural?	28
1.1.2 Um pouco de história:	31
1.1.3 E nasce uma nova proposta de Extensão Rural...	32
1.2 Sobre turismo rural	34
1.2.1 Mas nem só de flores é feito o turismo	35
1.2.2 E o turismo pega o caminho da roça	38
1.2.3 Se o turismo chegou ao campo foi porque no mundo rural muita coisa mudou	40
1.2.4 Turismo rural é bom. Mas... Bom pra quem?	44
1.3 Sobre desenvolvimento local	46
1.3.1 Problemas globais, soluções locais	47
Capítulo 2	
Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, e turismo rural na agricultura familiar	51
2.1 Apresentando a proposta da Pnater	51
2.2 Redes Temáticas de Ater	57
2.2.1 Quais são e o que propõem as Redes Temáticas de Ater?	60
2.3 Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar	62
2.3.1 Detalhamento do Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar	66
2.4 Proposta para o turismo na agricultura familiar em Pernambuco	71
Capítulo 3	
Turismo rural e Política Nacional de Ater por quem a operacionaliza	73
3.1 Assistência Técnica e Extensão Rural em Pernambuco	73
3.2 A história recente	74
3.3 Quem são e como trabalham os extensionistas entrevistados?	78
3.4 Conhecimento das propostas da Pnater	80
3.5 Atividades não agrícolas: “só me veio o artesanato na cabeça”	82
3.6 E o turismo, onde é que entra?	83
3.7 Pnater, o norte das ações?	85
3.8 O que os extensionistas têm a dizer sobre o turismo rural?	88
3.9 Serviço público de Ater e turismo na agricultura familiar	91
3.10 E os agricultores familiares, o que pensam sobre o turismo	94
3.11 Turismo rural e desenvolvimento local	96
3.12 Serviço público de Ater, pronto para o turismo rural?	98
3.13 Se hoje é melhor do que ontem, por que não acreditar no amanhã?	103
Conclusão	106
Referências	113
Apêndices	118

INTRODUÇÃO

O problema, sua origem e importância

O objetivo deste estudo é analisar a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) em relação ao turismo rural como importante componente no processo de desenvolvimento local.

Especificamente, o que pretendemos compreender é se entre as propostas e ações da nova Política de Ater, que dizem respeito às novas ruralidades, está sendo contemplado o turismo rural, como atividade produtiva para geração de renda na perspectiva do enfrentamento à pobreza rural, e analisar até que ponto a atividade turística está sendo considerada nas práticas de Ater desenvolvidas pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).

Nas últimas décadas, significativas transformações vêm ocorrendo no campo. Mudanças nas atividades econômicas, nas práticas culturais, nas relações sociais e nos usos dos recursos naturais vêm criando no meio rural um cenário bastante complexo e que não pode mais ser observado a partir de olhares que reduzem o campo ao espaço onde se desenvolve o setor primário da economia. Como observa Abramovay (2003, p. 13), é necessário “que se encare o meio rural como o espaço de atividades variadas, reunindo uma multiplicidade de atores sociais e não apenas como o terreno de onde vão sair produtos agropecuários”.

Pesquisadores como Campanhola e Silva (2000a, p. 61) deixam de lado a abordagem que separa e opõe campo e cidade e observam que “a dicotomia rural urbano, que considerava o urbano como ‘locus’ das atividades não agrícolas – indústria e serviços – e que atribuía ao rural as atividades agrícolas, vem perdendo sua importância histórica”. Os autores constatam ainda que a partir de mudanças sócio-econômicas e políticas, essa separação deixa de ter relevância e a ênfase passa para “as relações de troca, a divisão do trabalho, as relações sociais e as novas dinâmicas originadas na interface rural-urbano.” (CAMPANHOLA; SILVA, 2000a, p. 61).

Assim, o espaço rural vem passando por um movimento de reorganização em que observamos uma considerável redução do número de pessoas que trabalham na agricultura, o aumento do número de pessoas residentes no campo exercendo atividades não-agrícolas e o

aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras atividades (CARNEIRO, 1998).

A pluriatividade rural - combinação de atividades agrícolas com não agrícolas - não é um fenômeno propriamente novo, porém adquire novas dimensões no campo brasileiro, chamando atenção para a possibilidade de novas formas de organização da produção virem a se desenvolver no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados, ajudando na busca por alternativas ao êxodo rural, ao desemprego urbano e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante (CARNEIRO, 1998, p. 56).

Citando dados do Projeto Rurbano¹, Campanhola e Silva afirmam que no Brasil todo houve uma redução na participação de pessoas ocupadas na agricultura entre 1992 e 1997 e que nesse mesmo período observou-se um crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas. “Em 1997, do total de 14,1 milhões de pessoas ocupadas no meio rural brasileiro, cerca de 4 milhões estavam atuando em atividades não-agrícolas” (CAMPANHOLA; SILVA, 2000a, p. 61)

Ao mesmo tempo em que se desenvolve essa reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo, cresce a procura por formas de lazer e até mesmo meios alternativos de vida no campo por pessoas vindas da cidade. O que essas pessoas buscam é um maior contato com o meio ambiente natural, alimentando desejos antigos de retorno à mãe natureza, por grupos e indivíduos provenientes de áreas mais desenvolvidas, que chegaram a essa posição exatamente à custa de sua natureza (RUSCHMANN, 2001).

Entre os efeitos desse fenômeno – que surge na década de 1970 e se expande com a divulgação do pensamento ecológico na década de 1990 - está a ampliação das possibilidades de trabalho para a população rural, até então dedicada de maneira praticamente exclusiva à agricultura (CARNEIRO, 1998).

Dessa maneira, em meio às novas opções de atuação no meio rural, as atividades de lazer - com destaque para o turismo – surgem como grandes promessas de geração de empregos para a mão-de-obra local, com potencial para diminuir o êxodo rural dos jovens e de estimular uma série de atividades produtivas, agrícolas e não-agrícolas, inerentes ao contexto rural. Além disso, Ruschmann (2000, p. 65) nos lembra que “ao atrair fluxos de

¹ Realizado com o apoio do PRONEX-FINEP e da FAPESP, com o objetivo de reconstruir as séries históricas, para o período 1981/97, relativas às pessoas ocupadas, às ocupações das famílias, e às rendas agrícolas e não agrícolas, tomando por base os microdados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads).

peças de outros espaços econômicos, o turismo rural estimula o consumo nas áreas onde ocorre, desencadeando o tradicional efeito multiplicador da atividade turística”.

Assim, as atividades associadas ao turismo rural, tais como: “a fazenda-hotel [...], o pesque-pague, a fazenda de caça [...], a pousada, o restaurante típico, as vendas ‘diretas do produtor’, o artesanato, a industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo” podem ser interessantes estratégias de “diversificação produtiva das propriedades rurais” (SILVA; VILARINHO; DALE, 2000, p. 20).

Ao se mostrar como “uma alternativa adicional de geração de ocupações e de rendas não-agrícolas em áreas rurais decadentes ou estagnadas” (SILVA; VILARINHO; DALE, 2000, p. 60), o turismo rural passa a ser um importante aliado na busca pelo desenvolvimento econômico no campo. Essas transformações econômicas que o turismo rural pode desencadear são de grande relevância, contudo, bem mais do que isso, a atividade pode promover nos espaços onde se insere o desenvolvimento:

que é simultaneamente econômico e social, e também territorial, e envolve processos de mudança estrutural, produção social significativa, redistribuição mais equilibrada da riqueza, melhoria dos rendimentos, das condições de vida e das expectativas, sobretudo dos grupos sociais menos favorecidos (CAVACO *apud* SILVA; VILARINHO; DALE, 2000, p. 27)

Para tanto, como nos lembra Novaes (1999), o turismo rural deve harmonizar os interesses do meio ambiente, da comunidade local e do próprio turismo. Ou seja, conjugar o desenvolvimento da atividade turística aos elementos naturais e ecológicos, sócio-culturais e econômicos. Deste modo, o autor ressalta que todo o processo do desenvolvimento do turismo sustentável do espaço rural deve acontecer e se manter de tal forma e em tal escala que garanta a viabilidade por um período indefinido de tempo, sem degradar o ambiente onde se processa e sem comprometer o desenvolvimento das outras atividades da propriedade.

A implantação dessa atividade precisa adotar os seguintes princípios: “uso sustentável dos recursos; revitalização das economias locais; qualidade de gestão; integração da população local; desenvolvimento planejado e controlado que implica na capacidade de carga, baixo impacto e sustentabilidade” (CROSBY *apud* NOVAES, 1999, p. 143).

Assim, o turismo rural pode favorecer o fluxo econômico no meio rural, provocando a revitalização econômica e social e, ao mesmo tempo, conservando e melhorando o seu

entorno. Para tanto, não podemos perder de vista que os maiores beneficiários do turismo devem ser necessariamente os moradores do destino onde a atividade se desenvolve, pois, como nos adverte Krippendorf (2001), “é importante reconhecer que o turismo deve servir ao homem, e não o contrário”.

Nesse sentido, quando há planejamento adequado e, sobretudo, participação da comunidade local durante o processo de preparação de uma região para o desenvolvimento turístico, o resultado final tem grandes possibilidades de ser positivo. Os efeitos socioculturais sobre as comunidades locais podem se manifestar, entre outros aspectos, em melhores condições de vida e enriquecimento cultural.

Se bem planejado, o turismo rural pode ainda ser um indutor de melhoria na qualidade de vida das populações receptoras, na medida em que, com o incremento do fluxo turístico, além dos investimentos diretos, realizados nas propriedades rurais, ocorrerá um aumento nos investimentos indiretos, pela maior utilização da infra-estrutura turística, e também haverá investimentos induzidos, que são aqueles provocados pela expansão de outros setores necessários ao atendimento dessa nova demanda, mas destinados originalmente aos habitantes do local. Trata-se da infra-estrutura de apoio ao turismo. Temos como exemplos os serviços bancários, serviços médicos, comércio, energia elétrica, comunicações e toda a infra-estrutura básica.

No caso dos contextos populares rurais, muitas vezes acometidos pela carência desses serviços, o turismo pode significar uma grande oportunidade de transformação, a partir do favorecimento de acessos. Contudo, mesmo esperando que haja melhoria na oferta de equipamentos e serviços, para facilitar esse processo, é recomendável, sempre que possível, estimular o investimento em atividades que possam ser oferecidas a partir dos recursos já existentes na região sem que haja grande esforço ou desgaste ambiental, garantindo a continuidade dos recursos e promovendo o bem estar social na localidade receptora. Daí a necessidade de um planejamento cuidadoso e em longo prazo.

Acreditamos, portanto, que promover o turismo rural de maneira responsável pode ser uma contribuição relevante na busca pelo tão almejado desenvolvimento local no meio rural, bem como um interessante esforço para a diminuição da desigualdade de acesso que acomete as populações do campo. Isso porque “promover um turismo organizado e administrado pela população rural com uma oferta de pequena escala [...] torna possível que benefícios

econômicos do turismo tenham incidência na sociedade rural”. (EMBRATUR *apud* SILVA; VILARINHO; DALE, 2000, p. 59).

Acontece, entretanto, que ao procurar diversificar suas possibilidades de geração de renda, a população rural - sobretudo a que vive da agricultura familiar - se depara com dificuldades de diversas ordens. Assim, faz-se necessário o envolvimento do poder público que deve assumir um papel fundamental no apoio, implantação e fomento da atividade turística desenvolvida por agricultores familiares.

É através do trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) que o governo brasileiro se faz presente junto à população que vive e produz em regime de economia familiar. Tal serviço se propõe a “viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade” (BRASIL, 2004a, p. 3). Diante da nova dinâmica que vem se desenhando no meio rural brasileiro, o serviço público de Extensão Rural passa a ter um novo papel e se propõe a ser um importante instrumento a serviço da construção de um novo modelo de desenvolvimento no campo.

A Extensão Rural contemporânea privilegia a agricultura familiar ao mesmo tempo em que deixa de estar direcionada apenas para atividades agrícolas. Esse olhar parte da compreensão de que a busca pelo desenvolvimento no meio rural na atualidade passa pela necessidade de encarar o campo como um espaço que oferece muitas outras possibilidades e não apenas as tradicionalmente relacionadas àquele meio.

É importante lembrar que, entre suas diretrizes, a nova Política Nacional de Ater apresenta uma preocupação especial com ações que visem estimular a permanência das pessoas na produção familiar “de modo a assegurar o processo de sucessão” (BRASIL, 2004a, p. 8). As novas ruralidades - entre as quais o turismo rural - parecem ter a capacidade de favorecer esse processo, uma vez que podem representar mais oportunidades no campo.

Visando aperfeiçoar o processo de implementação da Política Nacional de Ater e do Sistema Brasileiro Descentralizado de Ater (Sibrater) nas diversas áreas, a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) organizou, no fim de 2007, Redes Temáticas de Ater em todo o país. Essas Redes surgiram com o papel de estabelecer uma articulação entre as empresas estaduais de Ater e a SAF, criando oportunidades de troca de experiências (BRASIL, 2007b).

Entre essas Redes, existe uma intitulada “Turismo na Agricultura Familiar”, que é a responsável pela implantação do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF). A criação desta Rede se deu a partir da constatação da importância das

atividades não-agrícolas na composição da renda de milhares de agricultores familiares e do reconhecimento do turismo como atividade capaz de gerar emprego e renda, além de possibilitar agregação de valor à produção agrícola ou artesanal, preservação do meio ambiente e valorização das culturas locais por meio do resgate do modo de vida camponês. (BRASIL, 2009a)

A coordenação do Sistema Nacional de Ater ocorre por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria da Agricultura Familiar e Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater). Sua gestão é compartilhada entre representantes do governo federal, de instituições dos estados, entidades de representação da agricultura familiar e organizações representativas da sociedade civil que atuem na promoção do desenvolvimento rural sustentável. (BRASIL, 2004a). Em Pernambuco o órgão responsável pelas ações propostas pela Política Nacional de Ater é o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).

A partir da compreensão do serviço de Ater como um esforço para contribuir com o desenvolvimento rural sustentável, acreditando no turismo rural como um elemento significativo nesse processo e considerando que a Pnater se materializa a partir das ações nos estados e do trabalho desenvolvido pelos extensionistas nos municípios, o presente estudo se volta à análise das intenções e ações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, a partir das seguintes indagações:

- Quais as propostas e diretrizes da Política Nacional de Ater para o turismo rural como atividade econômica para a agricultura familiar?
- De que maneira as propostas desenvolvidas pela Política Nacional de Ater para geração de trabalho e renda para os agricultores familiares via turismo rural estão sendo contempladas nas ações do IPA, órgão responsável pela execução das políticas de Ater em Pernambuco?
- Existe uma articulação do IPA com os órgãos responsáveis pelas políticas públicas setoriais voltadas ao desenvolvimento da atividade turística em Pernambuco?
- Até que ponto a Extensão Rural em Pernambuco contempla o turismo rural nas práticas dos seus técnicos extensionistas?

A motivação para realizar um estudo que aproximasse o turismo da Extensão Rural surgiu do fato de termos formação superior em Turismo e estarmos enveredando neste novo

campo de conhecimento, que é a Extensão Rural para o Desenvolvimento Local. Quando buscamos aproximar os temas Extensão Rural, Turismo Rural e Desenvolvimento Local, pretendemos avançar academicamente em cada um desses campos de conhecimento, mas, sobretudo, mostrar suas interfaces e provocar a reflexão sobre a atuação do poder público no tocante a essas questões.

Ao promover uma investigação acerca do olhar da Política Nacional de Ater para as questões não agrícolas – sobretudo o turismo rural - pretendemos colaborar com as reflexões sobre um modelo de desenvolvimento rural que, ao propor novas práticas, torna-se um instrumento promissor na busca por um desenvolvimento que julgamos ter a possibilidade de ser mais sustentável do que aquele praticado no meio rural brasileiro em tempos passados.

É importante ressaltar que o apoio governamental ao turismo rural na agricultura familiar está dando seus primeiros passos em Pernambuco, o que aumenta a importância e pertinência da pesquisa, pois desejamos revelar o perfil de entrada da atividade no estado, em face da nova Política. Sabemos ainda que a Pnater e seus desdobramentos estão em constante construção, portanto, temos a intenção de colaborar com o debate sobre o modo como vêm sendo tratadas suas propostas nas práticas de Ater e, a partir das constatações desta pesquisa, contribuir com esse processo de edificação.

Por fim, desejamos ampliar a compreensão sobre o desenvolvimento do turismo rural no estado de Pernambuco. Esse esforço soma-se aos de pesquisadores de outros programas de pós-graduação, como os mestrados em Geografia e em Gestão e Políticas Ambientais, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Colegas desta Universidade também já se debruçaram sobre esta questão. Entre eles, estão: Fabiana Bandeira Espírito Santo, cuja dissertação, escrita em 2006, intitula-se “Políticas públicas para o turismo e desenvolvimento local: o programa de regionalização do turismo - roteiros do Brasil, em Goiana-PE e a relação turismo rural e desenvolvimento local nas concepções dos gestores locais” e Ceci do Eirado Amorim que escreveu sobre “Comunicação Rural e Turismo Rural na Imprensa de Pernambuco (1993-2001)”, em 2002.

Sabemos que há no presente momento outras dissertações sendo desenvolvidas sobre o turismo rural pernambucano por alunos deste programa de pós-graduação. Acreditamos que esta seja uma relevante contribuição do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex) para o avanço acadêmico neste campo ainda tão carente de estudos.

O processo de investigação

O presente estudo, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), encontra-se situado na linha de pesquisa Extensão Rural para o Desenvolvimento Local – que, entre outras possibilidades, abre espaço para a realização de estudos dos processos de Extensão Rural envolvendo organizações governamentais.

Entendemos que esta pesquisa de natureza empírica tem caráter qualitativo, visto que possui as seguintes características: foi concebida principalmente numa perspectiva compreensiva; seu objeto de estudo foi abordado de maneira aberta e ampla; sua coleta de dados baseou-se nos métodos qualitativos que não implicam nenhuma quantificação ou mesmo nenhum tratamento, tais como a entrevista em profundidade, a observação livre e a análise de documentos; a análise dos dados também foi qualitativa, visto que as palavras foram analisadas diretamente por outras palavras sem a mediação de operações numéricas; a análise dos dados teve como alvo a descrição e não a obtenção de resultados (OLIVEIRA, 2008).

Vemos em Dencker (1998, p. 97) que “nas pesquisas qualitativas, os aspectos que podem ser definidos no projeto, diferem quanto ao grau de estruturação. As categorias teóricas, o plano e o foco das pesquisas são definidos no decorrer do processo de investigação”. Assim, o planejamento metodológico deste estudo não foi completamente determinado e fechado antes do início da pesquisa, mas evoluiu em função dos resultados que iam sendo obtidos. Além disso, a fase da coleta dos dados não foi separada totalmente da fase do tratamento desses dados. Assim, podemos considerar que a cada etapa da pesquisa, as decisões tomadas pela pesquisadora, a partir das contribuições da orientadora, foram fundamentais.

Com o propósito de analisar a nova Política Nacional de Ater, focando a importância que esta atribui ao turismo como ferramenta na construção do desenvolvimento local e observar como esta questão é trabalhada pelos extensionistas do IPA no estado de Pernambuco, estabelecemos três momentos distintos e integrados de pesquisa. No primeiro momento, foi realizada a revisão bibliográfica relativa aos temas norteadores do estudo e, simultaneamente foi feita a análise documental do Plano Nacional de Ater; depois foram

feitas visitas ao IPA para levantamento de dados e observação do funcionamento do Instituto; posteriormente foram realizadas entrevistas a pessoas consideradas fundamentais para a compreensão das questões propostas.

Iniciamos a pesquisa bibliográfica e documental, realizando leituras e fichamentos das obras que comporiam nosso referencial teórico. A partir daí, redigimos o capítulo intitulado *Extensão Rural, Desenvolvimento Local e Turismo Rural*. Segundo Serra Negra e Serra Negra (2004), o referencial teórico tem por finalidade sintetizar, de forma clara e precisa, a produção de outros autores, trazendo as contribuições mais importantes, diretamente relacionadas ao assunto. Este capítulo serve de base para fundamentar o assunto. Essa fase da pesquisa aborda os seguintes temas: Extensão Rural, Novas Ruralidades, Turismo Rural e Desenvolvimento Local.

Paralelamente, foi desenvolvida a análise documental da Política Nacional de Ater e seus desdobramentos no que concerne ao desenvolvimento turismo rural na agricultura familiar, com foco nas questões que dizem respeito a novas ruralidades, turismo, geração de renda e desenvolvimento local.

Compreendemos análise documental como a identificação, verificação e apreciação de documentos para determinado fim. No caso de pesquisas científicas, como a nossa, é, ao mesmo tempo método e técnica. “Método porque pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação. Técnica porque é um recurso que contempla outras formas de obtenção de dados, como a entrevista [...]” (MOREIRA, 2005, p. 272). Através da análise documental, pudemos verificar o teor e o conteúdo do material escolhido para análise.

Após essa etapa, iniciamos os contatos com o Instituto Agrônomo de Pernambuco, por meio de visitas de caráter exploratório. Com essas visitas, buscamos uma maior imersão no problema de pesquisa, ao mesmo tempo em que criávamos laços de confiança com os profissionais que nos forneceriam os dados necessários para nosso trabalho e estabelecíamos as negociações para obter acesso ao campo. Precisamos registrar que nesta etapa encontramos uma grande abertura por parte de todos os profissionais com os quais entramos em contato. Tal fato contribuiu de modo significativo no processo de investigação.

Para compreender melhor como se davam as ações da Rede Temática de Turismo e conhecer alguns dos agentes de Ater que atuam nos municípios pernambucanos, solicitamos a autorização da direção do IPA para viajar junto com as articuladoras da Rede para os municípios de Caruaru e Vitória de Santo Antão e participar das atividades ali desenvolvidas.

Assim, em dezembro de 2008 presenciamos uma reunião entre os técnicos do IPA e os agricultores familiares do distrito de Murici, Caruaru. O encontro tinha como objetivo discutir o potencial turístico local. Em maio de 2009 participamos do I Seminário e Exposição do Artesanato da Agricultura Familiar de Vitória de Santo Antão – nesta ocasião entrevistamos quatro extensionistas, como parte da etapa seguinte da pesquisa.

As pessoas mais freqüentemente procuradas ao longo de todo o processo de pesquisa de campo foram as duas articuladoras da Rede Temática de Turismo na Agricultura Familiar em Pernambuco, porém, também buscamos dados junto a outros setores do IPA, como: Diretoria de Extensão Rural, Departamento de Estudos Prospectivos, Departamento de Recursos Humanos e Departamento de Apoio à Comercialização.

Como a técnica da observação livre permite o registro de imprevistos que podem enriquecer a compreensão do fenômeno estudado, desde o primeiro contato direto com o IPA, procuramos estar atentos ao máximo possível de detalhes. Como foi o caso da observação do desconhecimento por parte de alguns colaboradores do Instituto da existência de trabalhos voltados à atividade turística. Tal fato foi percebido durante as abordagens a funcionários em busca de informações sobre localizações de setores ou de pessoas. Esta e outras percepções foram registradas num diário de campo e as mais relevantes serão apresentadas ao longo do capítulo 3, que traz a análise dos dados da pesquisa de campo.

Para a etapa das entrevistas pessoais, elaboramos roteiros de entrevista semi estruturada que foram aplicados a três categorias de entrevistados: extensionistas que atuam como agentes de Ater em municípios pernambucanos; articuladoras da Rede Temática de Turismo na Agricultura Familiar em Pernambuco; e representante da Diretoria de Extensão Rural do IPA. As entrevistas foram realizadas ao longo do mês de maio. Aqui nosso intuito era saber, a partir dos depoimentos dos entrevistados, como a Pnater se faz na prática, sem perder o foco de nosso recorte epistemológico, qual seja, o lugar do turismo nesse processo.

Os roteiros semi-estruturados foram compostos por perguntas divididas em quatro blocos:

- **Identificação:** no qual procuramos situar o entrevistado, de acordo com sua formação, função, tempo de atuação e trabalho que desenvolve na Extensão Rural;
- **Conhecimento das propostas da Pnater:** onde buscamos observar a compreensão do entrevistado acerca de questões como público-alvo, atividades agrícolas e não agrícolas na nova Pnater. Além da percepção da relação entre

proposta e prática da Pnater voltada para o turismo no estado/município onde atuam;

- **Turismo rural:** neste bloco objetivamos identificar as opiniões dos entrevistados a respeito da atividade turística na agricultura familiar, bem como detectar que ações vêm sendo desenvolvidas pelo IPA para desenvolver o turismo em Pernambuco;
- **Avaliação do trabalho como extensionista:** buscamos perceber as opiniões dos entrevistados sobre as condições oferecidas pelo IPA para o desenvolvimento do trabalho como extensionista, sobretudo nos aspectos relacionados às novas ruralidades, e em especial ao turismo rural.

Apesar dos três roteiros serem compostos dos mesmos blocos e haver algumas perguntas comuns a todos, cada um apresentava algumas questões específicas, pois de cada categoria de entrevistados se pretendia obter determinadas informações relacionadas ao seu campo de atuação. Todos os roteiros de entrevista encontram-se em apêndice.

Como é comum nas pesquisas qualitativas, as entrevistas pessoais assemelharam-se a conversas, ao mesmo tempo em que se distinguiram destas por se basearem numa lista de perguntas que visavam dar conta de determinados objetivos. As respostas destas entrevistas foram registradas, com a autorização dos entrevistados, através do uso de um gravador digital. Posteriormente as respostas foram transcritas para facilitar o uso das informações. Apenas uma entrevistada não permitiu a gravação de suas respostas, alegando timidez diante do gravador. Ela preferiu que suas respostas fossem anotadas.

Entrevistamos o representante da Diretoria de Extensão Rural do IPA e as duas extensionistas que atuam como articuladoras da Rede Temática de Turismo na sede do Instituto. As entrevistas ocorreram em momentos distintos e tivemos o cuidado de estar a sós com cada entrevistado para que não houvesse interferências e para que as respostas de um não influenciassem as dos demais.

Entrevistamos ainda oito extensionistas que trabalham no campo. Cinco deles atuam como agentes de Ater em municípios de abrangência do projeto da Rede Temática de Turismo na Agricultura Familiar: Bezerros, Bonito, Caruaru, Pesqueira e Rio Formoso. Os outros três estão lotados em: Gravatá, Pombos e Vitória de Santo Antão - locais que, apesar de não terem sido contemplados pelo projeto, são considerados municípios de interesse turístico (ALECRIM, 2007).

Após a coleta de dados, categorizamos as respostas respeitando os mesmos blocos dos roteiros semi-estruturados, para procedermos a análise das entrevistas. Na apresentação dos resultados das entrevistas, resolvemos tratar os respondentes pelo termo “Entrevistado” seguido de um número de um a onze que representa cada um deles. Tivemos também o cuidado de ocultar os gêneros dos entrevistados, assim, apesar de termos entrevistado quatro mulheres, todos os respondentes foram tratados através de termos masculinos. Fizemos isso para preservar suas identidades.

As entrevistas realizadas nos forneceram elementos para que pudéssemos apresentar nesse trabalho parte da história recente da Extensão Rural pernambucana. Já que não havia registros escritos em que pudéssemos nos basear, foi fundamental recorrer aos depoimentos dos entrevistados através da história oral. Esse método representa uma possibilidade de registrar a memória viva de um determinado indivíduo ou grupo. É a escrita do conhecimento transmitido, através da língua falada, por aqueles que vivenciaram os fatos. Segundo Berger e Luckmann (1974), esse método possui caráter descritivo, que é passível de várias interpretações da realidade, que são vistas e aceitas como certas.

Alberti (1989, p. 52) afirma que a história oral é “um método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo [...]”. Buscamos, nas entrevistas realizadas, compreender, entre outras coisas, a história e o funcionamento do IPA e as transformações que vêm se processando na oferta do serviço público de Ater em Pernambuco.

A partir desse percurso metodológico, construímos a presente dissertação que está dividida em três capítulos, além da introdução. O primeiro, intitulado *Extensão Rural, Desenvolvimento Local e Turismo Rural*, traz a fundamentação teórica da dissertação, abordando as questões centrais e relações entre os três temas norteadores.

O segundo capítulo, *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e Turismo Rural na Agricultura Familiar*, apresenta a análise das propostas da Pnater e seus desdobramentos, com foco nas novas ruralidades, turismo rural, geração de renda e desenvolvimento local.

O terceiro capítulo, chamado *Turismo Rural e Política Nacional de Ater Por Quem a Operacionaliza*, apresenta os resultados das entrevistas realizadas junto aos representantes do IPA, responsáveis pela operacionalização da Política Nacional de Ater em Pernambuco.

Após as conclusões, que trazem as considerações finais do estudo, apresentaremos as referências das obras consultadas para a elaboração da dissertação.

Por fim, apresentaremos, em apêndice, os roteiros das entrevistas realizadas.

CAPÍTULO 1

Extensão Rural, desenvolvimento local e turismo rural

O presente capítulo apresenta a fundamentação teórica da dissertação e visa ampliar a compreensão do leitor acerca das questões centrais da pesquisa. Aqui, abordamos, entre outros, aspectos conceituais e históricos, com base em textos de diversos autores que já se debruçaram sobre os temas: Extensão Rural, Turismo e Desenvolvimento Local.

Como estamos tratando de assuntos que podem interessar a pessoas de diferentes áreas de formação e atuação profissional, tentamos expor os assuntos de modo esclarecedor. Esperamos, com isso, contribuir para ampliar a compreensão de quem consultar esse texto sobre cada um dos temas norteadores do estudo bem como sobre a relação entre eles.

1.1 Sobre Extensão Rural

Dados oficiais defendem que o Brasil seja um país essencialmente urbano e em vias de se urbanizar completamente. Chega-se a calcular que por volta de 2030 o país já deva ser inteiramente tomado por cidades. (VEIGA, 2003)

Discordando do que chama de “ficção oficial”, Veiga (2003) afirma que o espaço rural brasileiro é muito mais amplo do que o oficialmente definido e explica que este equívoco se deve ao fato de se considerar urbana toda sede de município e de distrito. A partir desta lógica, o grau de urbanização brasileiro teria atingido 81,2% desde 2000.

Utilizando outros critérios de contagem – como o que considera a pressão antrópica como o melhor indicador do efetivo grau de urbanização dos territórios - o autor defende que um terço da população brasileira seja rural e afirma ser possível que, ao contrário do que se prevê, essa proporção não diminua nas próximas décadas.

Veiga propõe que se rompa com a visão de que todo o Brasil rural seja formado por municípios que estão se esvaziando e declara ser inadmissível que se considere “mais de 90% do território brasileiro, 80% de seus municípios e 30% de sua população como um mero resíduo deixado pela epopéia urbano-industrial da segunda metade do século XX”. (VEIGA, 2003, p. 6)

Além de chamar atenção para as dimensões do campo, Veiga ressalta a imensa desigualdade existente entre o Brasil urbano e o Brasil rural. “Uma desigualdade que se manifesta principalmente nas oportunidades, nas escolhas, nas opções e, sobretudo, nos direitos que podem ser efetivamente exercidos por essas duas partes da população.” (VEIGA, 2003, p. 44). A partir dessas constatações, vemos que se faz necessário desconstruir uma série de crenças acerca da “insignificância” do mundo rural e enxergar a relevância de todas as iniciativas que visem oferecer melhores condições de vida às pessoas que vivem no campo brasileiro.

Essa inquietação que Veiga lança com seu livro “Cidades Imaginárias” coincide com uma época marcada pela reflexão e tomada de novos rumos no que concerne a políticas públicas brasileiras voltadas às populações do meio rural.

Sabemos que é através do serviço público de Assistência Técnica e Extensão Rural que o governo brasileiro se faz presente junto às populações rurais, sobretudo aquelas acometidas pela desigualdade de acessos.

1.1.1 Mas, afinal, o que é Extensão Rural?

Para facilitar a compreensão do que vem a ser Extensão Rural, começaremos mostrando alguns dos significados que o termo vem apresentando ao longo de seus mais de 60 anos de história no território brasileiro. Para tanto, recorreremos à pesquisa realizada pelo professor Callou (2006) sobre o caráter polissêmico da Extensão Rural. Segundo o pesquisador, a multiplicidade de sentidos da Extensão é alimentada tanto pelo Estado quanto pela produção científica das universidades e dos centros de pesquisa.

O primeiro significado atribuído ao termo refere-se ao seu caráter educativo, através de intervenções do Estado para o desenvolvimento das populações de contextos populares por meio de ações de educação formal, marcadas pelo uso de estratégias persuasivas de comunicação.

Depois surge uma Extensão voltada ao aumento da produção e da produtividade, via recursos creditícios. Nesse momento, a Extensão preocupa-se em oferecer ajuda técnica e financeira e o consumo de bens materiais é visto como estratégia de melhoria do nível de vida das populações rurais. Aqui, a Extensão Rural propõe a adoção de tecnologias como: plantio adequado, espaçamento correto, curva de nível, adubo orgânico etc. Em termos de economia

doméstica, as recomendações se relacionavam à habitação, alimentação, vestuário, entre outros aspectos.

Nessa perspectiva, a Extensão Rural passa a ter outro significado, ou seja, o de “ajuda técnica e financeira” como “ferramenta de educação”. Entenda-se que a educação aqui referida ainda tem um caráter vertical e unidirecional.

Aos poucos, a Extensão vai restringindo suas ações “educativas”, sua “filosofia humanista de ação”, o crédito supervisionado e as atividades ligadas à economia doméstica, para se dedicar a uma agricultura moderna, com intensivo uso de recursos químicos e mecânicos e com um sistema de crédito voltado particularmente às regiões consideradas mais promissoras. Questões como a Reforma Agrária, movimentos populares, como as Ligas Camponesas, e sindicatos apoiados pela Igreja Católica estão de fora das preocupações do serviço de Extensão Rural. Nesse momento, o que interessa é o desenvolvimento em grandes proporções.

Nesse contexto, a Extensão Rural adquire outro significado: o de difusora de inovações tecnológicas para a modernização da agricultura brasileira. O ápice desse processo se dá durante o período do “milagre brasileiro”, quando a indústria de produtos agropecuários se desenvolve e amplia seu mercado consumidor no país.

Com a crise do “milagre brasileiro” e dos incentivos fiscais, a Extensão ganha outro significado ao fundir a difusão de tecnologias modernas com o extensionismo original, “educativo”, “humanista”.

Posteriormente, a partir das contribuições paulofreireanas, é atribuído um novo significado ao termo e a Extensão passa a ser vista como educação dialógica, comunicação horizontal. O que ora se propõe é a participação efetiva dos “beneficiários” da Extensão Rural.

Nesse momento, pela primeira vez há uma expressiva ruptura com o que vinha sendo proposto. Podemos analisar que todos os significados anteriormente atribuídos à Extensão estavam voltados a uma mesma lógica: “a de dissipar o ‘subdesenvolvimento’, o ‘atraso’, a ‘ignorância’ dos agricultores e dos pescadores através de ‘estratégias educativas’ para adoção de tecnologias” (CALLOU, 2006, p.11). Agora, a partir das contribuições de Paulo Freire, todas essas práticas passam a ser consideradas antidialógicas. Entretanto, a proposta do educador chega num período marcado pela ditadura militar brasileira, que é também um

momento de consolidação de discursos científicos que legitimavam as ações técnicas e científicas tradicionais.

Depois de Paulo Freire, os pesquisadores que se debruçam sobre o tema, desenvolvem um esforço teórico particularmente voltado ao campo da comunicação. Assim, a Extensão firma seu significado educativo-comunicacional, superando a consolidada teoria da difusão de inovações. “As organizações não-governamentais e os técnicos que superaram a visão extensionista tradicional, também tiveram um papel fundamental nesse processo”. (CALLOU, 2006, p. 11)

Nos últimos dez anos, surge a aproximação entre a Extensão Rural e o Desenvolvimento Local. Essa aproximação deve-se às mudanças ocorridas na sociedade contemporânea, que passaram a exigir novas abordagens conceituais que permitissem uma melhor compreensão de suas práticas. As concepções de Estado, de movimentos sociais, de relações de dominação, de ruralidade, de comunicação, entre outras, mudaram e com isso o paradigma funcionalista modernizador e a teoria da participação já não eram mais suficientes para explicar o quadro apresentado. Surgiu assim a necessidade de ampliação do campo teórico da Extensão Rural. Uma nova abordagem vem sendo construída e nela as culturas populares passaram a ocupar lugar de destaque. A característica essencial da comunicação rural, no entanto, permanece sendo a capacidade de construir mudanças. (TAUK SANTOS, 2000)

Segundo Tauk Santos, na perspectiva do desenvolvimento local a Extensão Rural deve contemplar duas ações fundamentais: a pesquisa na perspectiva das mediações e reconversões culturais e dos atores e do processo de desenvolvimento local e a formação de gestores de processos comunicacionais capazes de promover a concertação entre os atores envolvidos no processo do desenvolvimento local comunitário (TAUK SANTOS, 2000).

Após essa breve revisão dos diferentes sentidos que ao longo do tempo foram atribuídos ao termo, apresentaremos um conceito de Extensão Rural elaborado há mais de 10 anos, mas que continua dando conta, de forma concisa, do seu significado. Segundo essa definição, a Extensão Rural é “compreendida como um esforço interativo de organizações governamentais e não-governamentais com a população rural no sentido de promover mudanças sociais [...] traz consigo, portanto, a perspectiva de desenvolvimento” (TAUK SANTOS; SPENILLO, 1997, p. 111).

1.1.2 Um pouco de história:

Na busca pelo desenvolvimento do campo, foi implantado na década de 1940, o serviço público de Extensão Rural. Tal serviço visava viabilizar uma política modernizadora do campo para se superar o atraso do meio rural brasileiro. Para tanto, se utilizava de um modelo de comunicação difusionista. O sistema de Comunicação Rural brasileiro se baseava na necessidade da persuasão das populações rurais para que as mesmas aceitassem acriticamente as propostas do Estado. Este, portanto, era um modelo de comunicação em que não havia espaço para o diálogo. Nele a mudança era imposta de fora para dentro, verticalmente. (TAUK SANTOS, 2000).

A idéia era implantar no campo o que já havia sido feito no meio urbano, ou seja, tornar o meio rural “desenvolvido” a partir dos recursos tecnológicos modernos.

Em 1969, Paulo Freire escreveu o livro *Extensão ou Comunicação?* em que tecia críticas ao difusionismo. Contra o modelo posto, o educador protestava: “aos camponeses, não temos que persuadi-los para que aceitem a propaganda, que, qualquer que seja seu conteúdo [...], é sempre domesticadora” (FREIRE, 2002, p. 24). A comunicação, para ele, precisava ser vista como uma prática dialógica em que os atores envolvidos no processo não fossem tratados como objetos, e sim como sujeitos ativos e participassem da construção de mudanças. O que Freire propunha era que a transformação se desse de dentro para fora através da consciência crítica, do diálogo e da participação. Vale ressaltar que o Brasil e outros países da América Latina viviam dias de repressão nas mãos da ditadura militar. Já nos anos oitenta, com a queda das ditaduras no continente, o discurso da participação popular passou a ser adotado pelos representantes do governo, apesar de na prática o difusionismo ter continuado a nortear as ações da Comunicação Rural. (TAUK SANTOS, 2000)

A difusão de inovações e a adoção de novas tecnologias em contextos populares rurais acabaram por provocar prejuízos ambientais, aumento da concentração de terra e migrações campo-cidade, na medida em que os pacotes tecnológicos desarticulavam as relações de trabalho no campo e endividavam os pequenos produtores rurais (CALLOU, 2006). Nesse momento, o Serviço Nacional de Extensão Rural foi fundamental para o plano de modernização.

Para Lima e Figueiredo (2003), apesar de ter significado um avanço do ponto de vista da modernização, a Extensão Rural brasileira provocou um aumento da dependência do

agricultor em relação ao mercado e a diminuição de sua remuneração. Além disso, não se mexeu na estrutura fundiária. Mas, se os objetivos das políticas públicas não eram realizar reforma agrária e promover justiça social, pode-se dizer que o resultado foi “positivo”. Naquela ocasião poucos refletiram sobre esse processo e se questionaram sobre quem seriam seus verdadeiros beneficiados.

Em 1984, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) definia a Extensão Rural como processo educativo com o objetivo de contribuir para a elevação da produção, da produtividade, da renda e da qualidade de vida das famílias rurais, sem dano ao meio ambiente. Iniciava-se – ao menos no discurso – a preocupação do poder público com a sustentabilidade das atividades desenvolvidas no meio rural brasileiro. (ASBRAER, 2009)

É importante lembrar que tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a Lei Agrícola de 1991 determinam que a União mantenha serviços de Ater pública e gratuita para os pequenos agricultores (BRASIL, 2004a).

A despeito disso, em 1990, o Governo Federal diminuiu substantivamente sua participação financeira e extinguiu a Embrater, abandonando assim os esforços para garantir a existência de serviços de Ater no país. Este afastamento do poder público nacional provocou uma forte crise na Ater brasileira (BRASIL, 2004a).

Num esforço de manutenção desta política pública, alguns estados reestruturaram os serviços, mudando suas formas institucionais e criando novos mecanismos de financiamento e operacionalização. “Nesse mesmo período, surgiram e se expandiram várias iniciativas, visando suprir a carência e o vácuo deixado pelo Estado, destacando-se aquelas patrocinadas por prefeituras municipais, por organizações não-governamentais e por organizações de agricultores, entre outras”. (BRASIL, 2004a, p.5).

1.1.3 E nasce uma nova proposta de Extensão Rural...

Em 2003, depois de vários anos de abandono, o país volta a ter uma Política de Ater e novamente destina recursos financeiros para apoiar as ações do setor (CAPORAL, 2006). O Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria da Agricultura Familiar, passa

então a ser responsável pelas atividades de Ater - que antes eram de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Nesse mesmo ano, para nortear suas ações, o MDA lançou a nova a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e o Dater retomou as atividades com as organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural governamentais e não governamentais, organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais, instituições de ensino formal e informal, em todos os estados, além dos diversos setores do Governo Federal. Este novo arranjo institucional em torno dos serviços de Ater aos agricultores familiares passa a ser denominado de Sistema Descentralizado de Ater Pública, que tem como principal atribuição implementar a Pnater. (BRASIL, 2008)

A construção da nova Pnater surge a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde² e dos problemas evidenciados pelos estudos dos modelos convencionais de Ater que se baseavam no difusionismo. Na tentativa de não cometer os mesmos erros do passado, a Política foi pensada para dar voz aos diversos atores envolvidos e desde a concepção do instrumento a opinião dos principais interessados foi ouvida. Vejamos como se deu esse processo:

[a criação da nova Pnater surgiu a partir da] articulação com diversas esferas do governo federal, ouvindo os governos das unidades federativas e suas instituições, assim como os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais comprometidos com esta questão. (BRASIL, 2004a, p. 3).

Com a nova Ater, nasce a promessa da oferta de um instrumento novo e capaz de contribuir, decisivamente, para a construção de outro modelo de desenvolvimento rural e de agricultura que além de sustentáveis possam assegurar melhores condições de vida para a população rural e urbana. (BRASIL, 2004a, p. 3)

Entre outros aspectos, essa nova política propõe que o trabalho da Ater pública auxilie na viabilização de “estratégias que levem à geração de novos postos de trabalho agrícola e não

² Modelo baseado na intensiva utilização de sementes modificadas geneticamente, insumos industriais e práticas agrícolas mecanizadas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 1960 e 1970, porém acarretaram graves problemas, como: a degradação ambiental, o endividamento dos pequenos agricultores, o aumento da concentração fundiária e a dependência de sementes modificadas e tecnologias importadas.

agrícola, no meio rural”. (BRASIL, 2004a, p. 6). É aí que se abre espaço para que sejam realizadas ações voltadas ao desenvolvimento do turismo na agricultura familiar.

1.2 Sobre Turismo Rural

O turismo é uma atividade que resulta dos deslocamentos de pessoas para locais diferentes daqueles onde residem, por razões diversas, podendo gerar impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais de diversas ordens nos núcleos receptores.

Conceitos de turismo já foram elaborados por diversos autores. Vejamos a definição adotada pela Organização Mundial do Turismo (OMT):

Turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem de seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (DE LA TORRE *apud* IGNARRA, 1998, p. 24).

Por se tratar de uma atividade situada no setor terciário da economia, o turismo caracteriza-se por uma série de serviços que são oferecidos aos visitantes e que atuam de forma integrada entre si, de modo que a inexistência ou deficiência de um deles pode impedir ou dificultar a prestação dos demais serviços, comprometendo ou inviabilizando o funcionamento. (ALECRIM, 2007)

Em termos econômicos, o turismo é considerado na atualidade, como a atividade que mais cresce no mundo. Empregando cerca de 10 por cento da população economicamente ativa mundial e movimentando cerca de US\$ 4 trilhões, encontra-se entre os três maiores negócios do globo. (RUSCHMANN, 2001, p. 84)

Além disso, é uma das atividades econômicas que demandam o menor investimento para a geração de trabalho. Segundo pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (Fipe), a hotelaria, um segmento intensivo em mão-de-obra e com peso importante na atividade turística, demanda em torno de R\$ 16.198,60 de valor da produção da atividade requerida para geração de uma unidade de emprego, valor este bem menor do que aquele demandado por outros setores econômicos, tais como indústria têxtil (R\$ 27.435,20),

construção civil (R\$ 28.033,00) e siderurgia (R\$ 68.205,90) (BRASIL, 2007a). Se considerarmos que no turismo rural já se conta com uma infra-estrutura prévia e que a proposta desse segmento diferencia-se pela simplicidade dos equipamentos e serviços oferecidos, perceberemos que esse valor torna-se significativamente reduzido na realidade do campo.

Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego, que considera as Atividades Características do Turismo (ACT) com base em uma matriz que agrega 12 setores da economia, de acordo com a metodologia da OMT, o mercado formal de trabalho em turismo no País em 2006 era de 2,013 milhões pessoas empregadas (BRASIL, 2007a). Segundo o Plano Nacional de Turismo (PNT):

Esse número de empregos gerados no mercado formal pode ser extrapolado para se chegar a uma avaliação do mercado informal, considerando estudos que indicam uma relação de três empregos totais para um emprego formal. Como o setor é intensivo em mão-de-obra, com predominância de mão-de-obra informal, a utilização desse multiplicador para se avaliar o número de empregos e ocupações gerados pelo turismo, no mercado formal e informal, apresenta um resultado que pode ser considerado conservador (BRASIL, 2007a, p. 24).

Se há dificuldade para se contabilizar o número de empregos gerados pelo turismo de uma maneira geral, quando se trata do turismo rural, a escassez de dados é ainda mais evidente. Porém, é incontestável a capacidade que o turismo rural tem de promover mudanças.

A OMT prevê um crescimento favorável do turismo internacional nos países em desenvolvimento, motivados pelo interesse em determinados tipos de turismo, como o ecológico, o rural, o de aventura. (RUSCHMANN, 2001, p. 84)

Por ser um setor que envolve tantas cifras e mexe com a vida de tantas pessoas, o turismo há muito tempo vem despertando o interesse de populações e governantes de diversos locais ao redor do globo, que desejam uma fatia desse mercado tão cheio de promessas.

1.2.1 Mas nem só de flores é feito o turismo

Apesar dos benefícios que o turismo promete, não podemos esquecer que processos de turistificação exigem um planejamento que esteja aliado a condições de preservação do meio

em que se insere. Devemos, portanto, ter consciência da importância dos recursos naturais e culturais, de modo que haja uma garantia de continuidade da atividade e preservação do meio ambiente.

Devido à observação dessas questões, nos últimos anos vem ganhando mais destaque a preocupação com os efeitos negativos do turismo de massas, principalmente sobre as comunidades mais frágeis, menos desenvolvidas. Antes disso, o enfoque se concentrava quase exclusivamente nas vantagens dos ganhos financeiros e do incremento na oferta de empregos para a população local.

Atualmente sabemos que quando as ações turísticas têm outros princípios norteadores, como o enriquecimento de grandes investidores, e pouco colabora para a satisfação das necessidades e melhoria das condições de vida das populações autóctones, não pode contribuir para o desenvolvimento local. Ao invés de servir como instrumento de desenvolvimento, serve neste caso como ferramenta para o aumento das injustiças sociais.

Como resultado, essas opções equivocadas podem trazer consigo conseqüências negativas para a comunidade local, entre as quais: xenofobia, sentimento de inferioridade, servilismo, aculturação, entre outros, além de ameaçar com a destruição do meio-ambiente, a segregação dos nativos, a exclusão dos autóctones de todo o processo de planejamento e, em longo prazo, acarretar um amplo confisco sobre a população local (ROBINSON, 1999).

Além disso, Robinson nos alerta para o conflito entre turistas e anfitriões que, segundo ele “nasce em parte de uma divergência radical de objetivo: o primeiro entrega-se a uma atividade de prazer, o segundo trabalha. O turista chega com muitas expectativas; os anfitriões, com muita freqüência, não têm a menor idéia do que devem esperar dele” (ROBINSON, 1999, p. 22).

Esses riscos aumentam em contextos populares, como os encontrados nos ambientes em que se desenvolve a agricultura familiar, por exemplo. Isso porque quanto menor for o desenvolvimento da região receptora, maior será a intensidade dos efeitos negativos socioculturais resultantes do fluxo turístico sobre a população local (KRIPPENDORF, 2001). Entretanto, a realidade pode ser outra. A subordinação absoluta do anfitrião aos visitantes não é regra geral.

Por muito tempo perdurou a idéia de que o turismo era uma atividade cheia de benefícios e sem custos predatórios. A partir da década de 1970 começou-se a perceber que o turismo sem planejamento poderia ser altamente degradante e muitas vezes causar danos

irreversíveis ao núcleo receptor (BARRETTO, 1995; RUSCHMANN, 1997). Hoje sabemos que não é possível desenvolver turismo sem que ocorram impactos de diversas ordens. Entretanto, é viável gerenciar o desenvolvimento turístico objetivando minimizar os aspectos negativos e maximizar os pontos positivos.

Por isso, o planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento de um turismo equilibrado, também chamado de turismo sustentável, ou seja, aquele que ocorre em harmonia com os recursos naturais, culturais e sociais das regiões turísticas receptoras, preservando-os para as gerações futuras. Importante instrumento contra o afluxo desordenado de turistas nessas regiões, o planejamento ajuda, ainda, a evitar danos ambientais e a manter a atratividade dos recursos turísticos naturais e culturais. Contribui, portanto para que a atividade turística continue a se desenvolver, sem prejudicar suas próprias fontes de existência. (RUSCHMANN, 2001, p. 67)

Sobre planejamento, a Organização Mundial do Turismo diz que:

o planejamento do turismo deve ter como meta indiscutível a criação de benefícios sócio-econômicos para a sociedade mas, ao mesmo tempo, deve manter a sustentabilidade do setor turístico através da conservação do meio ambiente e da cultura local. O planejamento deve ser estruturado de modo adequado, enquadrado no tempo e no espaço e tem de ser aplicado de forma flexível, compreensiva, integrada, ambiental e sustentável, estar baseado na comunidade local e de acordo com uma estratégia que seja exequível. (SANCHO, 2001, p. 140)

Assim, pode-se dizer que o planejamento turístico é o processo que tem como finalidade ordenar as ações humanas sobre uma localidade turística, bem como direcionar a construção de equipamentos e facilidades, de forma adequada, evitando efeitos negativos nos recursos que possam destruir ou afetar sua atratividade. Constitui o instrumento fundamental na determinação e seleção das prioridades para a evolução harmoniosa da atividade turística, determinando suas dimensões ideais para que, a partir daí, se possa estimular, regular ou restringir sua evolução. (RUSCHMANN, 2001, p. 67)

O papel do poder público no desenvolvimento turístico é indispensável, já que cabe ao Estado cuidar do planejamento através de políticas e da legislação necessárias ao desenvolvimento da infra-estrutura básica, que proporcionará o bem estar da população residente e dos turistas. É seu dever ainda, cuidar da proteção e conservação do patrimônio ambiental, aí compreendidos os ambientes natural, psicossocial e cultural, bem como criar

condições que facilitem e regulamentem o funcionamento dos equipamentos e serviços turísticos nas destinações, geralmente a cargo de empresas privadas. (RUSCHMANN, 2001)

1.2.2 E o turismo pega o caminho da roça

No Brasil, durante muito tempo, os esforços governamentais se concentraram no incentivo ao turismo de sol e mar. Ou seja, os investimentos em todos os aspectos acima apontados, além do empenho na divulgação de destinos turísticos, estiveram ao longo de décadas focados na faixa litorânea do país. Nos últimos anos, entretanto, tem-se visto o empenho do poder público na interiorização da atividade. Tal feito pode ser observado em políticas públicas do governo federal, como: Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), do governo Fernando Henrique Cardoso e Programa de Regionalização do Turismo (PRT), do governo Lula. Em nível estadual, o Projeto Pernambuco Conhece Pernambuco visa promover o turismo interno como forma de incentivar a exploração turística da diversidade de climas, paisagens e manifestações culturais. Com isso privilegiam-se modalidades como: ecoturismo, turismo religioso e turismo rural, entre outros.

Ao interiorizar o turismo, se permite que seus efeitos positivos tenham incidência sobre a população do campo, diminuindo a desigualdade de acesso que acomete as populações rurais. Nesse contexto, entra em cena o turismo rural.

A interiorização territorial do turismo recebe diferentes denominações: turismo rural, turismo alternativo, turismo verde, ecoturismo, agroturismo, turismo cultural, turismo de aventura, turismo ambiental, entre outros. Independente da terminologia adotada, parte-se da constatação de que o turismo pode ser um recurso para os espaços rurais que procuram uma nova alternativa de desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de valorizar o seu patrimônio paisagístico e cultural. (NOVAES, 1999)

O termo “turismo rural” vem sendo utilizado para denominar, de maneira geral, as atividades turísticas promovidas no campo pelos produtores rurais para incrementar a renda de seus negócios agrícolas e criatórios.

Segundo a definição de Campanhola e Silva (2000a, p. 2-3) esta modalidade “consiste em um subconjunto específico de atividades que têm estreita relação com o ambiente natural e

cultural do meio rural, relacionando-se diretamente com a comunidade e contando com a sua participação”.

O Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) define o turismo rural como “um conjunto de atividades turísticas comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor ao produto do meio rural, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural das comunidades do campo”. O mesmo órgão conceitua esse segmento do turismo como “atividade multidisciplinar, que se realiza no meio ambiente, fora de áreas intensamente urbanizadas. Caracteriza-se por empresas turísticas de pequeno porte, que têm no uso da terra a atividade econômica predominante, voltadas para práticas agrícolas e pecuárias”.

Essa prática, da maneira como atualmente é conhecida e executada teve origem nos Estados Unidos. Lá, os fazendeiros davam abrigo a caçadores e pescadores que procuravam a região durante as temporadas de caça e pesca em seus ranchos, situados em lugares distantes e sem infra-estrutura. Com o tempo, a demanda por hospedagem foi aumentando e os rancheiros começaram a ver nos visitantes um filão de negócios. A partir daí, passaram a oferecer equipamentos e serviços voltados para o lazer no campo (BRASIL, 1994).

A prática de acomodar turistas urbanos em estabelecimentos rurais também é bastante comum na Austrália, na Nova Zelândia e em diversos países da Europa. De acordo com Silva, Vilarinho e Dale (2000), na França e na Itália, diversas propriedades rurais dedicadas à produção de queijos e/ou vinhos oferecem alojamentos e permitem ao turista participar de algumas fases do processo produtivo. Na Escócia, muitas destilarias de uísque oferecem estrutura de hospedagem. Já em Portugal os turistas que procuram o campo costumam se acomodar no meio familiar.

Na Argentina, no fim da década de 1960, os proprietários de estâncias na região da Patagônia descobriram que alojando hóspedes poderiam obter um rendimento adicional, superando assim um período de baixa rentabilidade nas atividades pecuárias. “A partir de 1987, verificou-se, naquele país, um vertiginoso crescimento de turismo em ‘hoteleria de estâncias’”. (SILVA; VILARINHO; DALE, 2000, p. 27).

No Brasil, a experiência de turismo rural mais antiga que se tem conhecimento é a do município de Lages, em Santa Catarina. A atividade surgiu como uma alternativa de aproveitamento da estrutura existente nas fazendas e estâncias de criação de gado de corte e leiteiro, muito comuns na região. A partir de 1983, o turismo rural passou a ser uma atração em Lavras do Sul, nos pampas gaúchos, que fazem fronteira com o Uruguai. Nas fazendas-

pousadas hóspedes são acomodados como amigos ou gente da família e participam das atividades cotidianas do campo (BRASIL, 1994).

É bom registrar que a procura pelo Ecoturismo já foi consagrada no Brasil e talvez tenha contribuído com a crescente demanda para o meio rural, onde se encaixa o Turismo Rural. O espaço rural do nosso país tem riquezas paisagísticas que servem como atrativos turísticos. Entre elas, destacam-se: terras cultivadas num mosaico verde; obras antigas de engenharia como a roda d'água; habitações com estilo arquitetônico preservado; equipamentos rústicos; aldeias, povoados; travessias, pontes; edificações, monumentos, fortificações, igrejas e templos históricos e antigos.

Em Pernambuco, a primeira iniciativa relacionada ao turismo rural se deu em 1993 na Fazenda Sambaíba, situada a 214 quilômetros de Recife, no município de Brejo. Atualmente, é na Zona da Mata do estado que essa atividade mais se desenvolve. Esta região tem até hoje na monocultura da cana-de-açúcar sua principal atividade econômica, geradora de empregos. Cenário de riqueza no passado, atualmente vive momentos de instabilidade econômica devido ao declínio da indústria açucareira. Desta forma, partindo da necessidade de criação de alternativas de renda e do interesse pessoal pelo desenvolvimento do turismo, propriedades que anteriormente se dedicavam a monocultura agrícola de exportação, agora investem no turismo rural para driblar as dificuldades (RIBEIRO, 2004).

Esse processo de turistificação decorre de outras transformações no espaço rural. Ao longo do tempo, mudanças significativas vêm transformando a realidade deste espaço, antes ocupado apenas por atividades relacionadas à agricultura e pecuária. O início das transformações se deu há algumas décadas atrás com a mecanização que acarretou queda no emprego de mão-de-obra diminuindo assim, as possibilidades de trabalho para o homem do campo. Este acontecimento rapidamente gerou um aumento muito significativo das safras e em seguida, a instabilidade econômica.

1.2.3 Se o turismo chegou ao campo foi porque no mundo rural muita coisa mudou.

Entre 1981 e 1998 houve uma diminuição da população rural ocupada com atividades agrícolas e um crescimento absoluto da população ocupada com atividades não-agrícolas no Brasil. Em 1998, o número de pessoas trabalhando em atividades não-agrícolas já ultrapassava os quatro milhões. (DEL GROSSI; SILVA, 2001).

Em tempos de globalização se esperava o desaparecimento da agricultura familiar, mas tem sido possível perceber uma tendência dos agricultores se adaptarem a nova ordem desenvolvendo outras atividades, como é o caso do turismo rural. Não se pode pensar que a pluriatividade, procurada pelos produtores, signifique decadência da propriedade familiar, mas sim uma etapa de diferenciação social e econômica das famílias rurais, que passam a ver com maior valor os bens não-tangíveis de que dispõem, como a paisagem, o lazer, a história e sua cultura.

Hoje a reprodução de uma série de “novas” atividades que quase nada têm a ver com as normalmente ali desenvolvidas vem sendo observada no contexto rural e não podemos ignorar esse fenômeno. (SILVA; VILARINHO; DALE, 2000).

Ao nos referirmos às atividades não-agrícolas desenvolvidas no campo como “novas”, achamos pertinente frisar que utilizamos o termo *novas* entre aspas porque “nem todas essas atividades são tão novas assim [...]. Essas atividades, entretanto, foram praticamente recriadas [...] não apenas com uma roupagem nova, mas também com um conteúdo novo” (SILVA; BALSADI; GROSSI, 1997 *apud* SILVA; VILARINHO; DALE, 2000, p. 40).

Swarbrooke deixa claro que o turismo rural constitui uma alternativa complementar à agricultura na geração de renda e emprego para a população quando afirma que: “o turismo pode ter um papel positivo na diversificação e no desenvolvimento da economia das áreas rurais em que as atividades tradicionais como a agricultura estão em declínio, os salários são baixos e a população está diminuindo a passos largos”. (SWARBROOKE, 2000, p.22).

Labat e Perez (1994) sugerem, ainda, a realização de outras atividades econômicas, integradas ao turismo rural, para promover o desenvolvimento local, como é o caso das atividades florestais, seja para atividades recreativas, seja como recuperação da paisagem e de áreas agrícolas degradadas.

Com as transformações no campo, um número cada vez maior de produtores vai percebendo que trabalhar com turismo pode ser tão ou mais rentável do que com produção agropecuária e, isso pode provocar a substituição das atividades tradicionais pela atividade turística.

Entretanto, sabemos que deve acontecer, principalmente em relação ao turismo rural, o empenho para que nunca se esgotem as possibilidades de uma localidade exclusivamente com suas atividades, já que elas não devem ser as únicas responsáveis pela sobrevivência e desenvolvimento da área. Se as atividades agrícolas forem abandonadas, corre-se o risco de

transformar o turismo em uma monocultura, que é, reconhecidamente, uma alternativa prejudicial aos locais que fazem essa opção. A monocultura do turismo pode acarretar os mesmos riscos que qualquer outra monocultura, quais sejam: a dependência econômica de uma atividade exclusiva, a maior vulnerabilidade às questões de sazonalidade e modismos e a perda de outras oportunidades, entre muitos outros problemas. Além disso, como geralmente os visitantes buscam o contato com a rotina do campo, com a diminuição das atividades rurais, pode-se perder a atratividade do local.

Além disso, para que esta novidade se desenvolva de maneira sustentável é importante que o agricultor receba apoio e tenha acesso a informações, uma vez que ele não estava habituado a comercializar serviços e sim produtos. Assim, é fundamental para o desenvolvimento e continuidade da atividade que as comunidades, o agricultor e sua família se organizem e se preparem para o novo.

O turismo rural une a necessidade das famílias do campo de aumentar e diversificar sua fonte de renda, ao desejo da população urbana de experimentar uma vivência bucólica. Esta união faz com que, na mesma proporção, aconteça a melhora da renda do homem do campo e cresçam as opções de lazer do homem da cidade.

As principais motivações do turismo rural envolvem, segundo Oliveira (2000), a fuga do cotidiano, descanso, diversão, busca de novos conhecimentos, contato com a natureza e emoções novas ou resgate das origens. Os recursos naturais e culturais do campo ampliam sua atração na mesma medida em que a imagem da cidade grande é associada à violência, intranqüilidade, sufoco e doença.

Segundo Sancho (2001), os principais motivos do surgimento das novas tendências na prática turismo e do lazer que inclui o turismo rural são: o aumento crescente do interesse pelas questões que envolvem o meio ambiente; o aumento na procura de experiências mais autênticas e de convívio com o modo de vida e costumes locais; a necessidade de lazer mais saudável bem como, de tranqüilidade e relaxamento que a vida do campo oferece; o interesse maior de cuidar da saúde física e mental; e, principalmente, o aumento no volume de ofertas e no marketing de “produtos turísticos” ligados ao meio rural e à natureza, por parte das operadoras e agências de turismo.

O turismo no espaço rural parece favorecer o intercâmbio entre as populações do campo e da cidade, contribuindo para a interiorização da atividade. Desta forma, estimula o consumo de vários produtos e serviços, gerando o efeito multiplicador da atividade turística

dentro das propriedades rurais e no seu entorno. Além disso, beneficia a comunidade local à medida que promove a melhoria da infra-estrutura para receber os visitantes.

Outro aspecto interessante é que este tipo de turismo se diferencia do modelo convencional por normalmente ser planejado como turismo especializado. Por ser praticado em pequena escala, o segmento provoca menores danos ao meio ambiente quando comparado, por exemplo, ao turismo de massa. Além disso, o turismo rural pode contribuir com a preservação do meio ambiente e a promoção do bem-estar das populações locais, uma vez que estes aspectos constituem o diferencial deste segmento.

Cavaco afirma que:

Perante os custos sociais e ambientais do turismo de massa, convencional, gregário, quase popular, próprio de uma sociedade de consumo, organizado 'industrialmente', afirmam-se procuras diferentes, novas, responsáveis e sustentáveis, seletivas em termos econômicos e em valores e comportamentos pessoais, preferencialmente no próprio país e em regiões não muito distantes, prefigurando talvez o turismo do futuro: um turismo individualizado, de escala humana, bem integrado aos locais de destino, de estrutura familiar e artesanal, culturalmente rico, não necessariamente muito dispendioso, mas raramente com o cunho de turismo social. (CAVACO, 1996, p.104)

Além de seu potencial econômico, o turismo rural traz como facilidades: a possibilidade de contar com equipamentos e serviços rústicos, que demandam baixo nível de investimento quando comparado ao turismo convencional; por atrair um público que busca a simplicidade, o destino não precisa buscar se urbanizar excessivamente, o que descaracterizaria o local; a não imposição de muitas barreiras para seu funcionamento, fazendo dela algo relativamente simples de ser organizado, estimulado, executado e mantido.

Mas, para que sejam oferecidos serviços com um mínimo de qualidade àqueles que procuram passar seu tempo de descanso na companhia de famílias de agricultores, é necessário capacitar e qualificar a mão-de-obra, melhorar a infra-estrutura do lugar, divulgar e conscientizar a população, criar uma legislação específica e promover o conhecimento científico e técnico do assunto.

Almeida (1998) chama a atenção para a importância que se deve dar para que o produto obedeça a princípios como: atendimento familiar, preservação das raízes, harmonia e sustentabilidade ambientais, autenticidade e manutenção da identidade, qualidade do produto e envolvimento da comunidade local.

Em relação ao planejamento, acreditamos que o turismo em meio rural no Brasil necessita de maiores cuidados que muitos outros segmentos, devido à sua vulnerabilidade sócio-ambiental. Segundo a Associação Brasileira de Turismo Rural (Abraturr), o crescimento desordenado desse segmento turístico tem gerado uma série de problemas. Entre eles, a dificuldade de enquadramento do pessoal ocupado - trabalhador rural ou serviço - e a especialização das fazendas nas atividades de turismo e a hotelaria em detrimento de suas atividades rurais tradicionais.

Apesar dos obstáculos, o turismo ainda é uma atividade de importância fundamental para o crescimento da economia do país, a julgar pelas evidências, “devido não somente a sua contribuição significativa para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB), como também pela potencial capacidade de geração de trabalho, ocupação e renda, com impactos na melhoria da qualidade de vida da população” (BRASIL, 2007a, p. 24).

Contudo, devemos atentar para o seguinte fato:

O turismo rural não pode, por si só, ser tomado com a solução, a panacéia, para as questões do desenvolvimento rural, às quais, pela sua complexidade e diversidade, muito dificilmente responderão de forma eficaz as práticas de intervenção e gestões unissetoriais. O turismo exige, antes, abordagens multicentradas que completem a integração, a articulação e a coordenação de medidas e ações em domínios variados e complementares, de forma a dinamizar, promover e valorizar os recursos próprios de cada região em concreto. (ALMEIDA, 1998, p. 23)

A partir do exposto, podemos constatar que o turismo rural é uma atividade promissora e repleta de possibilidades. Mas não podemos deixar de fazer os seguintes questionamentos: a quem o atual modelo de desenvolvimento turístico no campo interessa? Da maneira como vem sendo direcionada, essa modalidade turística vem favorecendo o aumento da justiça social e do respeito ao meio ambiente?

1.2.4 Turismo rural é bom. Mas... Bom para quem?

No Brasil, o turismo rural vem sendo adotado como um dos instrumentos da política de desenvolvimento de localidades rurais, conforme demonstra a atitude do governo federal ao incluí-lo nas Diretrizes, Estratégias e Programas da Política Nacional do Turismo, como

uma das atividades estratégicas a serem usadas para diversificar o produto turístico nacional (BRASIL,1994).

Porém, segundo Silveira (2001, p.133), boa parte das ações praticadas está dirigida apenas para promoção do turismo pelos benefícios econômicos que ele pode gerar como divisas para os governos, novos investimentos privados e emprego e renda para população em geral. Ou seja, hoje o turismo é visto com alavanca para a economia nacional, regional e local. O problema é que, o modelo de desenvolvimento do turismo rural proposto tem beneficiado muito mais aos grandes empresários que aos pequenos proprietários rurais.

Em Pernambuco, que é o estado que mais nos interessa neste estudo, o turismo rural acontece em grandes propriedades latifundiárias, remanescentes dos engenhos de cana-de-açúcar, e não em estruturas simples e de pequeno porte.

Devido a esse fato, Espírito Santo (2005) observa no turismo rural pernambucano, uma continuação da exclusão rural imposta aos trabalhadores do campo na questão agrária. Em sua pesquisa, ela observa que essa modalidade turística - que é defendida como solução à falta de emprego que se instalou no campo - ocupa uma quantidade mínima e bastante seleta de mão-de-obra. E enquanto agente integrador do homem do campo e visitantes apresenta resultados nada expressivos já que o contato do turista com a família do campo se dá, na realidade, com o dono do empreendimento e seus familiares, que geralmente possuem alguma origem urbana.

Vemos então que o turismo rural desenvolvido pelos grandes proprietários de terra em algumas áreas de Pernambuco aponta para a perpetuação de um modo de produção com base no latifúndio e a concentração de renda nas mãos de poucos.

Outra questão que podemos observar é que o turismo rural, que pode servir como ferramenta no processo de interiorização da atividade turística, tem se concentrado na Zona da Mata pernambucana, restando às demais áreas do estado algumas poucas iniciativas. Assim, o turismo rural acaba contemplando uma parte irrisória da área que poderia ocupar. Repetindo a concentração territorial presente no modelo de turismo de sol e mar.

Se considerarmos disposição longitudinal do território pernambucano, veremos que com isso, deixam-se de lado espaços dominados por diversas zonas fisiográficas, onde ocorrem diferentes formações vegetais, climas, formas de relevos e tipos de solo (ALECRIM, 2007), além de uma infinidade de manifestações culturais. Um dos resultados dessa escolha é que se abre mão de diversificar a oferta turística do estado, transformando em atrativos alguns

recursos com significativo potencial turístico. Outro resultado é que se perde a oportunidade de levar ao interior do estado os benefícios que o turismo pode oferecer.

Na medida em que a Política Nacional de Ater – que atua junto aos grupos sociais de contextos populares - passa a se preocupar com o desenvolvimento do turismo gerido pelas populações menos favorecidas, pode se tornar um vetor de transformação, contribuindo para que se dê um importante passo no sentido da construção do desenvolvimento local por meio do turismo rural.

Falando sobre a exploração do turismo praticada pelos agricultores, Carneiro (1998) observa que estes devem reproduzir a mesma lógica familiar que organiza a produção agrícola. “A pousada é construída com o próprio capital familiar recorrendo aos saberes polivalentes dos membros da família, a manutenção e o atendimento aos turistas também fica a cargo da mão-de-obra disponível na família sendo controlada e regulada pelo parentesco. A produção do lucro é dependente das potencialidades familiares não sendo necessariamente o objetivo principal do empreendimento [...]” (CARNEIRO, 1998, p. 70).

Através de um serviço de Ater preocupado com o desenvolvimento do turismo na agricultura familiar, o serviço público de Extensão Rural poderia favorecer a inserção das populações rurais nas atividades turísticas e contribuir para que os benefícios apontados na literatura apresentada ao longo do presente capítulo efetivamente incidissem sobre os grupos de baixa renda do meio rural. O que constituiria um importante esforço para a construção do Desenvolvimento Local.

1.3 Sobre desenvolvimento local

Desde sua criação até os dias atuais, o serviço de Extensão Rural brasileiro sempre esteve voltado para o desenvolvimento. O que mudou expressivamente foi o significado atribuído a este termo ao longo do tempo.

Ianni (1997) observa que desde que a civilização ocidental passou a predominar nos quatro cantos do mundo, a idéia de modernização passou a ser o símbolo do desenvolvimento, crescimento, evolução ou progresso.

De algumas décadas para cá, no entanto, o conceito de desenvolvimento vem sendo redimensionado a partir das contribuições de novos paradigmas como os da sustentabilidade e da participação.

1.3.1 Problemas globais, soluções locais.

O conceito de desenvolvimento local começou a ganhar força como possibilidade de enfrentamento dos efeitos indesejáveis do modelo econômico posto. A preocupação com esse novo modelo de desenvolvimento se inicia no começo dos anos 1990, quando nasce o interesse das nações em encontrar saídas para desafios locais de superação da pobreza e exclusão social. No Brasil, que então vivia um momento de esgotamento das propostas governamentais para o desenvolvimento dos contextos populares e também uma crise nos modelos de intervenção fundamentados na modernização da produção, o desenvolvimento local surgiu como uma promissora possibilidade de enfrentar tais problemas (TAUK SANTOS; CALLOU, 2006).

Neste momento, as tentativas do Estado de promover o desenvolvimento vinham sendo consideradas insuficientes para resolver os problemas provocados pelo processo de globalização. Isto porque o Estado não seria grande o suficiente para tratar de problemas globais, nem tão pequeno para estar próximo do cidadão e acompanhar de perto as relações que, gradualmente, complexificam o desenvolvimento local.

Além disso, a responsabilidade pelo desenvolvimento social deixava de estar exclusivamente nas mãos do Estado - em consequência de seu significativo recuo diante do avanço do mercado, além do desgaste sofrido após inúmeras denúncias por inércia, falta de transparência, ineficiência e corrupção - e passava a estar também nas mãos de outros atores sociais envolvidos no processo.

Assim, a idéia de co-autoria e co-responsabilidade pelo destino coletivo está na essência do desenvolvimento local, tornando sua compreensão indissociável dos conceitos de democracia, autonomia, autogestão e participação, ou seja, fortalecimento dos tecidos sociais. Isso, entretanto, não significa eximir o Estado das responsabilidades que lhe foram historicamente atribuídas. (PIRES, 2003)

A perspectiva do desenvolvimento local é de permitir encontrar saídas para questões imediatas, como, por exemplo, o problema da fome, do desemprego, da saúde, da educação, da migração, enfim do problema da exclusão. (TAUK SANTOS, 1995). Vemos assim que a proposta do desenvolvimento local não tem a pretensão de mudar o mundo, resolvendo os problemas globais, mas buscar soluções para questões locais.

Entretanto, Tauk Santos (1995) adverte que estas ações limitadas ao âmbito local de um município não devem perder de vista a perspectiva do global, mas sem que esta perspectiva caracterize um processo de subordinação.

Barreto (2007) lembra que o desenvolvimento local não é redutível a uma simples e imediata transposição de um conceito de desenvolvimento, qualquer que seja, a uma escala considerada como “local”. Ela caracteriza o desenvolvimento local como uma grande mudança de paradigma que implica em uma nova concepção de desenvolvimento, distanciando-se da idéia da “grande modernização”, da industrialização e do crescimento econômico.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define “local” como um espaço possuidor de uma identidade, de uma dinâmica própria e de especificidades que mantêm as relações de interdependência com áreas mais vastas. (BNDES, 2000).

De acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o desenvolvimento local pressupõe um novo paradigma de desenvolvimento humano, que se orienta por resultados em quatro dimensões:

- Econômica: através da articulação de fatores produtivos endógenos para geração de oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo cadeias produtivas locais e integrando redes de pequenas empresas;
- Sociocultural: a partir da busca por uma maior equidade social, através do aumento na participação do cidadão nas estruturas do poder, tendo como referência a história, os valores e a cultura do território;
- Político-institucional: através da expressão política e maior representação dos segmentos sociais, permitindo a construção de políticas territoriais negociadas entre os agentes governamentais, do mercado e da sociedade civil, gerando um entorno inovador favorável às transformações da economia local e o resgate da cidadania;

- Ambiental: compreendendo o meio ambiente como ativo de desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade em qualquer opção transformadora. (BNDES, 2000)

Em suma, a estratégia de desenvolvimento local se propõe a “desenvolver os aspectos produtivos, potencializar as dimensões sociais, culturais, ambientais e político-institucionais que constroem o bem-estar da sociedade.” (BNDES, 2000, p. 34).

Campanhola e Silva (2000b, p. 31) compreendem desenvolvimento local como “um processo microssocial de construção coletiva, onde prevalecem as necessidades sociais e culturais, mas que devem ser compatíveis com as oportunidades locais de desenvolvimento, tanto nos aspectos econômicos da inserção no mercado, como nos aspectos dos recursos naturais disponíveis e de sua conservação.”

O conceito de desenvolvimento local surge no mesmo contexto que o modelo de Desenvolvimento Humano Sustentável usado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). Tal programa é estruturado a partir dos seguintes princípios:

Centrado nas pessoas: reforço das capacidades da sociedade civil;
 Eliminação da pobreza: transferência das conquistas produtivas para os segmentos mais pobres da sociedade;
 Avanço no desenvolvimento para mulheres e crianças;
 Melhoria no acesso a oportunidades e redução do trabalho infantil;
 Emprego produtivo: inclusão de setores rurais e informais;
 Proteção e recuperação do ambiente: capacidade de sustentação;
 Crescimento econômico sustentável: recursos renováveis; e
 Transferência de tecnologias ambientalmente adequadas.
 (BURNS, 2002, p. 171).

Entretanto, Oliveira (2001) adverte que o conceito de desenvolvimento local não corresponde exatamente à noção de desenvolvimento humano trabalhada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o autor, esse procedimento nos aproxima muito do alvo, mas não é, ainda, suficiente, pois lhe faltam algumas dimensões decisivas. Primeiro porque o desenvolvimento local não será o elo numa cadeia de desenvolvimento total; e depois porque ou é concebido como alternativa ou reproduzirá a forma estrutural.

Franco (2000) enfatiza que uma comunidade se desenvolve quando torna dinâmicas suas potencialidades e para que isso aconteça é preciso reunir vários fatores, entre eles: a existência de pessoas com condições de tomar iniciativas, assumir responsabilidades e empreender novos negócios; a decisão do poder local e de outros níveis de governo de apostar em um caminho de mudanças, uma vez que desenvolver implica sempre mudar e a participação da sociedade. A capacidade de atrair investimentos externos, em geral necessários para desenvolver plenamente as potencialidades locais, vai depender de todos esses fatores.

Franco (2000) explica que para tornar dinâmica uma potencialidade é preciso identificar uma vocação e descobrir as vantagens de uma localidade em relação às demais. Mas, por considerar que desenvolvimento não é só econômico, acrescenta que é preciso que as pessoas tenham acesso à renda, à riqueza, ao conhecimento e ao poder.

Embora seja possível existir crescimento sem desenvolvimento, o desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento econômico. Isso é o que defende De Kadt. Vejamos:

A maioria dos países menos desenvolvidos não pode esperar criar condições aceitáveis de vida para a maior parte de seus cidadãos sem um crescimento contínuo, e para muitos deles, especialmente para o grande número de mini e micropaíses tropicais menores, o turismo representa uma das poucas vias aparentemente viáveis para tal crescimento (DE KADT *apud* BURNS, 2002, p. 169)

Esse potencial que o turismo possui de impulsionar processos de mudança no meio rural pode tornar a atividade um importante instrumento na construção do desenvolvimento local. Acreditamos que o serviço público de Extensão Rural pode e deve contribuir nesse processo.

No próximo capítulo, *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e Turismo Rural na Agricultura Familiar*, traremos informações sobre a Política Nacional de Ater e seus desdobramentos no que diz respeito à condução de Políticas Públicas voltadas ao desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar.

CAPÍTULO 2

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e turismo rural na agricultura familiar

Neste capítulo apresentaremos a Política Nacional de Ater, focando alguns aspectos que julgamos importantes para o enriquecimento da análise a ser realizada no capítulo seguinte. Depois de apontar os alguns tópicos da Pnater, mostraremos seus principais desdobramentos, com ênfase no que concerne ao desenvolvimento da atividade turística. Abordaremos o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, instrumento que traz os direcionamentos para o setor.

2.1 Apresentando a proposta da Pnater

A partir do Decreto Nº 4.739, de 13 de junho de 2003, a Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário passou a ser responsável pelo serviço público de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil. Foi então elaborada a nova Política Nacional de Ater, que passou a ser a ferramenta que deve nortear as ações de Ater desenvolvidas em todo o território nacional. Este documento nasceu sob a promessa de ser “um instrumento verdadeiramente novo e capaz de contribuir, decisiva e generosamente, para a construção de outros estilos de desenvolvimento rural” (BRASIL, 2004a, p. 3).

A nova proposta surgiu a partir da análise crítica dos resultados negativos do antigo modelo de Ater - baseado em metas de modernização do campo, através da transferência de tecnologia - e dos problemas observados a partir dos estudos das estratégias convencionais de Ater, que se baseavam em métodos difusionistas. Assim, a nova Pnater foi construída de forma participativa, contando com o envolvimento de diversas esferas do governo federal, dos governos estaduais e suas instituições, bem como dos segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais comprometidos com esta questão. (BRASIL, 2004a).

As atividades de Ater, se voltam essencialmente ao apoio aos agricultores familiares. De acordo com o glossário da Pnater, considera-se "agricultura familiar":

aquela em que os trabalhos em nível de unidade de produção são exercidos predominantemente pela família, mantendo ela a iniciativa, o domínio e o controle do *que* e do *como* produzir, havendo uma relação estreita entre o que é produzido e o que é consumido (ou seja, são unidades de produção e consumo), mantendo também um alto grau de diversificação produtiva, tendo alguns produtos relacionados com o mercado. (BRASIL, 2004a, p. 22)

Para efeito da Política Nacional de Ater, o conceito de Agricultor(a) Familiar subentende: “agricultores familiares tradicionais, famílias assentadas por programas de Reforma Agrária, extrativistas florestais, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, pescadores artesanais e outros beneficiários dos programas do MDA” (BRASIL, 2004a, p. 22).

Entre os pilares fundamentais que sustentam a Política de Ater, destacamos “o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país”, isso implica na necessidade de incluir “enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas”. O documento afirma ainda que a “busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre será elemento central de todas as ações orientadas pela Política Nacional de Ater”. (BRASIL, 2004a, p. 4)

Observamos nas orientações da Política Nacional de Ater a preocupação com práticas que conduzam à participação, desenvolvimento sustentável, uso dos recursos locais e respeito aos conhecimentos populares, como podemos ver nesse trecho da proposta:

[...] os serviços públicos de Ater (realizados por entidades estatais e não estatais) devem ser executados mediante o uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo, as ações de Ater devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais (BRASIL, 2004a, p. 6).

Na citação acima constatamos a preocupação com os princípios do desenvolvimento local, que, segundo Jesus (2003), consiste na transformação social sustentável, a partir dos recursos locais, que conta com a participação efetiva dos atores envolvidos.

A Pnater demonstra a intenção de “contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho”. Para atingir este objetivo, a Política afirma que:

potencializará atividades produtivas agrícolas voltadas à oferta de alimentos saudáveis e matérias primas, bem como apoiará estratégias de comercialização tanto nos mercados locais como nos mercados regionais e internacionais. Igualmente, deverá estimular a agroindustrialização e outras formas de agregação de renda à produção primária, assim como o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas. (BRASIL, 2004a, p. 3-4)

Vemos no documento que as ações de Ater pública devem ajudar a viabilizar estratégias que conduzam à geração de “novos postos de trabalho agrícola e não agrícola, no meio rural [...], à participação popular e, conseqüentemente, ao fortalecimento da cidadania”. Para que isso ocorra, a Política “reconhece a pluralidade, as diferenças regionais, a diversidade socioeconômica e ambiental existente no meio rural e nos diferentes territórios, abrindo espaço para experiências de caráter bastante variado [...]” (BRASIL, 2004a, p. 6).

Estão entre os princípios da Política Nacional de Ater:³

- Assegurar aos seus beneficiários o acesso a serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar;
- Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os públicos assistidos na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais;
- Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos;
- Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades;
- Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável.

³ Os dados apresentados nesta dissertação foram editados. Para ter acesso à Política Nacional de Ater na íntegra, consultar o site do MDA, disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>

Entre as diretrizes da Política Nacional de Ater vemos:

- Apoiar ações múltiplas e articuladas de Assistência Técnica e Extensão Rural, que viabilizem o desenvolvimento econômico equitativo e solidário, nas comunidades e territórios rurais, levando em conta a dimensão ambiental;
- Garantir a oferta permanente e contínua de serviços de Ater, que sejam presentes e atuantes em todas as regiões rurais brasileiras, de modo a atender a demanda de todos os agricultores familiares do país;
- Apoiar ações destinadas à qualificação e aumento da produção agropecuária, pesqueira e extrativista, com ênfase à produção de alimentos básicos;
- Assegurar que as ações de Ater contemplem todas as fases das atividades econômicas, da produção à comercialização e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;
- [...]
- Orientar estratégias que permitam a construção e valorização de mercados locais e a inserção não subordinada dos agricultores e demais públicos da extensão no mercado globalizado, visando gerar novas fontes de renda;
- Garantir que os planos e programas de Ater, adaptados aos diferentes territórios e realidades regionais, sejam construídos a partir do reconhecimento das diversidades e especificidades étnicas, de raça, de gênero, de geração e das condições socioeconômicas, culturais e ambientais presentes nos agroecossistemas;
- Viabilizar ações de Ater dirigidas especificamente para a capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, de modo a assegurar o processo de sucessão;
- Apoiar ações específicas voltadas à construção da equidade social e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais, tais como as mulheres trabalhadoras rurais, os quilombolas e os indígenas.

O principal objetivo dos serviços públicos de Ater é:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações. (BRASIL, 2004a, p. 9)

Em meio a seus objetivos específicos destacamos:

- Contribuir para a melhoria da renda, da segurança alimentar e da diversificação da produção, para a manutenção e geração de novos postos de trabalho, em condições compatíveis com o equilíbrio ambiental e com os valores socioculturais dos grupos envolvidos;
- Fortalecer as atuais articulações de serviços de Ater e apoiar a organização de novas redes e arranjos institucionais necessários para ampliar e qualificar a oferta de serviços de Ater, visando alcançar patamares crescentes de sustentabilidade econômica e socioambiental.

A Pnater apresenta também orientações estratégicas para as ações da Ater pública.

Entre elas nos chama atenção a que recomenda:

considerar a complexidade e o dinamismo dos sistemas e das cadeias de produção, assim como os limites econômicos e socioambientais em que se desenvolvem, de modo a contribuir para o redimensionamento, redesenho e uso adequado dos meios de produção disponíveis e ao alcance dos agricultores familiares e demais públicos da extensão rural. (BRASIL, 2004a, p. 10)

Entre as orientações metodológicas para as ações de Ater, destacamos a que afirma que a Ater pública deve ter um caráter educativo, se fazendo na prática por meio da “animação e facilitação de processos coletivos capazes de resgatar a história, identificar problemas, estabelecer prioridades e planejar ações para alcançar soluções compatíveis com os interesses, necessidades e possibilidades dos protagonistas envolvidos (BRASIL, 2004a, p.11).

Acreditamos que para que efetivamente a Política Nacional de Ater possa nortear as ações de Ater desenvolvidas no país é necessário capacitar os extensionistas, uma vez que as práticas que a nova Política propõe vão de encontro a alguns métodos que costumavam orientar a atuação dos agentes de Ater.

A Pnater prevê essa “capacitação para a transição” e afirma que “para o estabelecimento de um novo paradigma orientado ao desenvolvimento rural sustentável [...] deve-se ter como ponto de partida um processo de capacitação massiva de extensionistas e assessores técnicos [...]” A Pnater admite ainda que “Isto requer uma sólida formação dos agentes” (BRASIL, 2004a, p. 20-21)

Na seqüência, o documento lembra que:

o processo de capacitação para a transição deverá ter um conteúdo capaz de formar os profissionais para atuarem como agentes de desenvolvimento local, com condições de investigar, identificar e disponibilizar aos agricultores e suas famílias um conjunto de opções técnicas e não técnicas, compatíveis com as necessidades dos beneficiários e com o espaço territorial onde estejam inseridos (BRASIL, 2004a, p. 21)

Visando viabilizar a proposta de capacitação para a transição, o Dater/SAF/MDA promoveria, segundo está estabelecido na Pnater, ainda no segundo semestre de 2003, um amplo processo de “formação de formadores”, e estabeleceria um programa básico a ser executado em todos os estados. Ao mesmo tempo, deveriam ser estabelecidos programas continuados de atualização profissional e nivelamento de informações compatíveis com a Política Nacional de Ater e com as dinâmicas de desenvolvimento local, regional ou territorial, para todos os atores.

Segundo Caporal, já em 2004 aconteceram as primeiras Oficinas de Nivelamento Conceitual com a participação de mais de 270 agentes de Ater que passaram a ser “multiplicadores das bases conceituais em suas entidades e em seu entorno de trabalho, em todos os estados” (CAPORAL, 2006, p. 19). Tal iniciativa visava também contribuir para que estes técnicos passassem a atuar seguindo as bases conceituais da nova Ater. De acordo com o mesmo autor, em 2004, foram realizadas oito oficinas envolvendo, em média dez técnicos por estado e, a partir da avaliação positiva desta experiência, o Dater decidiu realizar em 2005 “mais de 135 encontros de nivelamento” sobre a Pnater com a participação de, no mínimo, 5.400 Agentes de Ater de todo o país.

Imediatamente após a aprovação da Política Nacional de Ater, e instalação do Conselho Nacional de Ater, o Dater deveria, segundo o documento, tomar as iniciativas necessárias para a elaboração do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Este Programa deveria contemplar processos de capacitação continuada de agentes –

agricultores, extensionista e assessores. Deveriam, também, ser planejadas as ações de apoio às atividades não agrícolas e outras que estejam direcionadas à melhoria das condições de vida da população (BRASIL, 2004a, p. 21).

Segundo o site do MDA⁴, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) é o instrumento orientador do processo de implementação da Pnater e estabelece as diretrizes e metas para os serviços públicos de Ater no País. É coordenado pelo Dater e elaborado, anualmente, para cada Plano Safra da Agricultura Familiar com base nas políticas da SAF, nos Programas Estaduais de Ater e nas demandas da agricultura familiar.

2.2 Redes Temáticas de Ater

Desde o lançamento do Plano Safra 2007/2008 a SAF passou a organizar Redes Temáticas de Ater, em todo o país. A iniciativa visa aperfeiçoar o processo de implementação da Política Nacional de Ater e do Sistema Brasileiro Descentralizado de Ater nas diversas áreas. As Redes Temáticas de Ater, criadas pela SAF, têm como funções:

promover articulação entre as organizações governamentais e não-governamentais e a própria Secretaria, facilitar o conhecimento das políticas públicas e promover o processo de formação dos agentes de Ater. Cumprem, ainda, o papel de organizar e disponibilizar conteúdos e propostas tecnológicas, em determinados temas adequados à agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável. (DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS, 2009)

Estas Redes – que surgiram com o papel de estabelecer uma articulação entre as empresas estaduais de Ater e a SAF, criando oportunidades de troca de experiências - são formadas por articuladores, indicados pelas Organizações e Redes de Ater, e por animadores para cada Rede Temática, indicados pela SAF. A principal atribuição dos animadores e dos articuladores é fazer com que as redes sejam atuantes na promoção e implementação das ações em torno de seus temas.

Cabe aos articuladores nacionais de Ater:

- Animar a Rede Temática;
- Organizar a agenda de ações e eventos da Rede Temática;

⁴ Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 23 jun. 2009

- Apoiar o processo de capacitação dos membros da Rede e dos agentes de Ater, de forma articulada com a Coordenação Geral de formação do Dater;
- Manter os membros informados sobre as Políticas Públicas de interesse da Rede;
- Assessorar o Dater e os membros da Rede na elaboração de convênios ou contratos com as organizações de Ater;
- Apoiar a execução das Metas dos convênios e contratos de Ater;
- Apoiar a implantação da Pnater;
- Assegurar que os eixos estratégicos da SAF – Redução da pobreza rural, segurança alimentar, geração de renda, sistemas de produção sustentáveis – sejam considerados nas ações e eventos da Rede. (BRASIL, 2009b)

Já os articuladores estaduais devem:

- Articular as ações de suas temáticas;
- Assessorar suas organizações e a SAF/Dater na elaboração do convênio ou contrato de Ater;
- Manter os agentes de desenvolvimento informados sobre as políticas públicas de interesse da Rede;
- Apoiar a organização do processo de formação de agentes de desenvolvimento;
- Organizar agenda de atividades e eventos;
- Coordenar e apoiar a execução das Metas dos convênios e contratos de Ater;
- Monitorar e avaliar a implementação do tema relacionado a Rede, no seu Estado;
- Apoiar o processo de implementação da Pnater;
- Assegurar que os eixos temáticos da SAF sejam considerados nas ações de suas Organizações e Redes de Ater. (BRASIL, 2009b)

Mostrando os resultados do monitoramento e avaliação das Redes, uma apresentação do MDA aponta como principais problemas das Redes Temáticas:

- Propostas de Redes não internalizadas pelas organizações de Ater;
- Perfil inadequado dos articuladores Estaduais;

- Fragilidade de articulação entre as Redes;
- Falta de Respaldo institucional para o articulador;
- Articulador não participa das ações do tema nas suas organizações;
- Não participação na elaboração dos Projetos de Ater com o MDA;
- Metas de convênio não contemplam temas de Redes Temáticas;
- Articulação frágil com agentes nos estados;
- Entraves na comunicação entre Articuladores Nacional e Estaduais;
- Portal da Agricultura Familiar ainda não operativo;
- Desconhecimento conceitual e da ação em Rede;
- Separação da Ação da Rede com a rotina de trabalho;
- Planejamento das Redes incipiente. (BRASIL, 2009b)

Já os principais avanços Redes Temáticas são, segundo o MDA:

- Todas as Redes se reuniram pelo menos um vez;
- Leite, Agroecologia, Agroindústria e Metodologias de Ater com planejamento avançado;
- Reuniões e Seminários de Redes nas organizações de Ater;
- Redes Formadas;
- Participação de ONGs nas Redes;
- Inicia integração com a pesquisa agropecuária e centros de excelência/acúmulo nos temas;
- Ferramentas do Portal da Cidadania desenvolvidas e iniciam operação;
- Participação de Redes em eventos relevantes para os temas (BRASIL, 2009b)

O MDA, em conjunto com as organizações de Ater credenciadas no Sibrater, em parceria com instituições de pesquisa agropecuária, universidades e organizações dos agricultores familiares, organizou no “Portal da Cidadania” um espaço colaborativo, dedicado às Redes Temáticas de Ater, que objetiva “promover a construção coletiva do conhecimento e disponibilizar informações técnicas e científicas, propostas tecnológicas e experiências

exitosas, nas diversas temáticas relevantes para a Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Rural sustentável.” É o resultado da ação das Redes Temáticas de Ater, formadas por agentes de Ater, pesquisadores, acadêmicos e agricultores familiares. Neste portal os visitantes podem encontrar notícias e acessar conteúdos básicos sobre as Redes Temáticas de Ater. (BRASIL, 2009d)

2.2.1 Quais são e o que propõem as Redes Temáticas de Ater?

No Portal da Cidadania observamos a existência de quinze Redes Temáticas. Com base nas informações coletadas no próprio espaço virtual, apresentaremos brevemente cada uma dessas Redes:

A Rede Temática do Leite é composta de um grupo de articuladores estaduais, que induzem as ações governamentais e não governamentais em prol da produção de leite oriunda da agricultura familiar;

A Rede Temática de Metodologias Participativas é um espaço de articulação de instituições e pessoas, com base em relações horizontais, visando o aprofundamento conceitual, a qualificação de agentes de Ater, o resgate, sistematização e desenvolvimento de metodologias de Ater com abordagem participativa;

A Rede de Comercialização surge a partir da observação de que a comercialização se constitui como um grande desafio para a agricultura familiar. O Governo Federal vem promovendo uma série de ações para dinamizar a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, no sentido de superar os entraves, melhorando sua qualidade de vida, aumentando a renda dos agricultores, através da organização dos produtores, da qualificação dos produtos e da capacitação para acesso aos mercados;

A Rede de Ater/Agroindústria consiste em processo planejado de articulação entre a SAF/MDA e os parceiros do Programa para aprofundar a discussão na temática agroindustrial e intercambiar experiências de modo a subsidiar a formalização e implementação de políticas públicas para a temática da agroindustrialização pelos agricultores familiares;

A Rede Temática Financiamento e Proteção da Produção tem por objetivo ser um importante instrumento de troca de informações e experiências que visem aumentar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações de “financiamento”, “seguro” e “garantia safra”

do Pronaf, bem como ser um meio para aprimorar o programa, tanto a nível operacional como normativo;

A Rede Temática de Produtos e Mercados Diferenciados faz parte do Programa de Produtos e Mercados Diferenciados da SAF/MDA. Esse programa nasce de uma ação inovadora, que promove agregação de valor socioambiental e geração de renda para agricultores familiares através do manejo adequado da biodiversidade, do cultivo das plantas medicinais, dos produtos orgânicos e do acesso aos mercados. Tudo isso com base nos princípios do comércio justo e solidário;

A Rede Temática de Agroecologia tem como objetivo contribuir para a efetivação da Agroecologia nas ações públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural, em todo o território nacional e em sintonia com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural;

A Rede Temática do Biodiesel tem como objetivo articular e apoiar a inserção da agricultura familiar na cadeia do biodiesel e potencializar as ações da Ater, promovendo o acesso às políticas públicas, auxiliando a organização da base produtiva de oleaginosas da agricultura familiar;

A Rede Temática de Formação de Agentes de Ater tem como objetivo central o apoio à qualificação profissional dos agentes de Extensão Rural, bem como a contribuição dos Articuladores, em suas próprias entidades, no sentido da melhor gestão das ações de capacitação de técnicos e agricultores, com base nas orientações da Pnater e nos princípios da Agroecologia;

A Rede Temática de Turismo na Agricultura Familiar surgiu a partir das recentes discussões acerca do espaço rural brasileiro, que têm enfatizado cada vez mais a importância das atividades não-agrícolas na composição da renda de milhares de agricultores familiares. No caso específico da atividade turística, ressalta-se que esta, além de sua reconhecida capacidade de geração de emprego e renda, possibilita agregação de valor à produção agrícola ou artesanal, preservação do meio ambiente e valorização das culturas locais por meio do resgate do modo de vida camponês;

A Rede Temática da Diversificação na Agricultura Familiar Fumicultora é um espaço de coordenação, estudo, construção de conhecimentos e de proposições de alternativas que viabilizem meios de vida mais sustentáveis no meio rural. No quesito diversificação da produção o desafio está na mobilização de esforços para que as famílias produzam alimentos.

Atualmente existem inúmeras famílias priorizando a plantação do fumo e deixando de plantar alimentos, o que gera prejuízos na qualidade de vida dos mesmos.

A Rede Temática de Ater Indígena tem como objetivo compartilhar metodologias, aprofundar o conhecimento no tema e apoiar as ações das entidades de Ater junto aos diversos povos indígenas do Brasil. Baseado nas diretrizes da Pnater e no diálogo intercultural esta Rede Temática busca uma atuação mais ampliada, articulada e consistente de Ater para as Populações Indígenas;

A Rede de Ater para Mulheres Rurais visa subsidiar as instituições de Ater no desenvolvimento de abordagens e metodologias comprometidas com a autonomia econômica das mulheres e a superação das desigualdades de gênero no meio rural e, desta forma, estimular um ambiente inovador de apoio para a efetivação das diretrizes e orientações da Pnater, dando o suporte necessário para o atendimento adequado às agricultoras familiares e camponesas;

A Rede Ater e Pesquisa é formada por técnicos e agricultores que atuam com inovações tecnológicas para a Agricultura Familiar. É um espaço de articulação entre pesquisadores, acadêmicos, extensionistas e agricultores familiares para a promoção do diálogo visando a construção e apropriação do conhecimento, com base na produção da pesquisa, nas experiências dos agricultores familiares e suas organizações, e dos extensionistas;

A Rede Temática de TI para ATER foi criada para universalização do Portal Comunidades juntamente com as parceiras nos estados. (BRASIL, 2009d)

Segundo informação do Departamento de Estudos Prospectivos do IPA, apenas três Redes Temáticas - Diversificação na Agricultura Familiar Fumicultora, Ater e Pesquisa e TI para Ater – ainda não estão em funcionamento em Pernambuco, todas as demais Redes têm representação no estado e recebem recursos financeiros para desenvolver suas ações.

2.3 Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar

Como a nova Política de Ater se propõe a desenvolver ações em várias frentes, seus desdobramentos se apresentam na forma de Programas setoriais. Para nortear as ações

voltadas ao desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar (Traf) foi lançado pelo MDA o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF).

O PNTRAF considera que as transformações ocorridas no espaço rural brasileiro, principalmente no que se refere às relações e formas de trabalho, apontam para a abertura de um processo produtivo rural, o qual abre espaço para a consolidação de atividades, como o turismo, que, embora recente no meio rural brasileiro, vem insurgindo também na agricultura familiar (BRASIL, 2004b).

Vemos no documento que, no início da década de 1990, surgiram os primeiros projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural, incluindo o turismo na força de trabalho da agricultura familiar. “A partir daí, unidades agrícolas familiares têm se apropriado da proposta do turismo, ofertando atividades ligadas a lazer, esporte, cultura, gastronomia, hospedagem, técnicas produtivas, gerando uma complementação significativa da renda familiar” (BRASIL, 2004b).

Em sua introdução o PNTRAF enumera algumas vantagens do desenvolvimento de turismo na Agricultura familiar, quais sejam:

- A característica transdisciplinar e multissetorial do turismo permite a valorização dos aspectos naturais, da cultura e da atividade produtiva das comunidades familiares, e estimula, também, a recuperação e conservação da economia do território.
- A inserção da atividade turística na agricultura familiar pode aumentar a renda, principalmente com a comercialização de produtos feita diretamente ao consumidor/turista.
- O turismo possibilita a valorização da agricultura familiar, uma vez que a sua cultura torna-se o próprio atrativo turístico, com efeitos diretos no aumento da auto-estima da população.
- Os benefícios sociais refletem-se na dinamização da cultura rural, da necessidade de os agricultores familiares manterem sua identidade e autenticidade.
- Quanto aos aspectos ambientais, o turismo rural na agricultura familiar visa ao uso racional dos recursos naturais, sua preservação, conservação e recuperação, visto que tais recursos passam a constituir atrativos turísticos.

Em seguida o Programa Nacional de Traf reconhece que “o poder público deve assumir um papel fundamental no apoio, implantação e fomento da atividade turística desenvolvida por agricultores familiares nas unidades agrícolas”, principalmente nos seguintes itens:

- Adequação das legislações turística, sanitária, fiscal, tributária, cooperativista, ambiental, trabalhista e previdenciária;
- Infra-estrutura básica pública;
- Infra-estrutura turística de uso coletivo;
- Assistência Técnica e Extensão Rural;
- Pesquisa e capacitação;
- Financiamento da produção e da construção ou adequação de estruturas físicas que permitam a recepção e o atendimento ao turista;
- Intercâmbio, monitoria, avaliação e sistema de informações.

Segundo o documento, esse apoio deve ser viabilizado por intermédio de parcerias com as diversas instâncias de governo e a sociedade civil organizada, destacando-se as representações dos agricultores familiares. Como principal instrumento de implementação desse programa, o MDA conta com o apoio da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (Rede Traf), que objetiva fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural sustentável.

O PNTRAF deixa claro que o espaço rural abriga diferentes experiências, formas e atividades turísticas, “no que se refere ao porte, ao tipo de equipamentos e serviços e aos atrativos que podem caracterizar um segmento turístico”. Assim, o documento entende como turismo no espaço rural “os equipamentos localizados na área rural que desenvolvem atividades de lazer, recreação, esportivas, de eventos, não apresentando, necessariamente, vínculo com a produção agropecuária e a cultura rural”. Entre os exemplos mencionados no Programa vemos: “os hotéis de lazer, os parques temáticos e outros equipamentos [...], inclusive as pequenas propriedades rurais abertas à visitação turística” (BRASIL, 2004b).

Observemos a definição de Turismo Rural na Agricultura Familiar, adotada no documento:

atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos. (BRASIL, 2004b)

O PNTRAF sinaliza que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Turismo e parceiros pretendem trabalhar de forma integrada, “utilizando-se de toda atividade turística no meio rural como fator de mobilização nacional para proporcionar retorno financeiro e melhores condições de vida aos produtores, famílias e comunidades rurais”.

As unidades produtivas são apontadas no documento como:

o cenário de um conjunto de atividades que constituem o segmento do Turismo Rural, onde o turista interage com o meio. Destaca-se a oferta de diversas atividades, como as variadas formas de lazer, demonstrações tecnológicas, de produção e comercialização de artesanato e de produtos agropecuários (transformados ou in natura), além de serviços turísticos diferenciados, disponíveis isoladamente ou em conjunto.

Demonstrando sensibilidade às possibilidades que o Turismo Rural na Agricultura Familiar apresenta, o Programa destaca que a produção rural, também pode ser importante aliada no desenvolvimento da atividade turística, através da utilização das atividades produtivas da propriedade como atrativo turístico principal, “sob a forma de demonstrações, explicações e vivência das técnicas utilizadas, em que o turista também pode interagir como parte do processo”.

Entre as atividades recreativas que podem ser praticadas nas unidades familiares, o documento destaca: “pesca; pesque-pague; cavalgadas; caminhadas; passeios de barco; banhos em rios, lagos, represas, cachoeiras; atividades lúdicas em geral”.

A cultura local é vista no Programa como “elemento-base do Turismo Rural na Agricultura Familiar”. O destaque recai sobre as “manifestações folclóricas, causos, lendas, músicas, trabalhos manuais, artesanato, arquitetura (casas, galpões, moinhos, armazéns, adegas, pontes), antigüidades, inclusive maquinário e instrumentos agrícolas e do lar, entre outros”.

Dentre os serviços turísticos, o Programa destaca os de alimentação – que consiste na oferta de produtos típicos da gastronomia local ou de preparo especial - e de hospedagem – em pousadas, pensões, hospedarias, residências de agricultores, acampamentos ou camping.

Ao lembrar que “o envolvimento com a produção rural, o atendimento tipicamente familiar, a rusticidade característica do meio e a manutenção das características arquitetônicas e decorativas dão o toque da cultura rural”, o PNTRAF nos faz considerar que a simplicidade da vida no campo pode se constituir em interessante atrativo turístico para aqueles que procuram o Turismo Rural na Agricultura Familiar.

O documento ressalta ainda que “o Turismo Rural na Agricultura Familiar também ocorre nos arredores da unidade familiar”, e explica como isso ocorre:

Os agricultores podem se beneficiar de atrativos culturais, naturais, tecnológicos e outros, nas comunidades ou propriedades próximas, a exemplo de festas populares e religiosas, eventos esportivos, técnicos e científicos, feiras e exposições agropecuárias, centros tecnológicos e de pesquisa, cachoeiras e rios, propriedades de turismo rural já consolidadas e outras unidades familiares que podem ser visitadas para aumentar o tempo de permanência do turista.

2.3.1 Detalhamento do Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar

Apresentaremos agora o detalhamento do Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar. O objetivo do Programa é:

promover o desenvolvimento rural sustentável, mediante implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrado aos arranjos produtivos locais, com agregação de renda e geração de postos de trabalho no meio rural, com conseqüente melhoria das condições de vida. (BRASIL, 2004b)

Seu público beneficiário é o mesmo apontado na Pnater e os princípios básicos que norteiam o Programa são os seguintes:

- A prática do associativismo;
- A valorização e o resgate do patrimônio cultural (saberes e fazeres) e natural dos agricultores familiares e suas organizações;
- A inclusão dos agricultores familiares e suas organizações, respeitando as relações de gênero, geração, raça e etnia, como atores sociais;
- A gestão social da atividade, com prioridade para a interação dos agricultores familiares e suas organizações;

- O estabelecimento das parcerias institucionais;
- A manutenção do caráter complementar dos produtos e serviços do Turismo Rural na agricultura familiar em relação às demais atividades típicas da agricultura familiar;
- O comprometimento com a produção agropecuária de qualidade e com os processos agroecológicos;
- A compreensão da multifuncionalidade da agricultura familiar em todo o território nacional, respeitando os valores e especificidades regionais;
- A descentralização do planejamento e gestão desse Programa.

Suas diretrizes e estratégias são:

Diretriz 1 - Formação e Capacitação Continuada - Potencialização dos valores e as capacidades da agricultura familiar visando à auto-estima da família rural e à apropriação da geração de renda pelo aumento da qualidade dos produtos e serviços do Turismo Rural na Agricultura Familiar.

Estratégias:

1. Envolvimento das comunidades rurais de forma participativa, sensibilizando-as para os impactos do turismo integrado e que potencialize talentos locais;
2. Desenvolvimento e implementação de ações de capacitação de multiplicadores nas áreas temáticas necessárias à operacionalização do Programa;
3. Realização de cursos, excursões técnicas e eventos técnicos com finalidade de capacitação de técnicos, lideranças e agricultores para o engajamento ao negócio do Turismo Rural na Agricultura Familiar;
4. Produção de materiais pedagógicos para o público, promovendo o conhecimento da natureza dos projetos, sua acessibilidade e desenvolvimento da percepção para o Turismo Rural na Agricultura Familiar;
5. Promoção e integração de programas governamentais de capacitação ligados aos temas Educação Ambiental, Ecoturismo, etc.;
6. Promover a capacitação de professores e públicos afins nas áreas de Turismo Rural na Agricultura Familiar, desenvolvimento comunitário, ecoturismo;

7. Estimular os centros educacionais e cursos de formação universitários e inserir esses temas nos projetos curriculares;
8. Promoção de programas interministeriais (MDA, MTur, MMA, MEC) que estabeleçam como premissa, no processo de formação e capacitação, os princípios do Turismo Rural na Agricultura Familiar;
9. Promover a capacitação permanente da comunidade local envolvida no Turismo Rural na Agricultura Familiar;
10. Elaboração e implementação de projetos de Turismo Rural na Agricultura Familiar com recursos e duração de, no mínimo, dois anos.

Essas ações podem ser financiadas pelo Pronaf Capacitação, por outras linhas de crédito de instituições públicas e por intermédio de programas estaduais de desenvolvimento e reclassificação de mão-de-obra.

Diretriz 2 - Crédito para Infra-Estrutura - Adequação e implantação de infra-estrutura básica e turística destinada à atividade de Turismo Rural na Agricultura Familiar, de modo sustentável e integrado em relação às diferenças sociais, culturais, ambientais e territoriais.

Estratégias:

1. Disponibilização de recursos para elaboração dos projetos e contratação de técnicos especializados;
2. Disponibilização de linhas de crédito para a implantação, ampliação, adequação e reestruturação de propriedades de agricultores familiares, com finalidade turística;
3. Disponibilização e captação de linhas de crédito para infra-estrutura de uso coletivo/pública destinadas aos projetos turísticos da agricultura familiar.

Essas ações encontram apoio no Pronaf Infra-Estrutura, em programas estaduais de desenvolvimento, em outros fundos de caráter ambiental e fundos de incentivo ao turismo.

Diretriz 3 – Legislação - Consolidação de leis (identificar, estabelecer, adequar, criar) e regulamentos técnicos que viabilizem o desenvolvimento das atividades de Turismo Rural na Agricultura Familiar.

Estratégias:

1. Identificação do aparato jurídico que dificulta o desenvolvimento das atividades de Turismo Rural na Agricultura Familiar;

2. Orientação e informação para implementação das legislações pertinentes ao Turismo Rural na Agricultura Familiar;
3. Implementação de mudanças na legislação pertinente ao Turismo Rural na Agricultura Familiar;
4. Mobilização dos agricultores familiares por meio de suas representações políticas, visando a uma legislação específica para a agricultura familiar;
5. Mobilização em todas as instâncias do Legislativo para respaldar as atividades do Turismo Rural na Agricultura Familiar;
6. Identificação e proposição de incentivos federais, estaduais e municipais para atividades de Turismo Rural na Agricultura Familiar;
7. Promoção de intercâmbios de informação entre entidades que estejam trabalhando com legislação relativa ao Turismo Rural na Agricultura Familiar.

Diretriz 4 – Mercado - Criação de ambiente favorável no mercado e no contexto institucional para a inserção dos produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico.

Estratégias:

1. Elaboração de produtos e serviços em bases sustentáveis do Turismo Rural na Agricultura Familiar;
2. Inserção dos produtos e serviços de Turismo Rural na Agricultura Familiar nos arranjos produtivos locais e seus mecanismos de abertura de mercado;
3. Elaboração e disponibilização de manuais técnicos e estudos que identifiquem novos mercados;
4. Promoção e divulgação dos produtos e serviços turísticos da agricultura familiar, mediante sistemas de informação, produção de material promocional, eventos;
5. Aproveitamento de estruturas e equipamentos públicos para a comercialização dos produtos e serviços do Turismo Rural na Agricultura Familiar;
6. Acompanhamento das tendências dos mercados para adequação dos produtos, serviços e equipamentos;
7. Apoio a sistemas participativos de selos de origem e qualidade;

8. Apoio à participação do Turismo Rural na Agricultura Familiar nos eventos já existentes;
9. Apoio à organização da comercialização dos produtos e serviços do Turismo Rural na Agricultura Familiar.

Diretriz 5 - Gestão - Prática de um modelo de gestão que priorize a articulação, a participação e a solidariedade no Turismo Rural na Agricultura Familiar.

Estratégias:

1. Promoção da articulação entre as instituições públicas e privadas que atuam no Turismo Rural na Agricultura Familiar;
2. Estruturação de redes de agricultores e instituições ligadas ao Turismo Rural na Agricultura Familiar nas esferas municipal, territorial, estadual e nacional;
3. Promoção e envolvimento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural público e privado;
4. Desenvolvimento de instrumentos de monitoramento e avaliação do Programa;
5. Criação e implantação de um sistema de informações para gerenciamento do Programa;
6. Criação de grupos de gestão com funções e temas definidos para a elaboração de trabalhos específicos, visando apoio ao gerenciamento do Programa;
7. Apoio à criação e participação nos fóruns e conselhos das diversas instâncias relacionados com o tema;
8. Monitoramento constante e avaliações periódicas para reatualização do Programa ao longo de sua implementação, para minimizarem-se eventuais consequências negativas e otimizar sua eficácia. Consiste em monitoramento participativo, depoimentos coletados, tendências indicadas pelas mudanças, coleta regular de informações, dados e registros, dentre outros;
9. Certificação a partir do controle social, em que os agricultores familiares são agentes de mobilização, com fornecimento e emissão de pareceres sobre os produtos ofertados. Esse processo de certificação deve embasar as ações de divulgação dos projetos;

10. Implantação de projetos-piloto de caráter nacional, com o objetivo de orientar a formatação de produtos turísticos da agricultura familiar;
11. Apoio à realização de eventos técnicos, comemorativos, recreativos, que ocorrem em todo o território nacional, estabelecendo-se normas de gerenciamento e de priorização para seu apoio.

Em relação ao arranjo institucional, o Programa de Turismo na Agricultura Familiar reconhece que “as Políticas Públicas para o Turismo, seus programas de desenvolvimento, assim como sua promoção nacional e externa são competência do Ministério do Turismo”. Portanto, o documento afirma que: “é essencial a integração das Diretrizes do Programa com o sistema de gestão proposto pelo Plano Nacional de Turismo 2003-2007, do Ministério do Turismo”. Assim, esse sistema de gestão é composto, no seu nível estratégico, pelo Ministério do Turismo, pelo Conselho Nacional de Turismo e pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, refletindo-se, na sua forma de organização, em nível estadual.

2.4 Proposta para o Turismo na Agricultura Familiar em Pernambuco

Para desenvolver as ações propostas pelo Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar nas unidades federativas, os articuladores de cada estado desenvolvem seus projetos com base na realidade encontrada pelos extensionistas no campo.

Em Pernambuco, as ações de Ater acontecem via Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). Dentro do projeto do IPA para captação de recursos do MDA para os anos de 2008 e 2009 há espaço para atividades não agrícolas. Para isso, entre as metas estabelecidas há uma chamada “Formação e Capacitação Continuada em Turismo Rural na Agricultura Familiar”

As atividades propostas para atingir essa meta são relacionadas à capacitação de agentes de Ater e Agricultores nos seguintes temas:

- Conteúdos básicos do Turismo e Agricultura Familiar relacionados com as políticas públicas do MDA e do Ministério do Turismo; (curso)
- Inventário e Diagnóstico das potencialidades turísticas da região; planejamento participativo e formatação de roteiros; (curso)

- Formatação de preços e estratégias de comercialização dos produtos turísticos, formação e implementação de trilhas em ambientes naturais, caminhadas na natureza; (oficina)
- Seminário sobre diagnóstico da aplicação do Pronaf para financiamento da atividade turística e artesanal, argumentando as principais dificuldades encontradas; (seminário)
- Legislação ambiental e sanitária que afeta o turismo e o artesanato na agricultura familiar; (curso)
- Mercado da oferta turística e artesanal e gestão de fortalecimento do turismo e artesanato na agricultura familiar e Gestão do condutor turístico; (seminário)
- Encontro com organizações envolvidas no desenvolvimento sustentável do turismo e artesanato e integrantes da rede Traf e órgãos oficiais de turismo; (encontro)
- Promover feiras e eventos com o segmento da cadeia de turismo e artesanato no âmbito regional. Apoiar a elaboração de material promocional de divulgação dos roteiros de agricultura familiar. (feira)

(Fonte: documento apresentado pelas articuladoras da Rede Traf em Pernambuco)

A área de abrangência do projeto atinge vinte e cinco municípios:

Rio Formoso, Água Preta, Pesqueira, Poção, Saloá, Afogados da Ingazeira, Salgueiro, Verdejante, Triunfo, Petrolina, Ouricuri, Paranatama, Garanhuns, Serra Talhada, Petrolândia, Jatobá, Agrestina, Buíque, Surubim, Vertente do Lério, Bonito, Caruaru, Altinho, Alagoinha e Bezerros.

Segundo uma das articuladoras da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar em Pernambuco, a escolha desses municípios partiu das demandas do campo. Através dos diagnósticos elaborados pelos extensionistas nos municípios pernambucanos, percebeu-se que nestas localidades havia potencial turístico e interesse dos agricultores em desenvolver a atividade.

Destes municípios, as articuladoras da Rede Traf destacam: Rio Formoso, Pesqueira, Saloá, Triunfo, Garanhuns, Serra Talhada, Caruaru, e Bezerros, afirmando que nesses lugares os agricultores familiares já estão em estágios mais avançados do desenvolvimento de atividades turísticas.

CAPÍTULO 3

Turismo rural e Política Nacional de Ater por quem a operacionaliza

Para compreender como o trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural se faz na prática, decidimos analisar como se materializam as ações propostas pela Política Nacional de Ater no estado de Pernambuco, através da fala dos servidores do IPA.

Iniciaremos esse capítulo trazendo informações sobre o serviço público de Ater em Pernambuco e abordando questões referentes ao órgão responsável por essas ações no estado. Na sequência, apresentaremos os resultados e a análise das entrevistas realizadas com alguns representantes do IPA.

3.1 Assistência Técnica e Extensão Rural em Pernambuco

Há mais de cinquenta anos, o estado de Pernambuco conta com o serviço público de Assistência Técnica e Extensão Rural como “instrumento de apoio ao desenvolvimento rural”. A oferta desse serviço teve início com a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (Ancar), depois com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco (Emater-PE), posteriormente com a Empresa de Abastecimento do Estado de Pernambuco (Ebape) e, atualmente com o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). (PERNAMBUCO, 2009)

Quando foi criado, em 1935, o IPA chamava-se Instituto de Pesquisas Agronômicas e era um órgão da administração direta do estado de Pernambuco, que tinha sede e laboratórios na cidade do Recife. Em 1960, foi transformado em autarquia, permanecendo com a mesma denominação, expandindo suas atividades para o interior por meio de uma rede de estações experimentais que lhe foi incorporada. Em 1975, foi novamente transformado, recebendo a denominação de Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária, mantendo, porém, a sigla IPA, que já era consagrada no seu universo de atuação. Em consequência da reforma administrativa do Governo do Estado em 2003, o IPA ampliou sua competência de entidade voltada para pesquisa, desenvolvimento e produção de bens e serviços agropecuários incorporando as atividades de Assistência Técnica, Extensão Rural e de infra-estrutura hídrica. (PERNAMBUCO, 2009)

Ao longo desses setenta e quatro anos de trajetória, o órgão - hoje denominado Instituto Agrônomo de Pernambuco - passou por diversas transformações e recentemente vem vivenciando um processo de reestruturação, a partir da incorporação do serviço de Extensão Rural. Através das entrevistas realizadas junto a representantes do Instituto, pudemos compreender melhor como vêm se processando essas mudanças no IPA e na oferta do serviço de Ater em Pernambuco.

3.2 A história recente

Segundo o Entrevistado 1, durante os anos do Governo de Jarbas Vasconcelos, quando a Emater foi extinta, o que se alegava era que aquela era uma empresa inchada e cheia de débitos. Então foi criada a Empresa de Abastecimento do Estado de Pernambuco, que seria uma empresa modelo. Porém, seus objetivos diferenciavam-se dos da extinta Emater. Vejamos o que ele diz a esse respeito:

A própria gestão do governo do estado considerava que era uma empresa modelo, mas o objetivo não era executar políticas públicas de agricultura e sim coordenar. Qual era a visão dele? A Ebape seria uma empresa com cento e poucos funcionários e em cada regional seria criada uma [Organização da Sociedade Civil de Interesse Público] Oscip para executar. (Entrevistado 1)

Esse fato, relatado pelo nosso entrevistado, não foi um acontecimento isolado do contexto nacional, mas um reflexo da tendência de participação mínima do Estado nas questões de interesse público, conhecida como “Estado Mínimo”, que provocou profundas mudanças na condução das políticas agrárias em todo o território brasileiro.

O Estado, então, simplesmente coordenaria o serviço de Ater, mas, segundo o entrevistado, depois de quatro anos, a Ebape também foi extinta e “se jogou o serviço dentro do IPA”. Seguindo em seu relato, o entrevistado lembra que, “chegando em 2006 a gente estava no fundo do poço com 85 extensionistas em nível de campo, então não existia mais Extensão Rural e o grande desafio era como soerguer isso”.

Ao assumir o cargo que atualmente ocupa na empresa, o entrevistado afirma que sondou a possibilidade de reconstruir a Emater – uma empresa só de Extensão Rural – mas obteve do “secretário na época” a resposta de que o Governo achava difícil porque isso

acarretaria numa grande perda de tempo. “Ia perder quase um ano para construir uma empresa e seria mais fácil reconstruir o serviço dentro do IPA, onde já estava”. Foi quando se fez o diagnóstico das necessidades da instituição e o primeiro ponto levantado foi que com o quadro de extensionistas que havia, não daria para atender a demanda existente.

Então solicitamos a contratação de 220 extensionistas, abriu escritório em todos os municípios do estado. Isso o governador concordou. Hoje o IPA está em todos os municípios? Está. Mas ainda insuficiente porque em muitos municípios só tem um extensionista. Se a gente considerar 250 mil agricultores familiares no estado de Pernambuco, se você mantiver uma relação de 1 para 100, a gente precisaria, para ter assistência técnica eficiente, permanente, contínua, e como preconiza a Política Nacional, de 2.500 extensionistas. Então hoje a gente tem já em torno de 400, uma melhora gradativa, mas é necessário ainda você ampliar este quadro pra gente ter uma assistência técnica de qualidade (Entrevistado 1)

Outro problema que havia na empresa era o baixo nível salarial, que fazia com que os funcionários não se mantivessem na empresa por muito tempo. Profissionais de formação superior em cursos como Agronomia e Veterinária ganhavam em torno de R\$ 1.490,00. “O IPA estava sendo casa de passagem. O pessoal vinha pra cá, ficava sem fazer nada, estudava, passava num concurso e ia embora” (Entrevistado 1). Atualmente o valor salarial foi revisto e em um ano, segundo o entrevistado, os salários dos extensionistas de nível superior aumentaram para R\$ 3.560,00.

Diagnosticou-se também, de acordo com o Entrevistado 1, que a empresa não tinha um planejamento adequado. Para resolver essa questão, segundo ele, foi montado “um planejamento operativo e o extensionista escolhia cinco ou seis comunidades em cada município, fazia o diagnóstico destas comunidades e em cima deste diagnóstico, levantava as demandas e fazia seu plano de trabalho”. A partir da junção desses planos de trabalho municipais, passaram a se constituir os planos regionais e o plano estadual de Ater. “Não sei se ainda é o ideal, mas pelo menos o que se tem de concreto é isso e é isso que norteia o trabalho do extensionista em nível de município” (Entrevistado 1).

Outra dificuldade, que segundo o entrevistado vem aos poucos sendo superada é a de acesso ao repasse de recursos financeiros. Segundo ele, desde 2003, quando se reconstruiu a Política Nacional de Ater, o governo federal passou a apoiar significativamente o setor. Embora isso tenha acontecido, ele afirma que Pernambuco perdeu quatro anos, pois demorou a buscar e aplicar um volume mais expressivo de recursos.

Em 2007, quando a gente procurou o MDA para fazer nosso convênio, o valor de recurso era 600 mil reais porque a gente tinha feito um convênio em 2004 de 300 mil reais e não tinha aplicado quase nada. E aí a credibilidade junto ao Governo Federal era muito baixa. Eu acho que eu fui umas cinco ou seis vezes a Brasília e o Governador foi duas vezes com a gente. E disse que ia fazer a parte dele, mas queria que o Governo Federal também fizesse a parte dele lá. E este convênio saiu de 600 mil para 11 milhões (Entrevistado 1)

Com os recursos do novo convênio, foram adquiridos equipamentos que podem favorecer melhores condições de trabalho aos agentes de Ater, como relata o Entrevistado 1:

Compramos 200 carros, 200 notebooks, 200 aparelhos de computadores de mesa mesmo, GPS, ou seja, oferecemos condições mínimas de trabalho para o extensionista. Já pra esse ano, a gente tem um convênio de 15 milhões, quer dizer, vamos fechar o que é necessário de equipamento e o resto é custeio da demonstrativa como de fato assim preconiza a Política Nacional.

Além dos equipamentos, o IPA também vem investindo na melhoria das instalações físicas e na independência dos extensionistas em relação às prefeituras, como informa o entrevistado:

Em nível de campo, a gente pegou a grande maioria dos escritórios conveniados com prefeituras. Escritório com um metro por dois, sem nenhuma condição e a determinação foi romper estes contratos e alugar prédios e mantê-los independentes, com autonomia. Não que a gente não queira parceira com a prefeitura. A gente não pode ter subordinação a prefeitura, então a gente saiu de dentro das prefeituras.

Isso não significa que a precariedade das instalações que alguns agentes encontram tenha acabado por completo. “Ainda vi muito escritório ruim”, afirma o Entrevistado 1. “A gente tem orientado aos gerentes que procurem locais melhores, ofereçam condições para que realmente o extensionista se sinta num ambiente agradável e confortável para realizar seu trabalho”. E fazendo um balanço de sua percepção acerca dos equipamentos e instalações de que os extensionistas dispõem, comenta: “Eu acho que em nível de estrutura física a gente precisa melhorar muito. Agora de equipamentos, de veículos, de computadores eu acho que a gente está bem”. Sobre as mudanças que vêm ocorrendo, o entrevistado se coloca da seguinte maneira: “Eu acho que ainda falta muita coisa para fazer, mas eu acho que estamos no caminho certo”.

Apesar de comemorar as melhorias do órgão responsável pela oferta do serviço público de Ater, o Entrevistado 1 reconhece as fragilidades que persistem e aponta alguns novos problemas:

Acho que a estrutura do IPA ainda é bastante deficiente porque, como eu disse, o desmanche foi grande. Foi extinto duas vezes: Emater e Ebape e jogado de uma forma desrespeitosa dentro de uma instituição aonde quem chega está sendo um intruso e quem recebe está vendo como um invasor, então é bastante complicado. Sem nenhuma estrutura, numa empresa exclusivamente de pesquisa, você joga a Extensão.

Nesse momento, o entrevistado refere-se a uma questão delicada, que é o fato do serviço de Extensão ter sido “incorporado” pela entidade antes responsável apenas por trabalhos voltados à pesquisa sem que houvesse o adequado preparo de todos os envolvidos nesse processo de transição. O que transparece na fala do entrevistado, bem como está presente nas “conversas de corredor” de funcionários que pudemos presenciar é que essa junção ainda não foi bem digerida e parece estar provocando insatisfação em ambos os grupos. Alguns extensionistas e pesquisadores parecem não querer se misturar e fazem questão de deixar claro a que grupo pertencem. Além disso, ambos se sentem expropriados nos seus direitos. Enquanto os pesquisadores acham que perderam espaço, os extensionistas julgam que não lhes foi oferecido o ambiente adequado na sede do IPA. Quanto a isso, o Entrevistado 1 reclama: “Então, se analisar aí, o bloco onde o pessoal trabalha não oferece condições”. E apresenta as medidas que se pretendem tomar: “fazer dessa parte aí do campo de futebol, um novo edifício com três andares, um para cada diretoria”. As diretorias às quais o entrevistado se refere são: Diretoria de Extensão Rural, Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento e Diretoria de Infra-Estrutura Hídrica.

Ao que parece, esse problema não será tão fácil assim de se solucionar. Além da necessidade de ampliar os espaços e melhorar a estrutura física, os administradores do IPA precisam pensar em maneiras de realmente integrar os serviços ou simplesmente reconhecer que Pesquisa, Infra-Estrutura e Ater estão meramente dividindo as instalações físicas, mas, na realidade, ainda não houve uma fusão, como apregoam as fontes oficiais.

Essa apresentação que fizemos do órgão oficial responsável pelo serviço de Ater em Pernambuco se fez necessária, haja vista que é a partir desse ambiente que se constroem as práticas de Extensão Rural no estado. Agora, continuaremos a análise dos dados coletados a partir dos roteiros de entrevistas aplicados aos onze representantes do IPA.

Se é através do IPA que se processam as ações propostas pela Pnater em Pernambuco, é por meio da atuação dos extensionistas nos municípios que essa Política se materializa. Então vamos conhecer alguns dos agentes de Ater que atuam no estado.

3.3 Quem são e como trabalham os extensionistas entrevistados?

Dos onze funcionários do IPA que entrevistamos, três estão lotados na sede do Instituto, em Recife, dois atuando como articuladores da Rede de Turismo na Agricultura Familiar e um fazendo parte da Diretoria de Extensão Rural do órgão. Os demais trabalham como extensionistas de campo em oito diferentes municípios do estado de Pernambuco. Quanto ao tempo de trabalho, identificamos uma grande heterogeneidade entre os entrevistados, havendo desde aqueles que se inseriram na atividade há alguns meses até aqueles que já atuam no serviço público de Ater há mais de três décadas. Porém, observamos em nossa amostra que sete dos técnicos entraram há menos de três anos no IPA e desses profissionais apenas dois tinham experiência previa em trabalhos de Assistência Técnica ou Extensão Rural. Ou seja, a maioria dos técnicos iniciou sua atuação após o lançamento da nova Pnater e a reestruturação do IPA – eventos que ocorreram em 2003.

Ao tratarmos da formação dos profissionais, observamos que quatro entrevistados possuem formação técnica em Agropecuária. Já os demais possuem curso superior nas áreas das Ciências Agrárias, Pedagogia e Serviço Social, sendo um deles Mestre em Ciências do Solo e outros dois Especialistas.

Em relação ao trabalho que os agentes de Ater vêm desenvolvendo, percebemos nas entrevistas que esses técnicos desempenham atividades variadas, havendo desde aqueles que atuam prestando apenas Assistência Técnica, como é o caso do Entrevistado 6, que afirma trabalhar “auxiliando os agricultores em atividades agrícolas e em projetos voltados à agricultura e pecuária”, até aqueles que fazem um trabalho mais amplo de Extensão Rural. Diferenciando o trabalho de um agente de Extensão Rural daquele executado por um assistente técnico, o Entrevistado 8 explica:

Nosso trabalho é direcionado a três atividades básicas: atividade econômica, social e ambiental. Por que o assistente técnico, trabalha apenas o produto da assistência e o extensionista vê tudo: vê a família com um todo [...] E o trabalho de Extensão aqui no estado é também gerenciar alguns programas do Governo: distribuição de

sementes, trabalho com carro-pipa, com crédito rural, com distribuição de semente, com tudo que tem a ver com o campo, que vem como programa de Governo passa pelo IPA, pelo trabalho de Extensão.

Esclarecendo que a atuação dos agentes de Ater deve privilegiar os grupos sociais e não os indivíduos, o Entrevistado 2 fala que “o enfoque maior que é dado é junto às organizações rurais, quer sejam associações de pequenos produtores ou cooperativas”. Sobre a metodologia adotada, o Entrevistado 4 diz:

A gente começou a trabalhar como ponto inicial o diagnóstico rural. De cada comunidade destas, nós temos um retrato atualizado da situação da comunidade e daí partimos para a formação do plano de ação municipal. Tem um plano municipal que foi feito no ano passado e serve como base para as atividades desse ano.

Enquanto ele parece saber que diretrizes deve seguir para realizar seu trabalho, o colega que atua em outro município reclama: “Não deram diretrizes pra gente”. E segue dizendo: “você tem que atender a demanda do momento” (Entrevistado 7). No depoimento do Entrevistado 9, verificamos a noção da necessidade de promover a participação da comunidade e aproveitar as capacidades endógenas do local onde atua:

O trabalho que desenvolvemos é com as comunidades rurais no sentido de desenvolver, ver as capacidades, os potenciais da comunidade e no sentido também de o pessoal se organizar nas associações que já existem. A gente procura melhorar o associativismo e a gestão de associações.

Já o Entrevistado 10 ressalta a importância do seu trabalho na construção de práticas mais sustentáveis do ponto de vista ambiental:

É um trabalho que a gente tenta dar sustentabilidade ao agricultor familiar desde o início do plantio, preparação do solo, práticas agrícolas recomendadas para não ter problemas no solo, a questão do desgaste do solo. A gente tem umas práticas agrícolas que são orientadas pela agricultura familiar para conservar solo, plantas: curvas de níveis, banquetas, práticas que conservam o solo... A gente trabalha mais ou menos assim. Mas o nosso trabalho está voltado mesmo para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Comprovando que a nova Pnater preocupa-se não apenas com os agricultores familiares, mas também com grupos étnicos específicos, entre outros públicos, o Entrevistado 11 explica que sua função no IPA é “promover uma Assistência Técnica e Extensão Rural aos

povos indígenas”. E complementa: “A gente está, principalmente neste novo governo agora, está tendo um espaço de dialogar, de discutir junto com o Estado, aqui em Pernambuco, para promover este tipo de acesso a Assistência Técnica e a Extensão Rural de forma específica, diferenciada para os povos indígenas”. E justificando a relevância dessa ação informa: “Aqui em Pernambuco são onze etnias, somos onze etnias, no caso a quarta maior população do Brasil”. Sobre como o trabalho se articula, ele diz: “A gente está junto como o povo indígena e junto com o Estado, a Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária e outras Secretarias, discutindo as ações específicas para os povos indígenas em PE” (Entrevistado 11).

3.4 Conhecimento das propostas da Pnater

Quando questionados sobre a Pnater, alguns técnicos afirmaram conhecer bem a proposta, enquanto outros demonstraram despreparo, como podemos constatar na fala desse entrevistado: “na capacitação inicial a gente teve lá um **breve comentário** sobre a Pnater e recebeu também algumas apostilas, alguns livros, mas eu não entrei bem não.” (Entrevistado 6 - grifo nosso). Bem mais contundente que o colega, o Entrevistado 7 deixa claro seu total desconhecimento acerca da Política: “Se eu disser que não sei o que é a Política Nacional de Ater, você acredita? Ater, não me pergunte [...] que eu não sei”. Talvez o desconhecimento por parte desse extensionista se deva ao fato dele estar deslocado de suas função, como ele justifica: “eu **estou** extensionista, mas **sou** pesquisador” (grifos nossos). O fato é que o profissional, que atua há quase um ano como extensionista, desconhece aquele documento que deveria orientar suas ações.

Quando perguntamos ao Entrevistado 1 sobre o nível de conhecimento dos técnicos do Instituto acerca das propostas da Pnater, ele nos falou que acredita que os técnicos conhecem a Política, entretanto reconheceu a necessidade de dar continuidade ao trabalho educativo e oferecer “diversas oficinas com extensionistas para rediscutir novamente a Política Nacional, fazer com que ela interiorize dentro do extensionista, e seja sua prática do dia-a-dia”.

Observamos, através da fala de outro entrevistado que o desconhecimento que gira em torno da Pnater não se restringe aos extensionistas, mas também está presente entre o público ao qual a Política se destina:

Ainda precisa de muita gente conhecer a política de Ater, por mais que seja divulgado ainda acho muito restrito. Fica localizado nas camadas maiores, mas não chega nas camadas mais simples. O agricultor familiar não sabe o que é a Política de Ater. Eles falam da Política de Ater mas na prática termina não acontecendo a política de Ater, praticamente. (Entrevistado 10)

Apesar do desconhecimento de alguns extensionistas acerca do documento oficial que aponta as diretrizes do serviço público de Ater, observamos que na prática todos eles sabem a que público a Política se destina. Podemos ilustrar esse conhecimento, através da fala desse entrevistado:

A Pnater abrange na sua maioria somente o agricultor de base familiar. Aquele que a renda é oriunda da agricultura e da pecuária e que não contrata serviços de terceiros, exceto numa fase mais difícil do ano, como num início de plantio [...]. A Pnater preconiza isso, se bem que não descarta a possibilidade da gente prestar assistência a qualquer que seja o agricultor nível considerado médio ou grande. (Entrevistado 2).

Complementando a informação, o Entrevistado 3 acrescenta que a Política se destina: “aos agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores e índios, entre outros”. Justificando o privilégio que as populações de contextos populares têm na hora de serem contempladas pelas ações oficiais de Ater, o Entrevistado 1 explica:

Ela se destina exclusivamente aos agricultores familiares, mas aí você pode dizer: Mas por que o Estado vai dar exclusividade a um grupo de agricultores? Mas se a gente for analisar, estes agricultores, na história do Brasil nunca tiveram acesso a políticas públicas, foram sempre relegados a segundo plano, então como agente não tem condições de atender a todo mundo, que atenda pelo menos as mais necessitadas. Então, ela é exclusivamente dos agricultores familiares, quilombolas, extrativistas [...]

Ao serem questionados sobre a definição do termo “atividades agrícolas”, os entrevistados também demonstraram precisão nas respostas. Vejamos o que diz a esse respeito o Entrevistado 11:

Atividades agrícolas são aquelas atividades relacionadas ao espaço rural que gerem renda tanto do ponto de vista de comercialização quanto do ponto de vista da segurança alimentar para as famílias, ou seja, estas atividades são desenvolvidas no espaço rural, do ponto de vista da sustentabilidade, a nova política, ela enfoca bastante esta questão da sustentabilidade, ou seja, a produção tendo a visão econômica, mas sem deixar de lado a questão ecológica, ambiental, social, cultural.

De maneira mais simplificada, porém também dando conta do significado da expressão, o Entrevistado 3 responde que atividades agrícolas são aquelas relacionadas à agricultura e a pecuária. Seu colega diz a mesma coisa em outras palavras: “É o setor primário da economia do país”. E expandindo a questão, afirma: “Atividade agrícola nunca vai deixar de existir como uma meta importante no Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural aliada a outras atividades que também trazem rentabilidade pra agricultura familiar” (Entrevistado 2). Nesse momento, o entrevistado entra em outra questão também preconizada pela Pnater que são as “atividades não agrícolas”.

3.5 Atividades não agrícolas: “só me veio o artesanato na cabeça”

Em relação a essas atividades, observamos que todos os entrevistados demonstram ter algum conhecimento, como é o caso do Entrevistado 11, que fala que não agrícolas “são atividades desenvolvidas no espaço rural, ou fora dele, mas que não são propriamente do setor agropecuário”. Entre os exemplos citados pelos entrevistados, aparecem atividades como o corte e costura e os pequenos comércios, porém o mais mencionado é o artesanato, que é lembrado por quase todos os entrevistados – apenas um deles não falou sobre ele. Quando pedimos outro exemplo ao Entrevistado 7, ele se esforçou mas não conseguiu lembrar: “Até agora só me veio artesanato na cabeça”. Já o Entrevistado 9 lembrou de mais uma: “Basicamente artesanato e confecção. Coisas que não sejam exatamente da terra. Não me ocorre agora mais nada”. Na mesma linha respondeu o Entrevistado 10: “Não-agrícola é a questão do artesanato. É o artesanato que a gente considera não-agrícola”. E diante de nossa insistência para que ele apontasse outra atividade: “Têm outras também, mas a gente menciona mais, no relatório, artesanato e corte-costura”.

O Entrevistado 1 tratou as atividades não-agrícolas como “fundamentais e necessárias, para aquelas populações” acrescentou que “o Brasil rural não vive só da agricultura e da pecuária. Tem outras atividades denominadas atividades não-agrícolas que dão sustentabilidade, geram renda, geram receita e mantém este pessoal dentro do campo”. Entretanto, quando foi falar quais são essas atividades se expressou da seguinte maneira: “Aí, dentro da Política a gente trabalha mais ou menos duas que é o artesanato e... Espera aí que eu estou tentando me lembrar... artesanato... tem outra atividade aí, né? Inclusive tem uma Rede Temática pra tratar exclusivamente disso”. Já o Entrevistado 6 ficou na dúvida: “Não sei o

turismo se está também como não agrícola. Mas essa parte de artesanato rural, essas coisas a gente considera como não agrícola”.

Apesar da incerteza de onde deveria situar o turismo, este último extensionista ao menos recordou da atividade, o que não foi o caso da maioria dos entrevistados. Percebemos que o turismo só foi lembrado espontaneamente por cinco entrevistados, por mais que insistíssemos em pedir que os demais tentassem lembrar-se de mais alguma atividade. O fato nos chama atenção principalmente por dois motivos: primeiro porque existe entre as doze Redes Temáticas mantidas pelo MDA uma intitulada “Turismo na Agricultura Familiar”, que objetiva fomentar a atividade em todos os estados brasileiros, e depois porque todos os entrevistados atuam junto aos agricultores familiares em municípios considerados de interesse turístico.

Se entre nossos entrevistados o turismo não foi recordado com facilidade, entre outros colaboradores do IPA a situação parece ser ainda mais complicada. Nas primeiras visitas ao órgão, quando procurávamos pela funcionária responsável pela Rede Temática de Turismo na Agricultura Familiar, chegamos a abordar diversos servidores do Instituto (que iam dos porteiros aos técnicos e pesquisadores). O primeiro deles já nos respondeu com outra pergunta: “Turismo? Tem certeza que é aqui no IPA?”. Um senhor, que se identificou como pesquisador, chegou a nos explicar que naquele órgão eram desenvolvidos os trabalhos de Pesquisa e Extensão voltados às atividades no campo, e em seguida esclareceu que lá havia zootecnistas, veterinários, agrônomos, mas não tinha ninguém que trabalhasse com turismo. Quando insistimos, dizendo que buscávamos alguém que trabalhasse com atividades não agrícolas, o mesmo senhor lembrou: “Parece que tem um pessoal que trabalha com artesanato”.

3.6 E o turismo, onde é que entra?

Embora o turismo não tenha surgido com facilidade entre as respostas espontâneas dos entrevistados, quando perguntamos se a atividade está contemplada na Pnater e de que maneira, obtivemos do Entrevistado 1 a seguinte resposta: “Artesanato e turismo. Faltou justamente o turismo rural. Está totalmente contemplado. Eu acho que isso é um nicho de mercado muito grande que tem que ser melhor aproveitado”. Apenas um dos entrevistados disse não saber se a Pnater contempla o turismo, mas todos os demais afirmaram que sim,

entretanto o Entrevistado 10 ressaltou que esse trabalho ainda não foi desenvolvido com muita ênfase e afirmou: “Ainda está precisando muito falar sobre turismo rural. Existe uma potencialidade muito grande”.

A despeito do reconhecimento dessa potencialidade, verificamos entre os entrevistados o desconhecimento das diretrizes para o funcionamento do setor. Observemos esse fato na fala do Entrevistado 1:

Não tem uma diretriz da questão do turismo. Eu acho que o turismo rural é uma atividade que não era trabalhada pela Extensão Rural. A Extensão Rural antes desta Política Nacional nova, trabalhava da porteira pra dentro, se preocupava muito com a questão da produção, conhecimento específico, pacote tecnológico. Hoje não. Ela entra dentro da propriedade com aquela visão abrangente: vendo família como um todo. Não vai ver só a cultura do milho, do feijão, mas vai ver a saúde, o bem-estar social, a questão da própria higiene, a questão ambiental; então ele vê isso tudo e quando sai também leva consigo a questão da preocupação com a comercialização, com tudo isso. Então o Turismo Rural se encaixa aí como mais uma atividade geradora de renda e de emprego para o agricultor rural.

Antes de abordar a importância da nova Pnater e das atuais práticas de Extensão Rural, o Entrevistado 1 já havia afirmado que não há diretrizes para o desenvolvimento do turismo. Enquanto isso, o Entrevistado 2 respondeu que a diretriz para o funcionamento do setor é: “dar apoio em toda a cadeia produtiva do turismo, inclusive com relação a crédito e financiamento através do Pronaf. Agora, a Política deixa bem claro que a gente deve trabalhar com agricultores organizados, quer seja em grupo formal ou informal, grupos legalizados ou não”. Entre os entrevistados ele foi o único a demonstrar esse conhecimento.

Todos os outros extensionistas afirmaram desconhecer essas diretrizes, como ilustram essas respostas: “Não lembro agora”, (Entrevistado 5). “Sei não”. (Entrevistado 6). “Eu tenho que estudar”. (Entrevistado 9). “De cabeça eu não sei”. (Entrevistado 11). “Fala sério! No momento eu não estou lembrando dessa diretriz. Mas a gente já leu alguma base, mas no momento eu não lembro” (Entrevistado 10).

Percebemos nessas falas que os extensionistas entrevistados ignoram a proposta do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, que traz as diretrizes para o setor. Observamos ainda que não há material de divulgação sobre o PNTRAF em quantidade suficiente para que os técnicos possam ter acesso a essas informações. Tal observação se deu quando perguntamos a um funcionário do IPA se havia um prospecto mais recente - já que tínhamos recebido dele um material que trazia as metas do Programa para o período de 2004 a

2007 - e ele nos respondeu que não e nos aconselhou a guardar com cuidado aquele material, pois era uma raridade, já que não tinha vindo de Brasília nada além daquilo e os exemplares disponíveis estavam acabando. Vemos então que resta ao extensionista interessado em buscar essa informação a alternativa de procurá-la na internet.

3.7 Pnater, o norte das ações?

No momento em que questionamos aos entrevistados se a Política Nacional de Ater tem norteado as ações desenvolvidas em Pernambuco, obtivemos da maioria dos entrevistados respostas reticentes. Com exceção do Entrevistado 11, que respondeu: “Com certeza. O grande norte das nossas ações é essa Política”, todos os demais responderam com certa reserva. Vejamos alguns exemplos: “Tem, agora com algumas precariedades” (Entrevistado 2). “Sim, embora em termos de operacionalização ainda tenha muito a avançar, pois muitos extensionistas não trabalham sob a perspectiva da Pnater” (Entrevistado 3). “Não sei responder”. (Entrevistado 6).

As respostas que mais nos chamaram atenção foram as de dois extensionistas que se queixaram dos Programas de Governo que impossibilitam a condução das ações propostas pela Pnater. Observemos o que um deles diz:

Ela [a Pnater] norteia, no entanto existe a seguinte situação: existe muito programa de governo [...] deveria se focar mais a Política de Ater, porque programas de governo tomam muito tempo do extensionista. E às vezes você deixa a Política Nacional de Ater em segundo plano. Por exemplo: sei que tem programas que têm prazo... Tem programa que você tem que estar focando semente, tem que distribuir ela no momento certo, aí você deixa um pouquinho a Política de Ater de lado e vai trabalhar só a parte de semente e aração de terra. É por isso que tem realmente este déficit por conta disso. (Entrevistado 8).

Já o outro extensionista vai mais longe, quando além de reclamar do excesso de trabalho que esses programas proporcionam, denuncia algumas práticas que esses programas de governo estimulam e que vão de encontro às determinações da Política Nacional de Ater. Vejamos:

A gente tem tido a orientação, agora, ao mesmo tempo a gente tem uma sobrecarga de trabalho muito forte aqui. A gente tem se sobrecarregado com algumas atividades de execução de programas [...] a gente tem ainda muito a caminhar para chegar a

alcançar a implementação disso aí [Pnater]. Nós somos norteados pela Pnater, mas há um excesso de programas. Até mesmo a construção de idéias de alguns programas não contempla a Pnater. Por exemplo, os programas que contemplam sementes, as sementes são distribuídas ainda com fosforado, defensivos agrícolas totalmente condenados pela Pnater (Entrevistado 5).

Vemos aqui um significativo descompasso entre as propostas e práticas de Ater. De um lado, a Pnater, reconhecendo que o Estado deve apoiar estratégias de desenvolvimento sustentável, contribuindo para “melhorar os patamares de sustentabilidade ambiental dos agroecossistemas, a conservação e recuperação dos recursos naturais e [...] a produção de alimentos limpos, com melhor qualidade biológica [...]” (BRASIL, 2004a, p. 6); e do outro lado, os programas de governo, que pautam algumas ações dos agentes de Ater, orientando para o uso de produtos considerados completamente incompatíveis com a nova Política Nacional de Ater.

Enquanto este extensionista se queixa e faz uma séria acusação, o Entrevistado 1 acredita que a Política Nacional de Ater tem norteadado as ações desenvolvidas em Pernambuco, como podemos conferir em sua fala:

Acredito que sim, embora seja nova - foi criada em 2003 para 2004 - mas a gente não tem medido esforço de fazer essa discussão com o extensionista. Todo esse pessoal novato que entrou, a gente, em nosso Centro de Treinamento, fez a capacitação do pessoal e um dos conteúdos disso é discutir para que o extensionista se empodere desta política, tome conhecimento dela e aí faça dela sua bíblia, seu livro norteador de suas atividades. Eu acho que ela sim tem norteadado o trabalho da Extensão Rural em Pernambuco.

Quando perguntamos quais entre as temáticas propostas pelo MDA mereciam maior atenção do IPA, obtivemos unanimidade nas respostas. Os entrevistados afirmaram que todas têm tido atenção. Aqueles que tentaram destacar as mais privilegiadas acabaram apontando diversas entre as possibilidades que apresentávamos. O Entrevistado 11 afirmou: “Eu vejo que o IPA dá para todas as Redes essa atenção especial. É claro que alguns públicos têm uma situação mais complicada que os outros, então, merecem uma atenção especial, como a questão indígena e a quilombola”.

O Entrevistado 2 afirmou que as redes estão todas entrelaçadas e acrescentou que não se consegue trabalhar o Turismo na Agricultura Familiar de forma isolada da questão da Comercialização e da Metodologia Participativa. Sobre a valorização diferenciada entre as Redes Temáticas, ele afirma:

Para o IPA, eu não encontro diferença nenhuma com relação aos administradores valorizando A ou B Rede Temática. Agora, na minha opinião, duas redes que a gente não consegue se separar é a questão da Metodologia Participativa e da Comercialização. Porque a Metodologia Participativa facilita a gente trabalhar com o agricultor e a comercialização é o gargalo maior de qualquer atividade do âmbito da agricultura familiar (Entrevistado 2).

Procuramos o Departamento de Estudos Prospectivos do IPA para saber como se dividem os recursos financeiros repassados pelo MDA entre as Redes Temáticas no estado de Pernambuco. Obtivemos junto ao setor as informações que resultaram na elaboração da tabela abaixo:

Alocação de recursos para as Redes Temáticas de Ater em Pernambuco no ano de 2009:

Produtos e Mercados Diferenciados	628.822,00
Apoio à Comercialização da Produção Agrícola e Não-Agrícola	193.790,00
Apoio ao desenvolvimento da Agroindústria Familiar	217.790,00
Ater para Povos Indígenas	328.630,00
Fortalecimento da Cadeia Produtiva do Leite	669.414,00
Apoio à Produção Agroecológica	275.205,00
Ater para Mulheres Rurais	56.370,00
Formação de Agentes de Ater	363.551,50
Apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar	120.455,00
Metodologias Participativas	116.580,00
Crédito para Fomento, Apoio e Seguro da Produção	4.133.035,00
Apoio ao Programa de Biodiesel	48.720,00

Fonte: Departamento de Estudos Prospectivos do IPA.

Perguntamos então ao Entrevistado 2 o que ele tem a dizer sobre a alocação de recursos para a Rede Temática de Turismo. A resposta que ouvimos dele foi a seguinte:

A verba vem em cima de demandas que vem do campo. O Plano de Ação vem do técnico que trabalha diretamente com a comunidade rural. Quando chega aqui, a gente consolida o plano e dá origem ao Plano Estadual e é feita a solicitação de recursos através dessas demandas. Eu considero que o recurso... A gente sempre quer mais um pouco.

Além dos recursos do MDA, o Entrevistado 2 afirma buscar parcerias que têm ajudado, financiando eventos, cursos, encontros e excursões, entre outros. Os principais parceiros, segundo ele, são: organizações não governamentais, Sebrae, Senar, universidades,

prefeituras municipais e associações rurais. O Entrevistado 3 acrescenta a participação das instituições financeiras, que também têm apoiado as ações da Rede.

Ao procurarmos saber se as práticas de Ater no estado de Pernambuco incorporam ações de turismo rural, ouvimos respostas que apontam para a incipiência da atuação voltada para esse setor. O Entrevistado 3 sinalizou positivamente, mas fez uma ressalva: “Ainda precisa de um incremento”. Alguns extensionistas acreditam que o turismo seja contemplado nas práticas de Ater, porém - apesar da maioria dos entrevistados atuar em municípios de abrangência do projeto da Rede Temática de Turismo na Agricultura Familiar – alguns demonstraram desconhecimento das ações realizadas em seus próprios municípios, como podemos observar nas falas desses dois extensionistas: “Em outros municípios eu tenho visto isso” (Entrevistado 9). “Eu não lembro, mas tem alguns municípios que estão sendo incluídos na questão de Ater no Turismo Rural. Agora não estou lembrado dos municípios” (Entrevistado 10).

O Entrevistado 8 defende que há ações de Ater voltadas ao turismo rural, no entanto insiste que os programas de governo são fatores limitantes na condução dessas atividades. Vejamos como ele se coloca:

Existem algumas atividades, existem orientações para os extensionistas rurais, eles sabem que têm que fomentar essa atividade, no entanto, a gente ainda fica muito preso a alguns programas de governo. Aí, às vezes a gente deixa de estar mais ativo, de estar incentivando mais o turismo rural, a atividade não-agrícola por estar mais ligado a estes programas de governo[...] aí tem isso: é um fator limitante na divulgação dessa atividade turística[...]Agora infelizmente é como eu te falei, por conta dos programas de governo a gente às vezes fica um pouco amarrado nestes programas e não tem tempo pra focar em turismo rural. (Entrevistado 8)

3.8 O que os extensionistas têm a dizer sobre o turismo rural?

Quando pedimos aos entrevistados que nos dessem uma definição de turismo rural, pudemos verificar em suas respostas alguns aspectos recorrentes. O modo de vida do homem do campo foi mencionado por cinco dos entrevistados; três falaram sobre a importância da atividade como geradora de emprego e renda; dois estabeleceram a relação entre o turismo rural e o lazer; dois relacionaram turismo rural à troca de experiências que a atividade proporciona. Outros fatores lembrados foram: inclusão social; cidadania; patrimônio

histórico; gastronomia; observação do meio cultural, social e ambiental; economia; encontro dos interesses dos visitantes e dos visitados; oferta turística.

Verificamos nas falas de alguns dos entrevistados a noção de questões como: demanda e oferta e a necessidade da prestação de serviços de qualidade. Observemos o que diz o Entrevistado 8:

A questão do turismo rural na agricultura familiar é onde você consegue concentrar interesses comuns: interesse agricultor familiar em receber, ou o empreendimento familiar receber pessoas pra conhecer aquele recinto deles e vivenciar aquele dia-a-dia deles, onde eles tenham uma qualidade de recepção, onde você tenha pouco de conforto, onde você consiga ter estadia pelo menos durante um dia.

Enquanto isso, o que chama a atenção do Entrevistado 9 é a possibilidade que o turismo rural representa de proporcionar às pessoas da cidade a vivência do cotidiano rural. Vejamos:

É aquele turismo que os turistas vão à zona rural e percebem o que é a zona rural. Entram em contato com os agricultores, usufruem do clima, da paisagem, do que tem plantado ali ele pode comprar, se tiver banho, eles podem também tomar um banho. Tem uma diferença entre ecoturismo e turismo rural, eu não sei bem dizer qual é, mas eu acredito que o turismo rural é este que você vai, tem contato com as pessoas, pode almoçar lá, conhece a realidade do campo, faz a troca de experiências. (Entrevistado 9)

Ao mesmo tempo em que algumas respostas evidenciam a confusão de termos, que é tão comum entre aqueles que não possuem certo nível de conhecimento desse universo de atuação, os entrevistados demonstram possuir alguma noção do que venha a ser turismo rural. Até aquele que pensou por um tempo para depois responder desconcertado: “Turismo rural? Pergunta meio [...] estou sem resposta” (Entrevistado 10), depois de pensar mais um pouco lembrou de “atividades relacionadas à história, ao passado[...]” e, em outro momento, falando sobre as potencialidades turísticas de que seu município dispõe, listou: “além de ter uma mata, onde a gente pode fazer o turismo ecológico, e turismo rural também, tem aqueles casarões lá, tem agricultura orgânica” (Entrevistado 10). Entretanto, é evidente que, ainda que todos tenham algo a dizer sobre o turismo rural, algumas respostas apontam para um conhecimento superficial, como podemos observar nessa fala:

Conceituar isso? Acho que é uma atividade no meio rural e que, não sei... Acho que o turismo está muito centrado no meio urbano e hoje a questão da sustentabilidade... esse negócio todo... Eu acho que é uma atividade economicamente viável, sustentável e tem que ser bem explorada. Então eu acho que é um nicho de mercado, com ampla possibilidade de gerar emprego e renda pra esses agricultores. (Entrevistado 1)

Ao que parece, falta, tanto aos extensionistas quanto aos gestores do IPA, uma sistematização do conhecimento, para que, apropriados de mais informações, possam oferecer um maior apoio aos agricultores familiares que buscam diversificar a oferta de suas unidades produtivas. O Entrevistado 1 reconhece que uma das principais contribuições que o serviço público de Ater pode oferecer no desenvolvimento da atividade turística na agricultura familiar é “levar o conhecimento aos agricultores desse potencial que pode ser explorado”. Acontece que para levar o conhecimento, é necessário ter o conhecimento.

Quando questionamos se o desenvolvimento do turismo rural pode ser considerado uma das prioridades entre as ações do IPA, apenas dois entrevistados afirmaram que sim. Vejamos de que maneira o Entrevistado 1 se posicionou a esse respeito:

Pode. Tanto é que ela é uma Rede Temática determinada pelo MDA, ou seja, tem um articulador nacional e cada estado tem um articulador estadual, então eles interagem entre si e aí você vai colocando aquelas experiências exitosas para serem catalogadas, esse negócio... criando um certo favorecimento de oportunidade. Então eu acho que o turismo rural é sim uma das prioridades da Extensão Rural e do IPA.

Já os demais entrevistados dividiram-se em dois grupos: os que têm dúvidas em relação a isso, como é o caso do Entrevistado 9, que disse: “Não sei, mas eu acho que deveria ser. Eu não sei se é” e os que registraram que não acreditam que o desenvolvimento da atividade turística esteja entre as prioridades do Instituto Agrônômico de Pernambuco, a exemplo do Entrevistado 7, que respondeu: “Não. Eu acredito que não seja uma prioridade para a diretoria do IPA. Existem departamentos que dão uma maior ênfase”. Nessa mesma linha respondeu o Entrevistado 10: “Diretamente não é prioridade não. No momento não é prioridade”

Um fato interessante que observamos nas respostas daqueles que não sabem se de fato vem sendo dada uma ênfase ao turismo na agricultura familiar é que todos afirmam que nos municípios onde atuam, o turismo não é uma prioridade, mas eles crêem que em outro lugar deva ser. Quem atua no interior do estado, pensa que na zona da Mata há mais ações voltadas

ao desenvolvimento turístico, quem é da Mata Sul, acredita que isso seja prioridade na Mata Norte. O depoimento a seguir ilustra isso: “O IPA tem trabalhado a questão dos diagnósticos feitos nestas áreas. Na Mata Sul [onde o respondente atua] tem tido pouco, na Mata Norte é mais forte” (Entrevistado 4).

3.9 Serviço público de Ater e turismo na agricultura familiar

Quando questionamos se o serviço público de Ater pode contribuir para o desenvolvimento da atividade turística no meio rural, obtivemos de todos os entrevistados respostas positivas. O Entrevistado 7 respondeu de maneira curta e definitiva: “Seguramente”. Alguns colegas explicaram de que maneira essa contribuição pode ocorrer: “Capacitando os técnicos e os técnicos orientando os agricultores, estando presentes, contribuindo com as ações” (Entrevistado 9); “Promovendo a organização das comunidades e promovendo a atividade lá fora”. (Entrevistado 11). Apesar da unanimidade no reconhecimento do potencial que o serviço de Ater tem de cooperar com o desenvolvimento turístico em comunidades rurais, o Entrevistado 6 ressaltou que tem dúvidas se efetivamente essa contribuição vem ocorrendo. “Poder, pode. Agora, se contribui...?”

Ao procurarmos saber quais as principais ações que vêm sendo desenvolvidas pela Rede Temática de Turismo na Agricultura Familiar nas comunidades onde nossos entrevistados atuam, ouvimos daqueles que trabalham em municípios que estão fora da área de abrangência do projeto da Rede Temática respostas negativas: “Que eu saiba nenhuma. Não tem. A gente não sabe. Se tivesse eu saberia” falou um extensionista. “No momento, nenhuma” respondeu outro extensionista.

Essas respostas não fugiram do esperado, o que nos surpreendeu foi obter de agentes de Ater que atuam em municípios considerados destaques entre aqueles abrangidos pelo projeto algumas respostas que apontam para um reducionismo, que faz com que em determinados locais o único alvo das ações de intervenção seja o artesanato, deixando de lado outras atividades que fazem parte do turismo rural. “O plano de ação principal é o melhoramento da qualidade do artesanato. Depois, aumentar a variedade dos produtos e depois a comercialização”, disse o Entrevistado 7. Confirmamos nossa impressão ao ouvir a fala do Entrevistado 9:

A gente já pensa em desenvolver um artesanato e depois há uma possibilidade de fazer uma feirinha, uma coisa, uma visita... Envolver a prefeitura, chamar a prefeitura na comunidade, e ela bancar uma visita de turismo numa dessas festas que a prefeitura promove. A gente pensa nisso assim pra frente. Ou trazer o pessoal para uma das festas também, trazer o artesanato do pessoal para a festa. Isso é uma das coisas. A outra é interiorizar levar o povo para ver o artesanato lá na comunidade.

Um dos motivos disso acontecer é o que nos lembra o Entrevistado 8: “Na realidade, a Rede Temática não é só turismo. Ela vem do IPA como turismo e artesanato”. Entretanto, o Entrevistado 2 demonstra ter conhecimento de que o turismo rural não se reduz ao comércio de artesanato quando fala:

Se alguém me perguntasse se em determinada um localidade não havia condição de ser desenvolvido o turismo rural na agricultura familiar, eu diria que não. Todas elas reúnem condições. No mínimo, se ela não tiver um açude, se ela não tiver uma reserva florestal, mas ela tem um extensionista agrícola que presta uma assistência técnica, que orienta o produtor a plantar correto, que orienta o produtor a diversificar a cultura, que orienta o produtor a explorar as culturas orgânicas em defesa do meio-ambiente e etc. Então, daí já pode se desenvolver, por exemplo, um turismo pedagógico onde as escolas podem aproveitar - e muito - este potencial que o extensionista junto com o agricultor tenha adotado na unidade produtiva

Quando perguntamos a outro entrevistado se, além da atuação exclusivamente voltada ao apoio à produção e comercialização de artesanato, eles desenvolviam ações que contemplassem outras atividades relacionadas ao turismo, ele respondeu: “A gente fez um projeto que auxiliou uma agricultora a produzir doces artesanais pra serem vendidos lá em [...] quando os turistas fossem pra lá. Uma micro agroindústria” (Entrevistado 6). Vemos nessa resposta que a ênfase continua na oferta de produtos e não se chega a mencionar serviços.

Outro extensionista, relatando as ações da Rede de Turismo, falou:

Tem um trabalho de dar apoio àquelas pessoas que já desenvolvem a atividade [artesanato]. Por exemplo, viabilizar a participação desse público em feiras, tanto nacionais quanto no estado. Desde 2007, a gente já participou de três feiras, inclusive uma em nível nacional promovida pelo MDA, que foi no Rio de Janeiro e foram duas pessoas daqui participar. O IPA está dando apoio nesse sentido de promover cursos, palestras e principalmente promover a participação desses artesãos. Divulgar o produto, mostrar o trabalho que eles desenvolvem. O IPA trabalha mais ou menos nessa linha. (Entrevistado 11)

Vemos que as ações que incentivam as novas ruralidades entre os agricultores familiares deixam de lado os serviços e se voltam ao estímulo à oferta de produtos, sejam eles artesanatos ou produtos agrícolas beneficiados. Ao que parece, esse fato não se concentra apenas em Pernambuco. Além dos exemplos dados pelos nossos entrevistados, observamos no *site* do MDA que vinte e oito empreendimentos representaram a agricultura familiar na quarta edição do Salão do Turismo - Roteiros do Brasil, promovido pelo Ministério do Turismo. O MDA participa anualmente do evento “com a exposição e comercialização de alimentos e bebidas produzidos por agricultores familiares reunidos em redes, associações ou cooperativas em todo o País” (BRASIL, 2009c). Acreditamos que essa seja uma interessante vitrine para os produtos da agricultura familiar, entretanto, sentimos falta da exposição de algo mais, já que o Salão do Turismo “é uma estratégia de mobilização, promoção e comercialização dos roteiros turísticos desenvolvidos a partir das diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil” (BRASIL, 2009c).

Apesar de se constituírem como exceções, segundo nossos entrevistados, dois municípios começam a desenvolver as primeiras ações de apoio ao comércio de serviços. Um dos casos relatados refere-se a um município onde o IPA está começando a apoiar pescadores artesanais que já oferecem a certo tempo passeios de barco a turistas que visitam as praias daquela região. O outro caso é o do entrevistado que afirma que, apesar da ênfase dada ao artesanato como atividade não agrícola em seu município, começam a se buscar alternativas “através de uma técnica que a gente tem, [que] está conversando com a comunidade para incentivar este turismo rural” (Entrevistado 8).

Para o Entrevistado 1, os avanços no desenvolvimento do turismo na agricultura familiar ainda são poucos. Isso porque, para ele, “estamos ainda muito incipientes neste trabalho”. Assim, o entrevistado reconhece: “Resultados concretos mesmo, eu acho que ainda não temos”.

Em relação ao tempo de trabalho com o turismo rural, a maioria dos entrevistados ainda não considera que trabalha diretamente com a atividade, como é o caso do Entrevistado 6: “Não trabalhei diretamente na parte de turismo rural. Eu trabalho mais com outras coisas do que com turismo rural. Eu já ouvi muito assim superficial.” (Entrevistado 6). Daqueles que trabalham, o que atua a mais tempo nessa área é o Entrevistado 2, que afirma estar envolvido com o turismo há dois anos. Os outros que mencionam algum envolvimento com a área, iniciaram há poucos meses. Esse pouco tempo de envolvimento dos técnicos com o turismo deve ser reflexo de um fato apontado pelo Entrevistado 11:

A partir de 2008 foi que os trabalhos começaram a acontecer de forma mais articulada. Com essa nova metodologia, com a criação das Redes Temáticas, a coisa começou a ficar mais clara. A socialização dessas políticas começou a fluir melhor. Em 2008 foi que a coisa começou a tomar dimensão.

Com o aumento do incentivo governamental e do interesse de alguns técnicos do IPA pela atividade turística, poderá ser mais fácil de surgirem mecanismos que permitam que as populações mais carentes tenham acesso aos benefícios que o turismo pode oferecer. Em muitas das comunidades onde esses técnicos atuam, o turismo já vem se desenvolvendo e gerando renda para determinados grupos, resta buscar meios para que os agricultores familiares possam se servir de uma fatia desse mercado. Um exemplo de comunidade que carece desse apoio nos é apresentado pelo Entrevistado 11:

O turismo rural e o turismo religioso já existem na localidade, mas a comunidade não participa desse processo. A comunidade não participa de maneira efetiva. As famílias não estão aproveitando essa oportunidade. A gente está trabalhando primeiro a organização para ver de que maneira eles podem participar desse processo.

3.10 E os agricultores familiares, o que pensam sobre o turismo?

Perguntamos aos extensionistas se eles percebem o que os agricultores pensam sobre o turismo rural como possibilidade produtiva. Em suas respostas percebemos que alguns agricultores vêem a atividade com um misto de otimismo e desconfiança, como podemos observar nessa fala: “Eles gostam, eles estão interessados. Agora eles ficam receosos porque pra eles é tudo novo, então eles não sabem exatamente o que será, o que vai acontecer. Eles querem investir, mas têm muito medo que não haja retorno” (Entrevistado 7). Em alguns casos, os extensionistas percebem entusiasmo nos agricultores, mas eles próprios não enxergam a atividade com muito otimismo: “Interesse eles têm muito. Agora eu acho que as condições para que eles exerçam lá o turismo rural que não eram tão favoráveis, sabe?” (Entrevistado 6). Em outros casos, a animação com os benefícios que o turismo pode trazer esbarra na dificuldade de operacionalizar a atividade e gerar mudanças. Vejamos isso na fala do Entrevistado 8:

Eu vejo que as pessoas vêm com bons olhos, principalmente no intercâmbio, no contato, de uma pessoa que é de fora com outro que vem gastar um dinheiro naquele canto, eles conseguem ver que há um desenvolvimento. Agora a maioria não sabe como explorar isso. Às vezes tem gente aqui que tem um potencial, mas não conseguiu ainda parar pra dizer ‘eu consigo ter uma renda diferente’, transformar a matéria prima deles em atividade rentável para essas pessoas que vêm de fora. Aí a gente precisa estar próximo destas áreas que têm um potencial turístico.

Em outro exemplo, o extensionista relata uma passagem em que a comunidade desejou realizar um evento que atraísse um fluxo turístico, mas, por desconhecimento de como operacionalizar o acontecimento, acabou frustrando sua vontade. Vejamos como isso se deu:

Tem uma comunidade em que as mulheres estavam um pouco entusiasmadas com isso. Fazer um dia, numa das festas, levar o povo pra lá. Elas estavam interessadas, mas depois houve um contratempo e não foi possível. Na última festa, no ano passado, aconteceu um problema na comunidade e não foi possível [...] Parece que houve outra festa no mesmo período e o pessoal não ia deixar de ir para festa e ir pra o sítio. Era um feriado e tinha uma festa na cidade no mesmo feriado. (Entrevistado 9)

Nesse episódio, faltou um profissional que tivesse noção de planejamento e organização de eventos para explicar àquele grupo de mulheres que é muito importante, na concepção de uma festa que visa atrair um público de outras localidades, observar o calendário de eventos de toda a região. Se nesse caso faltou apoio e informação, mas ao menos existiu entre aquelas mulheres a esperança de obter algum benefício a partir da ida de pessoas de fora para sua comunidade, não é o que ocorre entre os agricultores do município onde atua o Entrevistado 10. Observemos o que ele percebe entre seu público:

Eles não têm conhecimento do turismo rural. A gente não fala tanto. Turismo rural depende muito do local. Se já foi desenvolvida alguma atividade voltada ao turismo. Mas em [...] não tem atividade voltada pro turismo rural não. Ali pouca gente tem conhecimento de turismo. Muita gente pensa que turismo é só fazer uma viagem pra praia, sair de [...] pra ir à praia, ou parque de diversão ou parque aquático. Fazer viagem pra outros locais. (Entrevistado 10)

Vemos na resposta desse extensionista que ele percebe que para os agricultores com os quais tem contato, o turismo ainda não é visto como uma possibilidade produtiva, mas apenas como uma opção de lazer. Sabemos que o turismo emissivo é importante para o aumento da qualidade de vida das populações de uma localidade, no entanto é através do turismo receptivo que se gera receita para a comunidade. Mas, para isso, os moradores do local precisam observar o que de interessante aquele local pode oferecer aos visitantes e perceber que o lugar onde eles moram pode ser um interessante destino para outras pessoas.

Na percepção do Entrevistado 2, a inserção da atividade turística na agricultura familiar causa um impacto na vida do agricultor familiar, que “foi educado e sempre trabalhou a terra explorando, cultivando culturas e criando animais”. Para ele: “quando de repente aparecem as atividades não agrícolas, embora alguns já desenvolvam a questão do artesanato, [...] muitos ficam meio receosos em deixar algumas atividades pra trabalhar com o turismo”.

Infelizmente, esse receio faz bastante sentido. Alguns grupos assistidos pelos agentes de Ater já aprenderam na prática que o turismo pode trazer não apenas benefícios, mas, quando explorado de maneira inadequada pode gerar grandes prejuízos às populações anfitriãs. Esses impactos negativos podem gerar na comunidade a aversão à atividade, como relata o Entrevistado 11:

Aqui há uma desconfiança em relação ao turismo. Por que isso? Esse turismo religioso foi um turismo trabalhado por algumas lideranças políticas e econômicas da cidade e com a diocese. A igreja junto com essas lideranças começou a trabalhar e não houve um envolvimento da comunidade. A comunidade foi excluída desse processo historicamente. A única coisa que ficou foi o vício de pedir dinheiro e comida aos turistas que iam lá. E aí as pessoas foram marginalizadas. Então, o turismo aqui na comunidade, principalmente turismo religioso, foi visto como uma forma de excluir a comunidade.

Aqui fica evidente um exemplo de turismo que foi desenvolvido sem a participação das pessoas da comunidade e, ao invés de ser uma ferramenta de inclusão, acabou se constituindo como amplificador da desigualdade social. Ou seja, não contribuiu de maneira alguma com a construção do desenvolvimento local.

Apesar das dificuldades apresentadas, o Entrevistado 2 afirma que: “hoje a demanda já está bem crescente” e acrescenta: “Tanto é que a gente não está quase atendendo o que a gente pensou que poderia atender esse ano. Quando a gente programou trabalhar com vinte e cinco associações, mais de cem já andaram procurando pra a gente fazer visitas e com rico potencial”.

3.11 Turismo rural e desenvolvimento local

Perguntamos então aos entrevistados se, em sua opinião, o turismo rural constitui uma opção viável na construção do desenvolvimento local no estado. Todos eles afirmaram que sim e alguns justificaram suas respostas a partir de casos exitosos existentes em outros

estados, como ilustram as respostas desses extensionistas: “Sim. Como não? Em outros municípios, em outros estados é viável. Por que não aqui?”, disse o Entrevistado 9. “Ah, lógico! A exemplo de outros estados. Eu também estou levando em consideração que cada estado tem sua realidade, seu potencial, mas a gente sabe que é uma atividade muito mais rentável do que a agricultura e do que a pecuária”, falou o Entrevistado 2.

Entre os entrevistados, houve os que argumentaram que o turismo rural pode contribuir com o desenvolvimento local através do crescimento econômico, como foi o caso do Entrevistado 6: “Por causa do capital que o turismo gera”. Enquanto outros lembraram de mais aspectos e demonstraram em seus depoimentos ter alguma noção do significado da expressão “desenvolvimento local”. Observemos as falas desses entrevistados: “Com certeza. O turismo rural que já existe, já existem dados de que melhorou a qualidade do município” (Entrevistado 7). “[...] além de ser uma atividade boa, pode gerar renda no local. Além de tudo, tem o reconhecimento, porque vêm pessoas de fora e conhecem tanto o município quanto o estado” (Entrevistado 10). Vejamos outro exemplo:

Sim. Com certeza [o turismo rural pode viabilizar o desenvolvimento local]. A evidência disso é você conseguir ver uma pessoa trazendo renda para uma determinada localidade, um distrito. Quando essa pessoa vem trazendo renda, essa renda você consegue capitalizar a pessoa que está lá. E quando essa pessoa vem com uma visão de sustentabilidade, uma visão de vir conhecer o ambiente em não degradar, isso mostra que o estado tem potencial e que pode ser muito benéfico para as pessoas. (Entrevistado 8)

Concordando que o turismo pode favorecer a construção do desenvolvimento local, porém frisando que não é em todas as circunstâncias que isso acontece, o Entrevistado 11 lembrou: “Para isso, tem que envolver as comunidades que estão inseridas naquele espaço. As comunidades têm que se apoderar dessa atividade”.

Percebemos que para desenvolver seu trabalho, os extensionistas se articulam com diversas organizações. Os parceiros mencionados com maior frequência pelos entrevistados foram as prefeituras municipais, seguidas pelas Associações e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Além desses, também foram citados: Secretaria de Agricultura, NAF, Sebrae, Senar, Associação dos Amigos do Meio Ambiente (AMA), Condema, instituições financeiras (Banco do Brasil e Banco do Nordeste), câmaras dos vereadores, universidades, associações rurais, organizações governamentais e organizações não governamentais, colônia de pescadores, Centro Sabiá, Associação dos Pequenos Produtores de Serra Negra, Círculo

Operário, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Grupo de Apoio a Meninos de Rua, Associação dos Agricultores Familiares, Associação dos Pequenos Produtores de Serra Negra, comunidade indígena.

Apesar das múltiplas articulações mencionadas, observamos que, com exceção do Entrevistado 2, que nos disse que procurou informações junto a professores de Instituições de Ensino Superior que oferecem o curso de Turismo, nenhum entrevistado afirmou ter buscado o apoio de instituições voltadas ao desenvolvimento do turismo, sejam elas governamentais ou não. O Entrevistado 11 falou: "É claro que a Secretaria da Agricultura e o MDA também estão nesse processo. Agora, outras Secretarias e outros Ministérios, de fato, aqui na ponta a coisa não está acontecendo ainda". Essa fala ilustra uma desarticulação entre as políticas públicas setoriais que vai de encontro ao que recomenda o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar: a integração das diretrizes deste Programa com as propostas do Ministério do Turismo. Certamente isso dificulta o desenvolvimento de ações que requerem intervenções multidisciplinares. Num momento de sua entrevista, o Entrevistado 1 reconhece que isso precisa mudar: "[...] e não é só a Extensão que vai trabalhar isso, é claro! Eu acho que tem que ser um conjunto de atividades de Secretarias de Governo, para que se elaborem esses roteiros".

3.12 Serviço público de Ater, pronto para o turismo rural?

Queríamos saber dos extensionistas se eles consideram o IPA preparado para apoiar os agricultores familiares no desenvolvimento de atividades não agrícolas - sobretudo o turismo rural. Apenas dois entrevistados responderam positivamente. Um deles foi o Entrevistado 6, que falou: "Pra apoiar e articular sim. Existem na sede do IPA técnicos capacitados pra fazer essa articulação". Já o Entrevistado 7 afirmou que o Instituto "está longe" disso.

Houve ainda os que não souberam dizer se o IPA estava pronto para apoiar o turismo em outras localidades, mas deixaram claro que, ao menos nos municípios onde atuam, o Instituto ainda não está preparado. Vejamos o que diz o Entrevistado 9: "Não. Em [...] não. Agora no estado eu não sei". Ao que parece, as ações da Rede de Turismo ainda soam como conversas distantes para alguns agentes, como o Entrevistado 10: "Rapaz, existe uma Rede Temática que estão dizendo que está preparada. Eu não sei ainda como está essa história". Já o Entrevistado 11 falou que "isso é muito relativo. Depende da comunidade".

Outros entrevistados consideram o órgão parcialmente preparado para apoiar essas atividades. “Na sua totalidade ainda não”, disse o Entrevistado 1, justificando sua resposta com base no número insuficiente de extensionistas que atuam no estado. O Entrevistado 4 também acha que falta algo a mais para o IPA ter condições de dar o apoio necessário aos agricultores que pretendem desenvolver o turismo como atividade produtiva. Vejamos o que ele diz:

Eu considero em parte. Eu acho que a estrutura deveria ser melhor, ter mais gente, mais profissionais envolvidos. Porque é uma coisa nova, não é uma coisa fácil de ser implantada, porque é mudança na vida de muita gente. O agricultor que trabalhou no corte da cana a vida toda para passar a ser um empreendedor não é um trabalho fácil não.

Essa realmente não é uma tarefa fácil, pois envolve transformações profundas. Além de alterar significativamente as vidas dos agricultores, a inserção do turismo na agricultura familiar também requer mudanças na condução de políticas públicas e o surgimento de uma nova mentalidade entre os extensionistas. Quanto a isso, vemos entre os princípios da Pnater que para melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento rural sustentável, é necessário mudar as atitudes e procedimentos dos atores sociais.

Quando questionamos se os técnicos em Extensão Rural do IPA estão preparados para o trabalho com o turismo rural, praticamente todos disseram que não. Do Entrevistado 7 obtivemos a seguinte resposta: “Jamais! Eu tiro por mim que sou zootecnista e estou trabalhando com artesanato. Estou levando um pau pra aprender”. O Entrevistado 1 concorda:

É outro problema grande porque a maioria nossos técnicos é agrônomo, veterinário, técnico agrícola. Então dentro de nossa formação nas Universidades é aquela formação muito tecnicista. Um currículo baseado nas disciplinas do curso e aí a gente sente carência de profissionais de turismo, profissionais especializados pra que realmente desenvolva a contento esta atividade. Porque a gente diz que o extensionista hoje tem que ser multidisciplinar, mas isso vai depender muito da pessoa porque a formação dele é disciplinar dentro daquelas características.

Além da formação na área das Ciências Agrárias, que não favorece uma visão multidisciplinar, faltam capacitações oferecidas pelo próprio IPA, como fica evidente na fala do Entrevistado 2:

Poucos técnicos foram capacitados nesta área. Agora a ansiedade destes técnicos é o que me deixa feliz porque a cada visita que a gente faz o assunto não é outro, embora eles desenvolvam a atividade dentro da especificidade de cada um, o veterinário, o agrônomo, a economista e etc., mas eles têm uma ansiedade enorme de que o turismo realmente venha a acontecer no meio rural.

Entre esses técnicos ansiosos por uma oportunidade de capacitação para atuar apoiando o turismo está o Entrevistado 9, que afirma:

Eu estou querendo treinamento, capacitação. Quando a gente faz o planejamento, aí agente coloca o que precisa. Já coloquei, ainda não me chamaram desde o ano passado e outros anos. Agora falta a gente cutucar também. Tem poucas vagas. Aí me botaram num curso aí... Às vezes tem dinheiro para uma coisa, aí corre: 'Está faltando gente pra fazer tal curso que tem que fechar'. Mas o que eu quero mesmo é turismo rural. Já falei.

A partir dessa fala, temos a impressão de que a oferta de cursos de capacitação não está em sintonia com as necessidades dos extensionistas. Outro técnico que afirmou que até agora suas tentativas de participar de treinamentos sobre como apoiar o turismo na agricultura familiar não renderam frutos foi o Entrevistado 8:

Não tive a oportunidade [de participar de capacitação]. A gente fez a solicitação, no entanto teve alguns municípios que já tinham um andamento dos trabalhos maior do que a gente aqui em nossa regiãozinha, então eles tiveram uma prioridade. Eu disse à coordenadora que quando tiver algum treinamento ela pode me convidar porque eu tenho interesse em participar.

Sobre o despreparo dos técnicos para trabalhar com o turismo rural e a necessidade da oferta de treinamentos para sanar esse problema, ouvimos do Entrevistado 9:

Olha, essa turma nova eu não sei [se está preparada]. Mas, os velhos eu acho que não. Eu estou nos velhos. Eu acho que não. Não sei se eles tiveram capacitação. A não ser que gente faça auto-capacitação e fique no computador, na internet procurando coisa... A gente não tem tempo para isso não. Tem que ser curso mesmo. Não tem tempo para ficar na internet, estudando, fazendo curso a distância... Tem tempo não.

Ao contrário do que pensa esse extensionista, o problema da falta de capacitação não atinge apenas os “velhos”. Todos os nossos entrevistados negaram ter tido a oportunidade de participar de treinamentos para lidar com o turismo, apesar do Entrevistado 2 ter nos dito que

“vinte e cinco técnicos foram capacitados”. Chamou nossa atenção a colocação de alguns desses agentes, que segundo o entrevistado foram capacitados: “Não. Capacitação a gente não teve ainda na área do turismo rural. Nós tivemos seminários, capacitação breve, mas foi uma coisa muito superficial. Não foi uma coisa específica”, relatou o Entrevistado 4. Compreendemos melhor o que ocorreu com ele depois de ouvir o relato do Entrevistado 3:

Comecei a trabalhar na Rede Temática de Turismo sem ter participado de treinamento. E assim que assumi o cargo, tive que ministrar um curso de turismo rural para vinte e cinco extensionistas. Eu não sabia nada sobre turismo e tive que me preparar, correr atrás, pesquisar na internet.

Apesar da própria ministrante do curso ter reconhecido que não teve condições suficientes para capacitar de maneira adequada aqueles técnicos, um dos ouvintes do treinamento ressaltou a utilidade do acontecimento:

A partir do momento em que uma pessoa começa a falar com a gente sobre desenvolvimento sustentável no meio rural, quando começa a focar isso aí, aí ele fala um pouco de turismo rural. Fala que o turismo tem que ser fomentado pelo serviço de Extensão. A gente teve um momento para refletir um pouco sobre isso. Foi bom? Foi. Sensibilizou muitas pessoas quanto a isso. (Entrevistado 8)

Não duvidamos da relevância da experiência, mas acreditamos que isso está muito aquém da proposta da Rede de Turismo na Agricultura Familiar. Parece que o pouco conhecimento sobre turismo que vem sendo socializado entre os extensionistas dos IPA é como diz o Entrevistado 2: “fruto de leituras, de curiosidades, de buscar a Universidade, de colegas que são turismólogos e me passaram informação [...] Esta é a forma como a gente trabalha o turismo no momento”. Essa falta de um efetivo apoio institucional na formação desses extensionistas tem como reflexo o despreparo e a insegurança dos técnicos para lidar com a atividade turística.

Entre os fatores que os extensionistas acreditam que facilitariam o seu trabalho em relação ao turismo rural, estão: “as parcerias e a vontade de fazer” (Entrevistado 4); “o conhecimento adquirido no campo” (Entrevistado 6); “a abertura das pessoas querendo escoar sua produção” (Entrevistado 7) e o potencial turístico das localidades atendidas, como resalta o Entrevistado 8:

O principal fator é que existe o potencial aqui. Como essa regiãozinha nossa é um dos principais meios de divulgação do turismo ecológico porque eles já têm uma estrutura, já existe o pensamento ecológico, já existe uma pessoa lá interessada em

desenvolver isso. Já existem alguns empreendimentos lá. E assim a coisa vai se formando, vai acontecendo aos pouquinhos. O principal é que existe um potencial aqui, diferente de alguns outros municípios que não tem coisa expressiva pra se mostrar às pessoas que vêm de fora.

Mas parece que, apesar de importante, isso não é suficiente. Entre as dificuldades encontradas para o desenvolvimento do trabalho no turismo rural, os extensionistas queixam-se: da escassez de recursos; da falta de apoio institucional; da ausência de capacitação para os extensionistas e agricultores; do pouco de alcance dos agricultores sobre a importância do turismo; da ausência de turismólogos trabalhando no serviço de Extensão; da pouca credibilidade da atividade por parte de alguns dirigentes; da falta de um norte concreto para suas ações; da má impressão que algumas comunidades têm da atividade devido a experiências prévias conduzidas de maneira equivocada; da falta de sensibilidade para o turismo por parte dos gestores locais; e do desconhecimento dos moradores das potencialidades que o município possui. Além das reclamações diretamente ligadas ao turismo, ouvimos protestos sobre dificuldades cotidianas, que acabam atrapalhando esses profissionais e refletindo em todas as esferas. Vejamos o desabafo de um entrevistado:

Na realidade, a gente tem as dificuldades do nosso dia-a-dia e isso dá uma conseqüência no turismo rural. Exemplo: a gente não trabalha com pessoas do administrativo. A gente tem que estar digitando um documento, atendendo telefone, a gente tem que estar atendendo aqui no escritório. Aí todo esse tempo que a gente está dispensando aqui, a gente poderia estar focando isso no turismo rural, ou em outra atividade. (Entrevistado 8)

Esse agente de Ater não está solitário em sua queixa. Muitos colegas dele também reclamaram da sobrecarga de trabalho e todos afirmaram que para melhorar o desempenho da Extensão Rural pernambucana é necessário ampliar o número de profissionais que atuam no campo: “A gente não tem como dar conta de tudo. A gente não consegue chegar porque a demanda é muito grande. Se você vir a quantidade de comunidades que existem aqui dentro, é impossível você dar conta”, disse o Entrevistado 7.

Esse número reduzido de extensionistas para dar conta de um grande universo de famílias de agricultores afasta a possibilidade de o fomento à atividade turística vir a se constituir como uma atividade vista como relevante dentro do serviço público de Ater em Pernambuco. O Entrevistado 6 explica o porquê: “A gente é sobrecarregado com o trabalho. Se a gente for dar só ênfase ao turismo rural vai deixar de dar ênfase a outros trabalhos do

IPA. Se tivesse técnico sobrando, um técnico ficaria exclusivamente pra ver essa parte do turismo rural nas comunidades”.

Essa carência de profissionais é agravada, segundo o Entrevistado 8, porque em certos municípios que contam com uma secretaria de agricultura, não há incentivo ao serviço de Ater. “Muitas vezes as pessoas que estão lá não são da área e não conseguem desenvolver um trabalho de base, apenas programas de governo local” (Entrevistado 8). De acordo com ele, isso acaba fazendo com que todo o trabalho se concentre nas mãos dos profissionais do IPA.

Para solucionar esse problema, o Entrevistado 4 sugere “a formação de uma equipe multidisciplinar em cada município.” Quando questionamos que profissionais ele sugeriria para compor essa equipe multidisciplinar, ele respondeu “um assistente social, um agrônomo, um engenheiro de pesca, uma economista doméstica, um veterinário e um técnico agrícola. Eu acho que seria uma equipe boa”. Ao que perguntamos: “E atualmente, tem que profissionais aí?” e ele respondeu: “Só eu, ou melhor, eu e Deus!”

Além de cobrar o aumento da mão-de-obra, o Entrevistado 7 reivindica “maior empenho da diretoria” e diz que “isso aí é fundamental” Para ele, “não basta você dar veículo, celular, computador. Não adianta! Se na hora que a gente precisa eles não estão lá pra solucionar os problemas, o negócio não anda”. Já o Entrevistado 9 reclama que “muitas tarefas que fogem ao agendamento” e explica: “sabe como é: tem que fazer de última hora porque o Secretário de Agricultura está pedindo. Então, pára tudo que está fazendo e vamos fazer pra atender ao Secretário”.

3.13 Se hoje é melhor do que ontem, por que não acreditar no amanhã?

Apesar da insatisfação presente em muitos momentos nas falas dos entrevistados, observamos que eles percebem que houve um significativo avanço e que vem sendo construído um melhor serviço de Ater no país, como fica claro na fala do Entrevistado 11: “Se a gente comparar a Extensão Rural de hoje com o que era antes, a gente vê um salto de qualidade enorme, uma evolução enorme”. Outros extensionistas também se colocam de maneira otimista em relação às mudanças que vêm ocorrendo. Vejamos o que diz o Entrevistado 10: “Atualmente, [...] com as parcerias do Governo Federal com o governo do estado, está bem desenvolvida a questão da parte de Ater. Hoje a gente considera que melhorou praticamente cem por cento a questão do acompanhamento”. O Entrevistado 8, que

trabalha como agente de Ater há menos de três anos, se sente aliviado por ter entrado no serviço público de Extensão Rural num momento mais propício que os vividos em tempos passados e diz:

Pelo que passou, hoje a gente vive num momento de glória. Pelo que eu li e pelo que eu ouço dos colegas que passaram pelo serviço de Emater, nos oito anos de Estado Mínimo o serviço de Extensão de Pernambuco quase entrava pelo ralo. Agora, graças a Deus a gente está aparelhado, com computador, carro, GPS, com salário mais decente. (Entrevistado 8)

Embora o serviço público de Ater pernambucano ainda esteja distante de atingir alguns princípios e diretrizes da Política Nacional de Ater, como o que determina que se deva assegurar serviço de Ater em quantidade suficiente para “atender a demanda de todos os agricultores familiares do país” (BRASIL, 2004, p. 7), é inegável que houve significativos avanços nos últimos anos. Basta lembrarmos que há pouco tempo havia oitenta e cinco extensionistas atuando em todo o estado de Pernambuco e hoje existem, segundo o Entrevistado 1, trezentos e noventa e três profissionais desempenhando este papel. Ainda de acordo com o Entrevistado, ao que tudo indica, em 2010 serão contratados mais duzentos e cinquenta e seis extensionistas, ampliando ainda mais a oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Em relação à Extensão voltada às atividades não agrícolas, apesar das ações ainda estarem num estágio incipiente, ao menos já começa a existir a preocupação em apoiar os agricultores que desejam diversificar suas atividades. Vemos isso tanto através de alguns extensionistas que afirmam querer se qualificar mais e incorporar a suas ações as atividades não agrícolas, quanto por meio do depoimento de um representante da Gerência de Recursos Humanos do IPA, que diz que além de estar nos planos contratar os agentes de Ater já concursados, haverá em breve outro concurso para cadastro de reserva de novos extensionistas. Segundo ele, entre as vagas que serão oferecidas, certamente serão contemplados profissionais de formações mais diversificadas, e não apenas aqueles das Ciências Agrárias. Sobre isso, o Entrevistado 1 diz: “Extensão rural hoje é multidisciplinar. Tem que contratar turismólogo, tem que contratar engenheiro de alimentos... ou seja, esses novos profissionais... porque a atividade, o trabalho da extensão rural não é só agrícola”.

No que diz respeito ao desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar, também existe a esperança de dias melhores. A fala do Entrevistado 2 ilustra isso: “a demanda é grande, o potencial também é grande. Com certeza daqui a algum tempo a gente vai ter

condições de mostrar esse trabalho de uma forma diferente, com um contexto bem mais amplo”.

Mesmo os entrevistados que não consideram tão expressivas as transformações que já ocorreram, demonstram ter esperança na construção de mudanças a partir do surgimento da nova Política de Ater. Vemos isso na fala do Entrevistado 5: “A partir da Pnater vai surgir um novo olhar. Isso não mudou em seis anos, mas talvez daqui a dez ou quinze anos...”

CONCLUSÃO

O principal objetivo desta pesquisa foi analisar a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural em relação ao turismo rural, considerando que esta atividade pode ser um importante elemento na construção do desenvolvimento local. O que quisemos compreender foi se entre as propostas e ações da Pnater, que dizem respeito às novas ruralidades, está sendo contemplado o turismo rural, como atividade produtiva para geração de renda e enfrentamento à pobreza rural, e analisar até que ponto a atividade turística está sendo considerada nas práticas de Ater desenvolvidas pelo Instituto Agrônômico de Pernambuco.

A literatura consultada aponta que o turismo rural pode contribuir no processo de desenvolvimento das localidades onde se insere, na medida em que tem a capacidade de atrair divisas, gerar novos postos de trabalho, estimular outras atividades produtivas, melhorar as condições de vida da população a partir do incremento da infra-estrutura local, contribuir para a fixação das pessoas no campo, diminuir a desigualdade de acesso que acomete as populações rurais e favorecer a preservação ambiental.

O Poder Público brasileiro demonstra reconhecer o potencial do turismo de promover melhoria na qualidade de vida das populações que vivem da agricultura familiar quando propõe que o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural se comprometa com essa causa. Ao abrir espaço na nova Pnater para as atividades não agrícolas e trazer, através dos seus desdobramentos, diretrizes para nortear ações voltadas ao turismo rural, o serviço público de Ater assume o compromisso de apoiar, implantar e fomentar o turismo rural na agricultura familiar.

Entretanto, a despeito da proposta do Governo Federal, as ações de Ater que vêm sendo executadas em Pernambuco, através da atuação dos extensionistas do IPA, ainda não estão favorecendo de maneira significativa o desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar.

Apesar das inúmeras opções de atividades relacionadas a lazer, esporte, cultura, gastronomia, hospedagem e técnicas produtivas, que podem acontecer no âmbito das propriedades rurais e seu entorno, como recomenda o PNTRAF, as ações que vêm sendo desenvolvidas pela Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar em Pernambuco se voltam quase exclusivamente ao incentivo à produção e comercialização de artesanato, deixando em

segundo plano todas as outras atividades relacionadas ao turismo. Esse reducionismo certamente está relacionado à cultura dos agricultores e também ao modelo de Extensão Rural praticado no Brasil que sempre se voltou muito mais aos produtos do que aos serviços.

Por isso, percebemos que mesmo quando procura ampliar seu universo de atuação, através do incentivo às atividades não agrícolas, o serviço de Ater continua focando o apoio à produção e comercialização de produtos – como é o caso do artesanato e dos alimentos beneficiados. No momento em que se pensa em apoiar os agricultores familiares na oferta de serviços – como é o caso o turismo – a questão ganha uma complexidade que parece fugir ao alcance dos profissionais que atuam na Extensão Rural pernambucana.

Através da nova Política Nacional de Ater, o Ministério do Desenvolvimento Agrário demonstra querer mudar o rumo das políticas públicas voltadas ao apoio às populações que vivem da agricultura familiar. Porém, alguns extensionistas de Pernambuco ainda não conhecem suficientemente a Pnater e praticamente todos desconhecem as diretrizes do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar. Tal fato contribui para que esses agentes de Ater não incorporem às suas práticas ações que estimulem as atividades não agrícolas, sobretudo o turismo rural na agricultura familiar.

Além do desconhecimento da Política Nacional de Ater e seus desdobramentos, por parte dos agentes de Extensão Rural, descobrimos que há outro considerável entrave à construção de mudanças no serviço público de Ater pernambucano: as políticas do governo estadual, que em alguns momentos se sobrepõem às propostas federais e chegam a ir de encontro ao que estas determinam. Essa disputa de prioridades faz com que nos questionemos se a Pnater tem efetivamente norteado as ações desenvolvidas pelos extensionistas no estado de Pernambuco.

É inegável, entretanto que, depois de uma grave crise, significativos avanços têm marcado a história recente da Extensão Rural pernambucana, entre eles, destacamos: a ampliação do número de extensionistas, a melhoria dos salários desses profissionais, a aquisição de equipamentos que favorecem um melhor desempenho e o aumento do volume de recursos que o governo federal tem destinado ao estado. Esses avanços, contudo, ainda não são suficientes para que se ofereça um serviço público de Ater de qualidade e em quantidade satisfatória para atender a todos os agricultores, como determina a Pnater.

Verificamos que para estimular as atividades não agrícolas, sobretudo aquelas voltadas à oferta de serviços, a capacitação dos agentes de Ater torna-se fundamental, já que nem sua

formação nem sua vivência profissional prévia são favoráveis nesse processo. Assim, não é simplesmente através de palestras e capacitações breves e superficiais que os extensionistas estarão preparados para apoiar os agricultores familiares na condução das atividades que o PNTRAF propõe.

Tivemos acesso à informação de que existem muitas ações voltadas à formação de agentes de Ater no país, tendo sido criado inclusive um Sub-Programa de Formação de Agentes de Ater para tratar dessa questão. Mas, ao que parece, essas capacitações nem sempre atendem as reais demandas e necessidades destes agentes. Além disso, a proposta de um trabalho de “formação de formadores” demonstra falhas quando há quem afirme que mesmo sem ter tido oportunidade de receber treinamento sobre como lidar com o turismo, recebeu a incumbência de capacitar um grupo de extensionistas de todo o estado.

Vemos nesse tipo de atitude que o turismo rural ainda não é prioridade entre as ações do IPA, apesar do seu potencial de gerar divisas e estimular outras atividades agrícolas e não agrícolas. Apesar da fragilidade do Instituto no apoio às atividades não agrícolas, e especialmente ao turismo, os extensionistas admitem que o serviço de Ater poderia contribuir para o desenvolvimento da atividade na agricultura familiar. Além disso, todos crêem que o turismo rural pode ser uma ferramenta útil na construção do desenvolvimento local.

Além de não receber grande estímulo do IPA para desempenhar o papel de animadores do turismo na agricultura familiar, os agentes de Ater não costumam pedir apoio de outros órgãos que possam auxiliá-los nessa tarefa. Vimos que em meio às múltiplas articulações que são feitas entre o IPA e órgãos diversos, ainda não se enfatiza a necessidade de se estabelecerem parcerias com organizações voltadas ao turismo, tais como a Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur), a Secretaria de Turismo do estado, as secretarias municipais de turismo e as Instituições de Ensino Superior. Essa desarticulação faz com que as ações fiquem dispersas e impossibilita os extensionistas de desempenharem o importante papel de facilitar acesso dos agricultores aos programas federais, estaduais e municipais voltados ao desenvolvimento turístico.

Devido à sobrecarga de trabalho e à falta de treinamento sobre como lidar com o turismo, os agentes de Ater – que possuem em sua quase totalidade formação na área das ciências agrárias - não se sentem aptos para apoiar os beneficiários da Pnater em Pernambuco no desenvolvimento do turismo na agricultura familiar. Outras dificuldades que os extensionistas encontram para o desenvolvimento do trabalho no turismo rural são: a

insuficiência de recursos; a carência de apoio institucional; a falta de capacitação para os extensionistas e agricultores; a incompreensão dos agricultores sobre a importância do turismo; o descrédito dos agricultores na atividade; a ausência de turismólogos trabalhando no serviço de Ater; o desconhecimento de um norte concreto para suas ações; a insensibilidade dos gestores municipais ao turismo; e o desconhecimento dos agricultores dos potenciais turísticos do seu município.

Isso tudo acaba afastando das famílias de contextos populares rurais a possibilidade de ter acesso aos benefícios do turismo enquanto atividade produtiva. O resultado disso é que o turismo rural pernambucano continua concentrado nas grandes propriedades e pouco contribui para o desenvolvimento local, como já apontaram estudos mencionados nesta pesquisa.

Precisamos considerar que a atividade turística também é capaz de gerar impactos negativos de diferentes ordens. Assim, ao se propor sua inserção no meio rural é necessário que haja um planejamento cuidadoso, observando questões como: o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização do patrimônio cultural material e imaterial da localidade, o incentivo à participação da comunidade local nas tomadas de decisões e a manutenção das atividades agrícolas tradicionais.

Portanto, acreditamos que vale a pena incentivar o desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar, desde que sejam tomados os devidos cuidados na condução da atividade.

Ao defendermos que as pequenas propriedades têm condições de se beneficiar das atividades relacionadas ao turismo rural, não estamos vislumbrando grandes empreendimentos turísticos, até porque essa não é a proposta do turismo na agricultura familiar. Acreditamos que o turismo rural pode perfeitamente ser desenvolvido em muitas localidades atendidas pelos extensionistas do IPA e enxergamos um rico potencial para o desenvolvimento de modalidades como: o turismo pedagógico, o turismo cultural, as caminhadas ecológicas, os acampamentos no campo, as visitas guiadas, as demonstrações dos processos produtivos agropecuários e as degustações temáticas - além das vendas de artesanato e produtos agrícolas *in natura* ou beneficiados. Essas e outras atividades podem ser sugeridas de acordo com as características das propriedades e interesses dos agricultores e, desde que haja um planejamento adequado e uma assistência permanente, poderão trazer grandes benefícios às unidades produtivas e em seu entorno.

Os extensionistas percebem que a inserção do turismo rural encontra como obstáculo a desconfiança de alguns agricultores familiares. Estes se dividem entre os que ignoram as possibilidades do turismo, os que desejam a atividade e os que a temem. Os que têm receio são motivados por experiências prévias mal sucedidas, onde a atividade ao invés de induzir mudanças positivas, acarretou exploração, submissão e aumento da desigualdade social. O que precisa ficar claro é que a proposta do turismo rural na agricultura familiar diferencia-se do turismo rural em grandes propriedades, uma vez que sua proposta é de que a atividade seja gerida pelos próprios agricultores, a partir das atividades peculiares à produção agrícola familiar, de modo que seus benefícios incidam diretamente sobre as famílias envolvidas.

É claro que só valerá à pena incentivar a atividade turística visando o desenvolvimento local, se isso for do interesse da comunidade. Mas, as pessoas só podem se interessar se antes conhecerem e acreditarem nas possibilidades existentes. Isso passa por um trabalho de mobilização que deve ser de responsabilidade dos extensionistas, enquanto agentes do desenvolvimento local.

Apesar das lacunas apontadas, precisamos reconhecer que o trabalho de Ater voltado ao turismo na agricultura familiar em Pernambuco está apenas começando e parte da incipiência das ações voltadas ao desenvolvimento do setor se justifica pelo pouco tempo de envolvimento da Extensão Rural com a atividade. Desta forma, compreendendo que o processo de construção de mudanças está em formação, recomendamos a adoção de algumas iniciativas que contribuam para um melhor andamento das ações de Ater que visem o apoio ao desenvolvimento da atividade turística na agricultura familiar: A primeira delas é a ampliação do quadro de extensionistas, através de novas contratações. Como apoiar a oferta de serviços requer conhecimentos específicos que certamente os profissionais com formação na área das Ciências Agrárias não possuem, é imprescindível que com as novas contratações sejam incorporados ao corpo técnico do IPA profissionais com formação nas áreas de Hospitalidade, como Turismo, Hotelaria, Gastronomia e afins;

Como, ao menos a princípio, é impossível que seja colocado um desses novos profissionais em cada município de interesse turístico, é necessário um forte investimento em capacitações. Nos treinamentos que precisam ser oferecidos, as diretrizes do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar devem ser apresentadas aos agentes de Ater, para que eles ao menos saibam o que o serviço público de Ater pode oferecer. Há de se pensar em processos educativos que favoreçam a incorporação por parte dos extensionistas e agricultores dos novos conhecimentos e das novas concepções;

Além disso, é preciso oferecer a esses extensionistas apoio institucional para que eles saibam onde buscar ajuda quando for preciso. Para isso propomos a criação de uma equipe multidisciplinar de consultores que seja capaz de apoiar todas as etapas do processo através de visitas a campo e que esteja disponível para tirar dúvidas e animar os extensionistas. Esses profissionais precisam ter conhecimentos específicos sobre hospitalidade;

Outro ponto fundamental, é oferecer aos agricultores familiares sensibilização turística, visando apresentar as possibilidades que o turismo pode proporcionar e ao mesmo tempo trabalhar a valorização do patrimônio material e imaterial das localidades. Com tal iniciativa, além de se ampliar a oferta turística, se investe na auto-estima dos moradores do campo;

É necessário ainda estabelecer um diálogo com as instâncias estaduais para que os programas de governo locais não se sobreponham à proposta nacional e para que os extensionistas não fiquem tão atarefados a ponto de não poderem levar a diante as propostas da Pnater;

Por fim, Assistência Técnica permanente também não pode faltar, para que os agricultores possam ter confiança e possam se lançar ao desafio do turismo rural.

Em termos acadêmicos, sugerimos que no futuro seja realizado um estudo de recepção junto aos agricultores familiares para que se sinta como estes estão vendo o trabalho de Extensão Rural voltado ao turismo rural em Pernambuco. Tal estudo pode apontar falhas e subsidiar a reelaboração das ações.

Ressaltamos que qualquer estudo que envolva o turismo rural e a apropriação da atividade por populações de contextos populares deve trazer como um de seus principais objetivos analisar como está se dando a construção de ações voltadas ao desenvolvimento local, através da atividade turística. O desenvolvimento local deve ser concebido como a principal finalidade de qualquer atividade produtiva desenvolvida no meio rural, seja ela agrícola ou não agrícola.

Podemos comparar a construção do desenvolvimento local à organização de uma orquestra. É como se cada pessoa da comunidade fosse um músico. Às vezes, esses músicos têm um enorme potencial e estão querendo fazer um belo concerto, mas lhes falta um bom maestro, que conduza o espetáculo e faça com que cada um dê o melhor de si. O extensionista pode tomar para si a batuta e desempenhar o importante papel de concertador desse processo. Mas para isso ele precisa ser capaz de interpretar a partitura.

Nessa alegoria, em que o turismo rural na agricultura familiar é o espetáculo que se quer assistir, os agricultores são os músicos que se quer ouvir e o extensionista é convidado a ser o regente, a Pnater e a PNTRAF podem ser relacionadas a partituras bem desenvolvidas por grandes compositores, mas que às vezes ficam fechadas sobre a estante. É necessário fazer com que as notas que ali estão escritas possam soar para que essa música possa transformar as vidas das pessoas.

Acreditamos que é na busca por melhores condições de vida para as famílias de contextos populares rurais que o turismo e o desenvolvimento local precisam se encontrar. E o serviço Público de Assistência Técnica e Extensão Rural pode e deve estar a serviço desse encontro. A nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural é, sem dúvida, um importantíssimo passo rumo às transformações necessárias, mas para que essa Política dê a contribuição que se espera, é fundamental que suas propostas sejam efetivamente implementadas. Quando comparamos a realidade atual com outros momentos da Extensão Rural brasileira, podemos dizer que estamos caminhando no rumo certo, mas precisamos admitir que o percurso é longo e não se pode relaxar nessa caminhada.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ALECRIM, Elysio. **A fisiografia e o turismo de Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2007.

ALMEIDA, Joaquim Anécio. **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria: EDUNISC, 1998.

Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER). **O que é Extensão Rural**. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/portal.cgi?flagweb=tpl_conteudo&id=682>. Acesso em: 30 maio 2009.

BARRETO, Ricardo Candéa Sá. **Desenvolvimento regional e convergência de renda nos municípios do Ceará**. Tese de Doutorado, UFV, 2007. 191p.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo de turismo**. Campinas-SP: Papirus, 1995.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes. 1974.

BNDES - Desenvolvimento Local / Cooperação técnica do Pnud. **Gestão participativa para o desenvolvimento local**. Recife, 2000.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). **Turismo rural**: manual operacional. Brasília, DF: Embratur, 1994.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF: MDA/SAF/Dater, 2004a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar**. Brasília, DF: SAF/MDA/MTUR, 2004b. Disponível em: <www.mda.gov.br/saf/arquivos/0708510075.doc>. Acesso em: 25 jun. 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010**: uma viagem de inclusão. Brasília, DF: MTUR, 2007a.

BRASIL. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **SAF e Empresas Estaduais de Ater discutem criação de Rede de Comercialização**. Notícias. 30 out. 2007b. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater/index.php?sccid=104&ctuid=14822>> Acesso em: 30 maio 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Chamada de projetos de Ater – 2008:** apoio a projetos de assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares. Brasília, DF: MDA/SAF/Dater, Abr. 2008. Disponível em: <www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/1342517010.pdf>. Acesso em: 30 maio 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar terá 28 empreendimentos no Salão do Turismo.** Brasília, DF: MDA, 08 maio 2009a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/20953>> Acesso em: 25 jun. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Redes Temáticas de Ater.** MDA/SAF/Dater. 2009b. Disponível em: <www.cati.sp.gov.br/.../APRES%20MDA%20Redes%20de%20ATER.ppt>. Acesso em 25 jun. 2009

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário.** MDA/SAF/Dater. 2009c. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 23 jun. 2009

BRASIL. Governo Federal. **Portal da cidadania.** 2009d. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/one-community?page_num=0#>. Acesso em: 24 jun. 2009

BURNS, Peter M. **Turismo e antropologia:** Uma introdução. São Paulo: Chronos, 2002.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Extensão rural:** polissemia e resistência. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Fortaleza, 2006. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/5/333.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2009.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: _____ (ed.). **O novo rural brasileiro:** políticas públicas, vol. 4. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000a.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano. **Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais.** In: Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan./abr. 2000b.

CAPORAL, Francisco Roberto. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, Jorge; RAMOS, Ladjane. **Assistência técnica e extensão rural:** construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: Bagaço, 2006.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **O novo mundo rural, sustentabilidade, globalização.** Estudos sociedade e agricultura. N. 11, Rio de Janeiro: UFRJ, out. 1998.

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri. **Turismo e geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

DEL GROSSI, Mauro; SILVA, José Graziano da. Ocupação nas famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992/97. In: CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna, SP: Embrapa/IEUunicamp, 2001.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS. **SAF e empresas de Ater discutem comercialização**. Disponível em: <http://www.deser.org.br/noticias_read.asp?id=990>. Acesso em: 24 jun. 2009.

ESPÍRITO SANTO, Fabiana Bandeira. A questão agrária e o turismo rural na Zona da Mata Norte de Pernambuco. In: IX Encontro Nacional de Turismo com Base Local, 2005, Recife. **Anais IX Encontro Nacional de Turismo com Base Local**, Recife, 2005. CD-ROM.

FRANCO, Augusto de. **Porque precisamos do Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável**. Brasília: Instituto de Política, 2000.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1997.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1998.

JESUS, Paulo de. Desenvolvimento local. In: CATANI, Antonio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**, São Paulo: Aleph, 2001. (Série Turismo)

LABAT, José Luis; PEREZ, Sigfredo Francisco Ortuño. **Mercado de Trabajo Agrario y Desarrollo Rural**. Revista de Estudios Agro-Sociales. Madrid (Espanha), 1994. p. 89-118.

LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra. A extensão rural e o desenvolvimento local. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de (org.). **Extensão rural e desenvolvimento sustentável**. Recife: Bagaço, 2003.

MOREIRA, Sonia Virgígia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

NOVAES, Marlene Huebes. O desenvolvimento do turismo no espaço rural: considerações sobre o plano de Joinville-SC. In: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (org.). **Turismo: segmentação de mercado**. São Paulo: Futura 1999.

OLIVEIRA, Cássio G. S. **Turismo Rural: procedimentos para a implantação e o desenvolvimento dessa atividade em propriedades rurais**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, ECA/USP, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Balanced scorecard: uma análise da produção acadêmica brasileira na área de administração.** 2008

PERNAMBUCO. Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária. **Instituto Agrônomo de Pernambuco.** Recife: Governo de Pernambuco, 2009. Disponível em: <<http://www.ipa.br/ipa.php?id=1>>. Acesso em 28 maio 2009.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. A (re)significação da extensão rural a partir da ótica da inclusão: a via cooperativa em debate. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra (org.). **Extensão rural e desenvolvimento sustentável.** Recife: Bagaço, 2003.

RIBEIRO, Sandro Virgílio Prado. **Para entender o turismo rural: um estudo crítico.** Olinda, PE: Ed. do Autor, 2004.

ROBINSON, Mike. **Por um turismo consensual.** O Correio da UNESCO. set./out. 1999.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. Planejamento turístico. In: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (org.). **Turismo: como aprender, como ensinar 2.** São Paulo: Senac, 2001.

RUSCHMANN, Doris van de M. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas, SP: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, Doris van de M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário (orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Campinas, SP: Papirus, 2000 (Coleção Turismo).

SANCHO, Amparo/OMT. **Introdução ao turismo.** São Paulo: Roca, 2001

SERRA NEGRA, Carlos Alberto; SERRA NEGRA, Elizabete Marinho. **Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, mestrado e doutorado.** São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, José Graziano da; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário (orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** Campinas, SP: Papirus, 2000 (Coleção Turismo).

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org). **Turismo Rural: Práticas e perspectivas.** São Paulo: Contexto, 2001 (Coleção Turismo Contexto)

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável.** São Paulo: Aleph, 2000

TAUK SANTOS, Maria Salett. **Desafios da comunicação rural em tempos de desenvolvimento local.** In: Signo. Revista de Comunicação Integrada. Ano II n. 3. Set. 1995. Departamento de Comunicação Social UFPB, João Pessoa, 1995.

TAUK SANTOS, Maria Salett; SPENILLO, Giuseppa. Uma nova política para o ensino da comunicação rural: o caso UFRPE. In: TAUK SANTOS, Maria Salett (org.). **Políticas de comunicação rural nos anos 90**. Recife: UFRPE, Imprensa Universitária, 1997.

TAUK SANTOS, Maria Salett. Comunicação rural – velho objeto, nova abordagem: mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; FRAU-MEIGS, Divina; TAUK SANTOS, Maria Salett (orgs). **Comunicação e informação: identidades e fronteiras**. São Paulo/Recife: Bagaço, 2000, p. 291-301.

TAUK SANTOS, Maria Salett; CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. Pedagogia da sustentabilidade: a extensão rural para o século XXI. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antonio Bezerra (Org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, 2006.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista semi-estruturada com representante da Diretoria de Extensão Rural do Instituto Agrônômico de Pernambuco - IPA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL – POSMEX

PESQUISA: Extensão Rural, Desenvolvimento Local e Turismo: análise das ações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Data: ____/____/____

1) Identificação

Nome: _____

Formação: _____

Possui pós-graduação? Em caso afirmativo, qual? _____

Há quanto tempo trabalha no órgão público de Ater: _____

Cargo ou função no IPA: _____

Fale sobre o trabalho que você desenvolve no IPA.

2) Conhecimento das propostas da Política Nacional de Ater

A que público se destina a Política Nacional de Ater?

O que significa para a Política Nacional de Ater “atividades agrícolas”?

O que a Pnater considera “atividades não agrícolas”?

O turismo rural está contemplado na Pnater? Se sim, de que maneira?

Quais são as diretrizes da Pnater para o turismo rural?

Você considera que essa Política tem norteado as ações de Ater desenvolvidas em Pernambuco? Em caso afirmativo, dê exemplos disso.

Das temáticas propostas pelo MDA, qual(is) tem merecido atenção especial do IPA?

(Considerar entre outros aspectos a alocação de recursos)

Leite / Metodologias Participativas / Comercialização / Agroindústria / Biodiesel / Financiamento e Proteção da Produção / Produtos e Mercados Diferenciados / Agroecologia / Formação de Agentes de Ater / Turismo na Agricultura Familiar / Ater Indígena / Ater para Mulheres Rurais

Você considera que os técnicos do IPA conhecem suficientemente as propostas da Pnater?

Se sim, quais as evidências? Se não, por quê?

3) Novas Ruralidades – Turismo Rural

Quais os maiores avanços da nova Pnater em relação à antiga Política no que diz respeito às novas ruralidades?

A estrutura desta organização historicamente esteve voltada às atividades agrícolas tradicionais. Com a nova Pnater, o que mudou?

Essa tradição das ações de Ater voltadas, sobretudo, para as atividades agrícolas pode ser considerada um entrave para implementar as propostas voltadas às novas ruralidades?

O que você considera turismo rural?

O desenvolvimento do turismo rural pode ser considerado uma das prioridades entre as ações do IPA? Se sim, de que maneira? Se não, por quê?

Quais as principais contribuições que o serviço público de Ater pode oferecer no desenvolvimento da atividade turística na agricultura familiar?

Quais as principais ações que vêm sendo desenvolvidas pela Rede Temática de Turismo na Agricultura Familiar em Pernambuco?

Em sua opinião, o turismo rural constitui uma opção viável na construção do desenvolvimento local no estado? Se sim, quais as evidências? Se não, por quê?

4) Avaliação do trabalho dos extensionista

Você considera que o IPA esteja preparado para apoiar os agricultores familiares no desenvolvimento de atividades não agrícolas, especificamente o turismo rural? Se sim, quais as evidências? Se não, por quê?

Você considera que os técnicos em Extensão Rural do IPA estão preparados para o trabalho com o turismo rural? Se sim, quais as evidências? Se não, por quê?

Os extensionistas do IPA têm oportunidade de participar de treinamentos sobre como atuar no turismo? Esses treinamentos são suficientes?

Quais os maiores entraves encontrados para o desenvolvimento do turismo rural em Pernambuco?

E os maiores avanços?

O que vocês planejam para melhorar o trabalho de Extensão voltado ao turismo rural no estado?

Quantos profissionais atualmente trabalham como extensionistas em Pernambuco? Ao seu ver esse é um número suficiente? Se sim, quais as evidências? Se não, que providências estão sendo tomadas em relação a isso?

Os técnicos do IPA têm, em sua maioria, formação na área das ciências agrárias. Você acha que a formação desses técnicos favorece seu bom desempenho como animadores de atividades não agrícolas, especificamente turismo rural?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semi-estruturada com as articuladoras da Rede Temática de Turismo na Agricultura Familiar em Pernambuco

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL – POSMEX

PESQUISA: Extensão Rural, Desenvolvimento Local e Turismo: análise das ações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Data: ____/____/____

1) Identificação

Nome: _____

Formação: _____

Possui pós-graduação? Em caso afirmativo, qual? _____

Há quanto tempo trabalha com Extensão Rural? _____

Há quanto tempo trabalha no órgão público de Ater: _____

Cargo ou função no IPA: _____

Fale sobre o trabalho que você desenvolve no IPA.

2) Conhecimento das propostas da Política Nacional de Ater

A que público se destina a Política Nacional de Ater?

O que significa para a Política Nacional de Ater “atividades agrícolas”?

O que a Pnater considera “atividades não agrícolas”?

O turismo rural está contemplado na Pnater? Se sim, de que maneira?

Quais são as diretrizes da Pnater para o turismo rural?

Você considera que essa Política tem norteado as ações de Ater desenvolvidas em Pernambuco? Se sim, dê exemplos disso.

Das temáticas propostas pelo MDA, qual(is) tem merecido atenção especial do IPA?

Leite / Metodologias Participativas / Comercialização / Agroindústria / Biodiesel / Financiamento e Proteção da Produção / Produtos e Mercados Diferenciados / Agroecologia / Formação de Agentes de Ater / Turismo na Agricultura Familiar / Ater Indígena / Ater para Mulheres Rurais

As ações de Ater no estado de Pernambuco incorporam ações de turismo rural?

Se sim, qual(is)?

3) Turismo Rural

O que você considera turismo rural?

O desenvolvimento do turismo rural pode ser considerado uma das prioridades entre as ações do IPA? Se sim, de que maneira? Se não, por quê?

O serviço público de Ater pode contribuir para o desenvolvimento da atividade turística no meio rural? Em caso afirmativo, de que forma? Em caso negativo, por quê?

Quais as principais ações que vêm sendo desenvolvidas pela Rede Temática de Turismo na Agricultura Familiar em Pernambuco?

Há quanto tempo você trabalha com turismo rural?

Quais as atividades que vêm sendo desenvolvidas pelos extensionistas do IPA que estão relacionadas ao turismo rural?

Como essas atividades vêm sendo desenvolvidas?

O que os agricultores pensam do turismo rural como possibilidade produtiva?

Em sua opinião, o turismo rural constitui uma opção viável na construção do desenvolvimento local no estado? Se sim, quais as evidências? Se não, por quê?

Com quais outras organizações você se articula para desenvolver o seu trabalho?

4) Avaliação do trabalho como extensionista

Você considera que o IPA esteja preparado para apoiar os agricultores familiares no desenvolvimento de atividades não agrícolas, especificamente o turismo rural? Se sim, quais as evidências? Se não, por quê?

Você considera que os técnicos em Extensão Rural do IPA estão preparados para o trabalho com o turismo rural? Se sim, quais as evidências? Se não, por quê?

Você se sente preparada tecnicamente para exercer sua função? Em caso afirmativo, por quê? Em caso negativo, o que falta?

Quais os fatores que facilitam o seu trabalho em relação ao turismo rural?

Quais as principais dificuldades que você encontra para o desenvolvimento do trabalho no turismo rural?

Você teve oportunidade de participar de treinamentos sobre como atuar no turismo? Como e onde foi o treinamento?

Em sua opinião, o que falta à Extensão Rural no estado para otimizar o seu desempenho?

O que você recomenda para melhorar o trabalho de Extensão voltado ao turismo rural no estado?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semi-estruturada com os extensionistas do IPA que atuam nos municípios de abrangência do projeto da Rede Temática de Turismo na Agricultura Familiar

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL – POSMEX

PESQUISA: Extensão Rural, Desenvolvimento Local e Turismo: análise das ações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Data: ____/____/____

1) Identificação

Nome: _____

Formação: _____

Possui pós-graduação? Em caso afirmativo, qual? _____

Há quanto tempo trabalha com Extensão Rural? _____

Há quanto tempo trabalha no órgão público de Ater: _____

Cargo ou função no IPA: _____

Município onde atua: _____

Participa de alguma organização produtiva ou de representação de classe? _____

Se sim, qual? _____

Fale sobre o trabalho que você desenvolve como extensionista.

2) Conhecimento das propostas da Política Nacional de Ater

A que público se destina a Política Nacional de Ater?

O que significa para a Política Nacional de Ater “atividades agrícolas”?

O que a Pnater considera “atividades não agrícolas”?

O turismo rural está contemplado na Pnater? Se sim, de que maneira?

Quais são as diretrizes da Pnater para o turismo rural?

Você considera que essa Política tem norteado as ações de Ater desenvolvidas em Pernambuco? Se sim, dê exemplos disso.

Das temáticas propostas pelo MDA, qual(is) tem merecido atenção especial do IPA?

Leite / Metodologias Participativas / Comercialização / Agroindústria / Biodiesel / Financiamento e Proteção da Produção / Produtos e Mercados Diferenciados / Agroecologia / Formação de Agentes de Ater / Turismo na Agricultura Familiar / Ater Indígena / Ater para Mulheres Rurais

As ações de Ater no estado de Pernambuco incorporam ações de turismo rural?

Se sim, qual(is)?

3) Turismo Rural

O que você considera turismo rural?

O desenvolvimento do turismo rural pode ser considerado uma das prioridades entre as ações do IPA? Se sim, de que maneira? Se não, por quê?

O serviço público de Ater pode contribuir para o desenvolvimento da atividade turística no meio rural? Em caso afirmativo, de que forma? Em caso negativo, por quê?

Quais as principais ações que vêm sendo desenvolvidas pela Rede Temática de Turismo na Agricultura Familiar no(s) município(s) em que você atua?

Há quanto tempo você trabalha com turismo rural?

Quais as atividades que você desenvolve nas comunidades que estão relacionadas ao turismo rural?

Como essas atividades vêm sendo desenvolvidas?

O que os agricultores pensam do turismo rural como possibilidade produtiva?

Em sua opinião, o turismo rural constitui uma opção viável na construção do desenvolvimento local no estado? Se sim, quais as evidências? Se não, por quê?

Com quais outras organizações você se articula para desenvolver o seu trabalho?

4) Avaliação do trabalho como extensionista

Você considera que o IPA esteja preparado para apoiar os agricultores familiares no desenvolvimento de atividades não agrícolas, especificamente o turismo rural? Se sim, quais as evidências? Se não, por quê?

Você considera que os técnicos em Extensão Rural do IPA estão preparados para o trabalho com o turismo rural? Se sim, quais as evidências? Se não, por quê?

Você se sente preparado tecnicamente para exercer essa função? Em caso afirmativo, por quê? Em caso negativo, o que falta?

Quais os fatores que facilitam o seu trabalho em relação ao turismo rural?

Quais as principais dificuldades que você encontra para o desenvolvimento do trabalho no turismo rural?

Você teve oportunidade de participar de treinamentos sobre como atuar no turismo? Como e onde foi o treinamento?

Em sua opinião, o que falta à Extensão Rural no estado para otimizar o seu desempenho?

O que você recomenda para melhorar o trabalho de Extensão voltado ao turismo rural no estado?